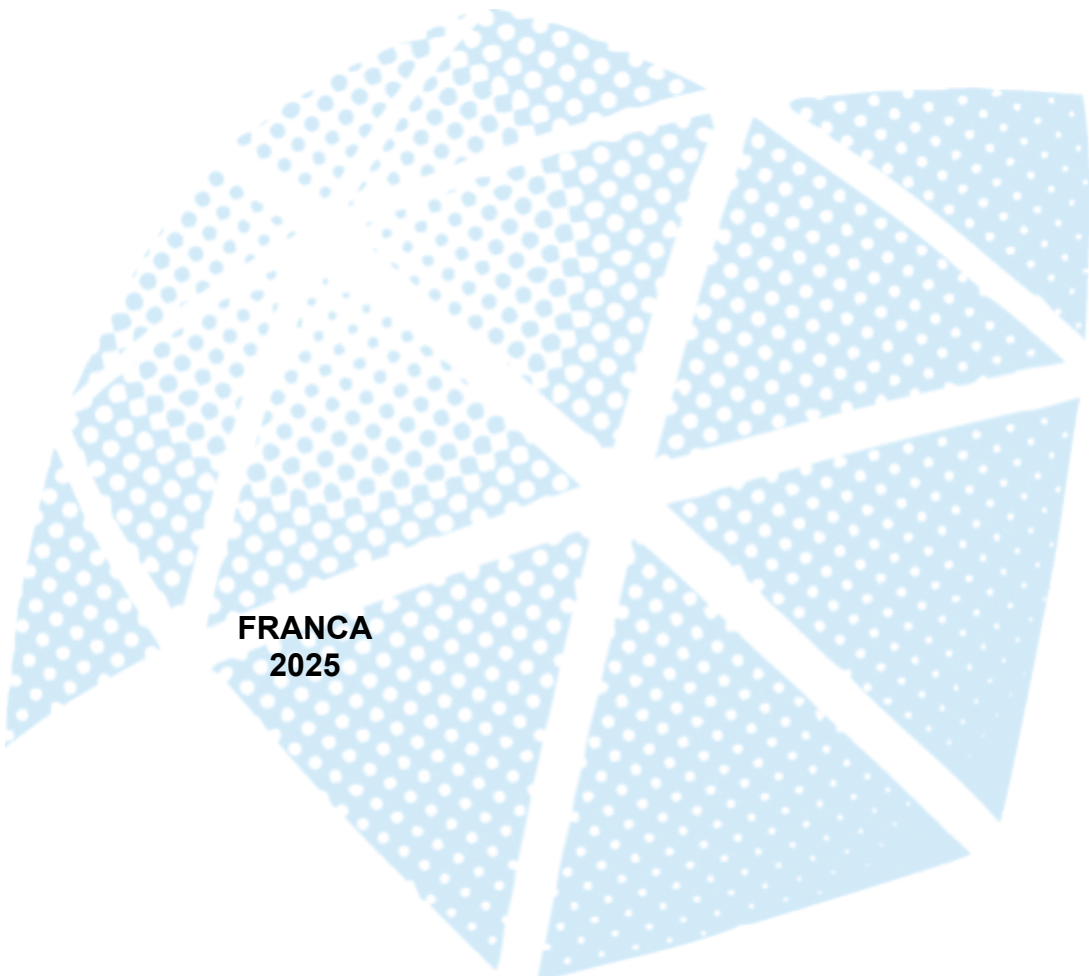


**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO” Câmpus de Franca - MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

IOLANDA NEVES

Serviço Social e a Política de assistência social: uma análise do trabalho do/a assistente social com mulheres negras na proteção social básica.



**FRANCA
2025**

IOLANDA NEVES

Serviço Social e a Política de assistência social: uma análise do trabalho da/o assistente social com mulheres negras na proteção social básica.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Câmpus de Franca, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa 2: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional

Orientadora: Prof^a. Dr^a Adriana Giaqueto Jacinto.

**FRANCA
2025**

N518s	Neves, Iolanda Serviço Social e a Política de assistência social: : uma análise do trabalho do/a assistente social com mulheres negras na proteção social básica. / Iolanda Neves. -- , 2025 146 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto 1. mulheres negras. 2. dimensão educativa. 3. proteção social básica. 4. serviço social. 5. antirracismo. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IOLANDA NEVES

Serviço Social e a Política de assistência social: uma análise do trabalho do/a assistente social com mulheres negras na proteção social básica.

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestra em Serviço Social. Área de Concentração 2: **Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.**

Data da defesa: _19___/_08___/_2025_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adriana Giaqueto Jacinto
UNESP – FCHS – Franca

Prof. Dr. Rosicler Lemos da Silva
UNESP – FCHS – Franca

Prof. Dr. Edvânia Ângela de Souza
UNESP – FCHS – Franca

Prof. Dr. Josiani Julião Alves de Oliveira
UNESP – FCHS – Franca

Prof. Dr. Maria José de Oliveira Lima UNESP – FCHS – Franca

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que vieram antes de mim. Sem vocês, nada disso seria possível. Sigo, tentando, ser o sonho mais lindo dos meus ancestrais.

Agradecimentos

É sempre muito difícil escrever sem se emocionar quando o tema é “agradecimentos”. São tantas pessoas a quem devo gratidão por todo apoio durante este processo de pós-graduação, que seria impossível nomear todas nestas linhas. Contudo, como é necessário, desde já peço desculpas àquelas e àqueles que não estiverem citados aqui. Saibam que foram muitas pessoas — todas indispensáveis e de uma importância ímpar nesta jornada.

A priori, gostaria de agradecer à minha família: Gislaine do Espírito Santo Neves, José Carlos Neves, Vitor Neves e Luiza do Espírito Santo Ramos.

Sem vocês, como já sabem, nada disso seria possível. Sempre sonhei meus sonhos antes de vocês sonharem comigo, mas, a partir do momento em que os conheci, não hesitaram em me apoiar e sonhá-los junto comigo. Sem vocês, a vida, a caminhada, até que seria possível, mas com todos os percalços de quem anda desacompanhada. Sonhar este momento ímpar ao lado de vocês foi inenarrável para mim.

Agradeço à minha companheira, amor e amiga Maria Clara Silva Bastos, que com todo seu amor, sensibilidade e empenho, me acompanhou nesta reta final, motivando-me a não desistir e, sobretudo, enxergando em mim algo que ainda tenho dificuldade em reconhecer: uma docente em formação, prestes a trilhar um futuro brilhante. Maria é uma educadora nata, uma pisciana de coração gigante. Dela só poderiam vir as melhores dicas, os gestos mais doces e o apoio mais genuíno. Te amo além da vida, vidinha.

Aos meus amigos e amigas Letícia Emiliana Baratelli, Isabela Galvão Antoniazzi, Giovani Theodoro, Leonardo Vieira, Michelle Vieira, Winnie Soares — e tantos outros que, se eu fosse listar, escreveria nomes sem parar —, minha mais profunda gratidão. A amizade de vocês foi combustível para que eu atravessasse, com mais leveza, um processo tão denso, que hoje me torna mestre em Serviço Social. O olhar, o carinho e as palavras de cada um de vocês se fazem presentes nesta dissertação. Meu olhar para a realidade nunca foi e nunca será só meu. *Sou porque fomos. Porque somos.*

Agradeço também à UNESP/Franca e às minhas professoras e professores, que foram indispensáveis nesta caminhada, proporcionando uma formação de qualidade indescritível. Profissionais que inspiram todas as minhas ações e me proporcionaram bagagens que, ao longo destes seis anos de UNESP, me transformaram na mulher e na profissional que hoje se torna mestre.

Sem meus professores, suas ideias, suas partilhas, suas capacidades de extrair o melhor de mim, isso não teria sido possível.

Deixo aqui um agradecimento especial à Professora Adriana Giaqueto Jacinto. Mesmo diante de tantas demandas, colocou-se ao meu lado para que fosse possível concluir essa jornada de maneira exitosa. Adriana, para uns. Para mim, a “Dri”. Ou, como gostamos de dizer: *meu encontro de almas*.

Obrigada pela paciência, sinceridade, apoio e disposição. Sua garra me inspira, e espero, com todo o coração, ter a oportunidade de passar adiante todos os ensinamentos que você me deu, sempre com o mesmo carinho e prontidão.

Por fim, agradeço a mim mesma — por não desistir, por fazer do mundo o tamanho dos meus sonhos. Por acreditar, mesmo diante de tantos desafios, em uma sociedade livre de preconceitos e de um sistema que tantas vezes tenta nos roubar a esperança. Agradeço por entender que a luta também é feita de incertezas, de medos, e que eles, muitas vezes, são combustíveis para transformar a realidade — a minha e a das pessoas que me cercam.

Concluo esta etapa ciente de que ela não termina aqui. Ela está apenas começando. Ser mestre em Serviço Social é assumir um compromisso com a verdade, com a mudança e com a história. E como uma boa ariana, filha de Iemanjá e Oxóssi, me abasteço dessa força ancestral e deste compromisso, que, sem dúvida, há de mudar, mesmo que minimamente, o curso da história, abrindo caminhos para que outros mundos possíveis sejam pensados e construídos.

E quero dizer, com toda a certeza: *isso tudo não é utopia*. Porque eu já estou aqui. Já sou uma mulher negra, mestre em Serviço Social. Já rompi com o que era esperado. Não tem mais volta. Eu quero tudo o que o mundo tem para me oferecer — e eu quero agora. Gratidão. E vamos em frente.

"Fiquei pensando naquela boa mulher que foi desprezada só porque o seu genro era preto. Quer dizer que o preto fez com que ela perdesse a consideração dos brancos. Minha mãe dizia que o mundo é assim mesmo. Fiquei furiosa: — Ah! Comigo, o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é."

— Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita*

RESUMO

Este trabalho investiga a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social na política de assistência social, com foco na atuação junto a mulheres negras na Proteção Social Básica. Parte-se do entendimento de que o exercício profissional no Serviço Social não se limita a procedimentos técnicos: ele carrega em si uma potência formativa, capaz de fomentar consciência crítica e fortalecer práticas emancipatórias. Quando atravessado pelas marcas do racismo, do sexismo e das desigualdades de classe, esse trabalho exige uma postura que seja, ao mesmo tempo, crítica, antirracista, antissexista e anticlassista.

A pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como método e uma abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de investigação bibliográfica e documental. A análise de dados e documentos evidencia que as experiências das mulheres negras na assistência social são moldadas por determinações estruturais que não podem ser ignoradas. Nesse cenário, o/a assistente social é convocado/a a assumir uma prática ético-política comprometida com os direitos humanos e com a transformação social.

Conclui-se que reconhecer e potencializar a dimensão educativa no trabalho do/a assistente social, articulada a uma formação crítica e a uma instrumentalização profissional antirracista, anticlassista e antissexista, é condição fundamental para avançar na construção de práticas emancipatórias no âmbito da assistência social.

Palavras-chave: serviço social; dimensão educativa; mulheres negras; proteção social básica; antirracismo.

RESUME

Este trabajo investiga la dimensión educativa del trabajo del/de la asistente social en la política de asistencia social, con énfasis en la actuación junto a mujeres negras en la Protección Social Básica. Se parte del entendimiento de que el ejercicio profesional en el Trabajo Social no se limita a procedimientos técnicos: lleva consigo una potencia formativa capaz de fomentar la conciencia crítica y fortalecer prácticas emancipadoras. Cuando se ve atravesado por las marcas del racismo, del sexismo y de las desigualdades de clase, este trabajo exige una postura que sea, al mismo tiempo, crítica, antirracista, antisexista y anticlasicista.

La investigación adopta el materialismo histórico-dialéctico como método y un enfoque cualitativo, desarrollado a partir de una investigación bibliográfica y documental. El análisis de datos y documentos evidencia que las experiencias de las mujeres negras en la asistencia social están moldeadas por determinaciones estructurales que no pueden ser ignoradas. En este escenario, el/la asistente social es convocado/a a asumir una práctica ético-política comprometida con los derechos humanos y con la transformación social.

Se concluye que reconocer y potenciar la dimensión educativa en el trabajo del/de la asistente social, articulada a una formación crítica y a una instrumentalización profesional antirracista, anticlasicista y antisexista, constituye una condición fundamental para avanzar en la construcción de prácticas emancipadoras en el ámbito de la asistencia social.

Palabras clave: trabajo social; dimension educativa; mujeres negras; protección social básica; antirracismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SEDAS – Secretaria de Ação Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Sumário

Introdução	4
Capítulo 1: O/A negro/a no Brasil.....	8
1.1 O desejo de manter os privilégios: o racismo estrutural e a branquitude.....	19
1.2 Cumé que nois fica?.....	25
Capítulo 2: Patriarcado, Sexismo, Capitalismo: Uma caça às bruxas.....	31
2.1 Mulheres negras combinaram de não morrer.....	38
2.2 Coreografias da Violência: Mulheres negras no Brasil contemporâneo.....	45
2.2.1 Feminicídio: o que é?.....	50
2.2.2 Dados de feminicídio: covid-19, mercado de trabalho, mulheres negras e a violência.....	54
2.3 Tem quem chame de crônica mas eu vou chamar ESCREVIVÊNCIA	59
2.3.1 Entre o monstro, o subsolo e a mulher negra.....	61
Capítulo 3: A Política de Assistência Social no Brasil: Perspectivas e Desafios.....	67
3.1 A criação do SUAS.....	70
3.1.2 Como o SUAS se estrutura.....	75
3.1.3 Política de Assistência social: desafios dos recursos.....	76
3.1.5 Os Centros de Referência de Assistência Social.....	80
3.2 Perfil dos Usuários: Quem são as pessoas que mais acessam a Política de Assistência Social?.....	84
3.2.1 “Para quem dela precisar”.....	85
3.2.2 Familismo e Assistência Social: A carga visível sobre as mulheres negras na Proteção Social Brasileira.....	87
Capítulo 4: Serviço Social e sociedade: O antirracismo no trabalho do/a Assistente social na Política de Assistência Social.....	90
4.1 Quem é o profissional de Serviço Social no Brasil?.....	92
4.2 O trabalho do/a assistente social numa perspectiva de raça e gênero no SUAS..	99
4.2.1 O trabalho dos/das assistentes sociais com mulheres negras na proteção social básica.....	103
4.2.2 O trabalho do/a assistente social na interseccionalidade entre raça e gênero: por que é essencial focalizar as mulheres negras?.....	106
4.3 A Dimensão Educativa no Serviço Social: Instrumentalidade Antirracista, Antissexista e Contra-Hegemônica.....	111
4.3.1 Instrumentalidade e dimensão educativa no trabalho do/a assistente social na proteção social básica.....	112
4.4 Didática/ Dimensão Educativa no trabalho do/a assistente social: Por uma Prática Antirracista e Antissexista.....	117
4.4.1 Por que uma didática no trabalho do/a assistente social antirracista e sexista?	119
Considerações finais.....	123
Referências.....	128

Introdução

Por que pensar nas mulheres negras? Por que investigar suas condições de vida, seus enfrentamentos cotidianos e, principalmente, as formas pelas quais o Estado — através de suas políticas públicas — responde, ou deixa de responder, às suas demandas? Por que pesquisar a política de assistência social e sua relação com essas mulheres que, apesar de invisibilizadas, sustentam comunidades inteiras com sua força, resiliência e sabedoria ancestral?

Essas perguntas não surgem do acaso. São elas que, historicamente, têm ocupado os espaços mais precarizados do trabalho, têm sido responsabilizadas pelo cuidado da família e têm enfrentado o racismo, sexismo e classismo em suas múltiplas expressões. No entanto, seguem sendo pouco consideradas como sujeito/a político/a e categoria analítica nas produções acadêmicas, inclusive no campo do Serviço Social.

A fim de refletir acerca da realidade dessas mulheres negras¹, entendendo-as como elemento chave nessa engrenagem social imposta pela sociabilidade capitalista, é que a presente dissertação se constrói, com o objetivo de analisar a atuação de assistentes sociais com mulheres negras no âmbito da Proteção Social Básica, compreendendo como as interseccionalidades de raça, gênero e classe atravessam tanto a realidade dessas mulheres quanto o cotidiano profissional do/a assistente social. Parte-se da constatação de uma lacuna expressiva na produção acadêmica da área, que ainda tem uma produção tímida no que diz respeito a pensar a centralidade das desigualdades raciais e de gênero no desenho e na execução das políticas socioassistenciais, apesar de mulheres negras constituírem uma parcela expressiva da população usuária da política de assistência social na proteção social básica, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social no Brasil (Gracyelle, 2017).

Inicialmente, esta pesquisa tinha como objetivo entrevistar assistentes sociais da Proteção Social Básica, mais especificamente dos CRAS (Centro de Referência

¹ Embora esta pesquisa tenha se debruçado sobre a realidade de mulheres negras na Proteção Social Básica, é necessário reconhecer que as experiências de mulheres trans, em especial as mulheres trans negras, também são atravessadas por múltiplas formas de opressão — incluindo o racismo, o sexismo e a transfobia — que se entrecruzam e produzem exclusões ainda mais severas. A ausência de uma análise mais aprofundada sobre essas vivências constitui uma lacuna nesta investigação, a qual se reconhece como um limite que precisa ser superado em futuras pesquisas e práticas profissionais comprometidas com a equidade de gênero, raça e identidade de gênero. É urgente que o Serviço Social avance no debate interseccional, incorporando de maneira crítica e sistemática as demandas e resistências das mulheres trans em sua agenda ética e política.

de Assistência Social) da cidade de Franca. Para tanto, foi realizado um sorteio, no qual o CRAS Norte foi selecionado. No entanto, quando solicitadas a participar da pesquisa pela Secretaria de Ação Social (SEDAS), as/os assistentes sociais do CRAS Norte não aceitaram. Diante do baixo número de profissionais que demonstraram interesse em participar, a SEDAS optou por não autorizar a realização da pesquisa apenas nesse equipamento, sugerindo, em vez disso, a ampliação para todos os CRAS da cidade. Contudo, a solicitação para a realização da pesquisa nos demais equipamentos não foi respondida, o que levou à decisão de trabalhar apenas com a pesquisa bibliográfica e documental. Foram inúmeras as tentativas de contato com a Secretaria e, como não houve retorno, optou-se por esse direcionamento, considerando o prazo para a entrega da dissertação.

A análise aqui proposta reconhece que o trabalho do/a assistente social ocorre em um cenário marcado pelo sistema capitalis, pelas investidas neoliberais e pelo avanço de projetos conservadores, que impactam diretamente as políticas públicas e o fazer profissional. Esses elementos têm contribuído para o reforço de uma sociabilidade excludente, baseada em desigualdades históricas e estruturais, que escamoteia a presença e a potência de sujeitos/as subalternizados/as, como é o caso das mulheres negras. Diante disso, esta pesquisa busca evidenciar os desafios, limites e possibilidades de uma prática profissional crítica, comprometida com a transformação social, o enfrentamento ao racismo, sexismo e ao classismo, e alinhada aos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a dissertação se ancora na perspectiva do materialismo histórico-dialético e dialoga com autores/as que problematizam as relações de poder e dominação no contexto das políticas sociais, como Antônio Gramsci (2017), Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2019) e Cida Bento (2017). A partir desse referencial, entende-se que a disputa pela hegemonia se materializa também no cotidiano profissional, exigindo uma atuação que reconheça as dimensões estruturantes das opressões de raça e gênero.

A estrutura do trabalho está organizada em quatro capítulos:

No **Capítulo 1, intitulado *O/A negro/a no Brasil***, é traçado um panorama histórico da população negra no país, desde o período colonial até os dias atuais. O capítulo discute o papel central da escravização na formação econômica e social do Brasil, analisando como o racismo estrutural e a branquitude perpetuam privilégios e exclusões. A resistência negra, simbolizada pelos quilombos, é apresentada como

um movimento fundamental de enfrentamento ao sistema opressor. A questão "*Cumé que nois fica?*" (Gonzales, 1984) reflete sobre o lugar do/a negro/a na sociedade brasileira atual, marcada por desigualdades persistentes.

O **Capítulo 2, *Patriarcado, Sexismo, Capitalismo: Uma caça às bruxas***, explora a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, com foco nas mulheres negras. A violência histórica e contemporânea contra essas mulheres, incluindo o feminicídio, é analisada por meio de dados e reflexões críticas. O conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo, é utilizado para dar voz às experiências vividas, destacando a importância da autodefinição e da raiva como ferramentas de resistência. O capítulo também aborda a representação estereotipada da mulher negra e a necessidade de reconhecer sua diversidade e humanidade, a fim de romper com o não lugar imposto pela sociabilidade do capital.

No **Capítulo 3, *A Política de Assistência Social no Brasil: Perspectivas e Desafios***, é examinado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas origens, estrutura e desafios. O capítulo discute como as políticas sociais, embora avançadas em teoria, enfrentam limitações na prática, especialmente em relação ao financiamento e à implementação. O perfil dos/as usuários/as da assistência social, majoritariamente mulheres negras, revela as marcas do racismo e do familismo, que sobrecarregam essas mulheres, sobretudo as negras, com responsabilidades historicamente atribuídas a elas. A análise crítica dessas políticas evidencia a necessidade de transformações estruturais para garantir direitos e dignidade.

O **Capítulo 4, *Serviço social e sociedade: O antirracismo no trabalho do/a Assistente social na política de assistência social e a dimensão educativa da prática profissional***, ousa propor uma reflexão sobre a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social, compreendendo que a atuação profissional também é atravessada por processos formativos e pedagógicos. Inspirado/a nas formulações de Antônio Gramsci (2017) e Adriana Giaqueto Jacinto (2017) sobre o/a intelectual orgânico/a, este capítulo busca lançar luz sobre os modos como o saber profissional é (e pode ser) transmitido, construído e problematizado. Ao reconhecer que o Serviço Social tem um compromisso ético-político com a emancipação humana, discute-se como a dimensão/didática educativa no trabalho do/a assistente social pode ser fortalecida tanto na formação acadêmica quanto na prática cotidiana, especialmente quando permeada pelas experiências e resistências das mulheres negras. Falar de uma dimensão educativa na profissão é,

aqui, uma aposta política na potência transformadora do ensino e da atuação crítica, capaz de tensionar as estruturas sociais desiguais e afirmar outros projetos de sociedade.

Esta dissertação, portanto, busca não apenas denunciar as opressões, mas também celebrar a resistência e apontar caminhos para uma sociedade justa e equitativa. Através de uma abordagem interseccional, sustentada por dados e análises críticas, o trabalho convida o/a leitor/a a refletir sobre o passado e o presente, com o objetivo de inspirar ações transformadoras no futuro trabalho de assistentes sociais.

Capítulo 1: O/A negro/a no Brasil

“Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”
Samba-enredo Mangueira, 2019

A história da população negra brasileira é fundamental para a construção do que hoje se entende como sociedade brasileira. É por meio das vivências dos negros africanos no Brasil que se compreende a estrutura social vigente instaurada e os desdobramentos da questão social no país. O/a negro/a brasileiro/a ocupa uma posição estrutural na sociabilidade do país, tanto como sujeito de exploração e opressão ao longo da história quanto como protagonista de resistência e de produção cultural e política

O africano escravizado desempenhou um papel crucial na construção das bases da sociedade brasileira. Sob opressão e negação de sua identidade, seu trabalho foi a espinha dorsal que sustentou a economia colonial, ao mesmo tempo em que a aristocracia branca usufruía exclusivamente das riquezas geradas. Ele

plantou, alimentou e colheu a prosperidade material do país, sem jamais ser reconhecido como parte integral dessa sociedade (Nascimento, 1978).

Alicerçado em estruturas escravocratas, o Brasil nunca deixou de ser um país com traços coloniais e de caráter intrinsecamente clerical. As demandas da população negra nessa sociabilidade do capital ainda se vinculam profundamente ao período de escravização dos povos africanos, sobretudo no que se refere à negação do acesso a direitos sociais.

Para compreender os processos históricos de mudança que configuraram as relações de produção baseadas na escravidão e no servilismo, especialmente na América Latina, como aponta Sabino (2020), é necessário observar dois momentos cruciais. O primeiro refere-se à violência colonial instaurada a partir de 1492, com a imposição de modos de produção sustentados em práticas opressoras de dominação e exploração. O segundo diz respeito ao deslocamento do trabalho opressor e servil para formas capitalistas, marcando transformações profundas na organização do trabalho, na propriedade e nos objetivos da produção de riqueza.

Nesse cenário, a passagem para relações capitalistas dependentes apresentou características específicas que, como argumenta Souza (2020), precisam ser analisadas à luz da historicidade de cada país. No caso do Brasil, essas especificidades se inserem em dinâmicas de desenvolvimento dependente e desigual, marcadas por profundas desigualdades raciais, principalmente relacionadas à população negra africana.

A construção do modelo econômico no período colonial brasileiro baseou-se na exploração do trabalho forçado, com a escravização de povos africanos e indígenas. Essa lógica não apenas definiu as bases produtivas, mas também estruturou hierarquias raciais que sustentaram a marginalização sistemática das populações negras e indígenas no Brasil. Como aponta Souza (2020), o processo de transição para o capitalismo reforçou essas desigualdades, consolidando relações sociais que associavam o trabalho livre às populações brancas, enquanto as populações racializadas permaneciam subalternizadas e excluídas de formações sociais e econômicas centrais.

Portanto, a escravização colonial foi um marco da expropriação tanto dos povos originários quanto dos africanos no Brasil. Estes foram destituídos de suas condições humanas, reduzidos a mercadorias e submetidos à escravização para atender aos interesses das metrópoles europeias. Esse processo reforçou a inferiorização cultural e social de africanos e indígenas, transformando suas identidades diversas em categorias homogêneas como "negros" ou "índios". Essa universalização branca, sustentada por uma lógica clerical e biológica, legitimou a exploração e dominação por séculos, estruturando as desigualdades que persistem mesmo após o fim do escravismo colonial (Souza, 2020).

Sendo assim, nesse período, a população negra africana foi condicionada a se tornar a principal força de trabalho do Brasil, em um contexto em que, embora a população indígena também tenha sido explorada como força de trabalho, foram os negros africanos que, em grande parte, preencheram as demandas de trabalho nas plantações e nas lavouras, especialmente nas regiões mais produtivas. Enquanto a escravização indígena foi, em muitos casos, mais restrita à região colonial inicial e aos processos de catequização, a transição para o sistema de plantation² e a expansão do cultivo de produtos como açúcar e café exigiram uma força de trabalho mais massificada e constante, o que levou as elites a dependerem cada vez mais da força de trabalho africana. Assim, a população negra, trazida em grande quantidade através do tráfico transatlântico, não só ocupou uma posição central na economia colonial e imperial, mas também foi sistematicamente desumanizada, sendo tratada como mercadoria essencial à reprodução do sistema escravista e à continuidade da exploração econômica (Souza, 2020).

Desta maneira, homens e mulheres negros foram sistematicamente submetidos a atividades como lavrar a terra, plantar e servir aos grandes latifundiários (Nascimento, 1978). Desta forma, a escravização estruturou a organização econômica e social, relegando os negros a posições de extrema subordinação, sem direitos e com chances ínfimas - quase inexistentes - de ascensão social (Moura, 1992).

Com isso, é importante destacar que a escravização, que forjou a base econômica e social do Brasil, continuou a impactar profundamente as relações

²O sistema de plantation foi um modelo de produção agrícola característico das colônias europeias na América, África e Ásia, baseado em latifúndios monocultores, trabalho escravizado e produção voltada para exportação. Esse sistema foi amplamente utilizado no Brasil colonial, especialmente no cultivo da cana-de-açúcar, e serviu para abastecer o mercado europeu.

sociais mesmo quando o país começou a transitar para novas formas de organização produtiva. No período que antecedeu a abolição formal da escravização, as transformações socioeconômicas refletiam tanto a necessidade do capital de expandir suas bases quanto a resistência das elites em incluir negros e negras nas dinâmicas do trabalho livre. Nesse contexto, emergiram importantes estruturas contra-hegemônicas, como os quilombos, que Clóvis Moura (1992) caracteriza como o processo de "quilombagem". Esse conceito remete a um processo amplo e organizado de resistência, que antecede em muito o movimento liberal abolicionista. Moura (1992) caracteriza a quilombagem como um movimento radical porque emergia dos/as próprios escravizados/as, aliados da sociedade escravista e se opunha diretamente às elites dominantes. Essa oposição era marcada pela luta incessante entre dois polos: de um lado, os senhores de terras, com o apoio do aparato repressivo do Estado e do outro, as/os escravizados rebeldes, que ousavam desafiar a ordem estabelecida. "O quilombo aparece, assim, como o módulo de resistência mais representativo, tanto pela sua quantidade quanto pela sua continuidade histórica" (Moura, 1992, p. 23).

Os quilombos, portanto, não eram apenas refúgios físicos, mas espaços de reconstrução social, cultural e política, onde homens e mulheres forjavam novas formas de vida e resistência. Eles representavam uma afronta direta ao poder colonial e à lógica de exploração, sendo símbolos vivos da luta pela liberdade e da recusa em aceitar passivamente a opressão. Eles estabeleciam uma fronteira cultural, militar e social, funcionando como o centro organizacional da quilombagem. Esse movimento de protesto, liderado pelos negros/as escravizados/as, era alicerçado nos quilombos como locais de reorganização social e planejamento de reivindicações. Como aponta Moura (1992), muitos quilombos eram formados por uma diversidade de pessoas — negros, pardos, indígenas e caboclos —, todos/as unidos/as contra o sistema servil. Mais do que simples refúgios, os quilombos simbolizavam um tensionamento direto às investidas da hegemonia burguesa no Brasil, questionando as estruturas de dominação.

O quilombo, enquanto unidade básica de resistência, era encontrado em diversas partes do Brasil, variando em tamanho e formato de acordo com as condições de manutenção. Esse fenômeno não era uma exceção, mas um elemento recorrente na sociedade escravista, representando um fato comum e uma ameaça constante à ordem escravocrata. A vasta extensão territorial ocupada pelos

quilombos, que chegou a abranger mais da metade do território brasileiro, evidencia que a quilombagem era um fenômeno de alcance nacional. Mais do que um aglomerado de pessoas em fuga, os quilombos tinham uma relevância histórica e social profunda, sendo uma das formas mais organizadas de resistência ao regime escravista (Moura, 1992).

Além disso, os quilombos desempenharam um papel fundamental na mobilidade social horizontal dos/as negros/as escravizados, ao servirem tanto como focos de concentração demográfica quanto como pontos de migração em direção às fronteiras, incluindo países vizinhos. Essa mobilidade preocupava as autoridades coloniais, que viam nos quilombos não apenas uma resistência interna, mas também um problema diplomático. A fuga de escravizados/as para regiões onde a escravização não existia gerava conflitos internacionais e expunha o regime escravocrata (Moura, 1992).

Com isso, discutir os quilombos é essencial porque eles não só simbolizam a resistência ativa dos/as negros/as contra a escravidão, mas também porque revelam a capacidade de organização, luta e reivindicação por condições mais humanas em uma sociedade profundamente desigual. Eles são representativos de uma luta que ia além do enfrentamento físico; eram espaços de reconstrução cultural e de reinvenção da liberdade. Além disso, a existência e a resistência quilombola tensionaram as estruturas de poder da época, contribuindo para que a abolição se tornasse um tema inescapável nos debates políticos e econômicos do século XIX (Moura, 1992).

Deste modo, a segunda metade do século XIX foi marcada por intensos debates políticos e ideológicos acerca da escravização, que já se mostrava incompatível com os projetos de "modernização" adotados pelas elites. Essas ideias, inspiradas pelo liberalismo europeu e pelos modelos capitalistas em ascensão, tinham como objetivo transformar a economia agrária e escravocrata em uma economia capitalista, baseada no trabalho assalariado. No entanto, o conceito de "modernização" não refletia um compromisso com a universalização dos direitos humanos, mas sim um alinhamento do Brasil com as potências europeias, mantendo, ao mesmo tempo, as estruturas de exclusão social e racial que marginalizavam a população negra e indígena. Florestan Fernandes, em "A Integração do Negro na Sociedade de Classes" (2008), expõe com clareza a desintegração do regime escravocrata e a inserção do/a negro/a em uma sociedade

capitalista que, de forma perversa, “concedeu-lhe” uma “liberdade” sem fundamento. Fernandes (2008) descreve como, de maneira abrupta, o/a negro/a libertado se viu transformado em “proprietário de sua própria vida”, com a responsabilidade sobre sua vida e de seus pares, sem que lhe fossem oferecidas as condições mínimas para essa transição. Assim, a falsa liberdade oferecida ao negro após a abolição refletiu a continuidade das desigualdades e exclusões estruturais que marcaram a sociedade brasileira.

Embora os princípios de liberdade e igualdade estivessem sendo cada vez mais discutidos, esses ideais estavam longe de serem aplicados de forma universal. Na prática, as populações não-brancas, como os negros e os indígenas, estavam excluídas dessas promessas de direitos e cidadania (Moura, 192). Em vez de serem reconhecidas como cidadãs plenas, essas populações eram vistas como obstáculos ao progresso econômico e social, sendo condicionadas à subordinação e à exploração (Gonçalves, 2018).

Assim, o projeto de modernização das elites brasileiras não envolvia uma transformação verdadeira das relações sociais, mas a adaptação da economia à lógica capitalista, com o trabalho assalariado substituindo lentamente o trabalho escravizado. No entanto, essa transição não resultou em inclusão para a população negra, que foi progressivamente marginalizada, sendo estigmatizada tanto economicamente quanto socialmente (Gonçalves, 2018).

Principalmente porque, como traz Ferreira (2016), os senhores não conseguiam compreender o/a negro/a no pós-abolição, o que resultou em relações sociais marcadas por um complexo equilíbrio de vantagens e desvantagens, oscilando consideravelmente nas interações que surgiram com a “inserção” do povo negro liberto na sociedade brasileira, agora distante do binômio “senhor-escravo”. Já antes da queda do sistema escravista no Brasil, desde 1872, começou a corrida para a substituição da força de trabalho escravizada. No momento em que o processo abolicionista se tornava inevitável, os fazendeiros iniciaram a importação de força de trabalho, especialmente europeia, para o país (Ferreira, 2016). Alinhados tanto às pressões externas quanto aos seus interesses, o governo brasileiro subvencionou quase 60% do total de imigrantes que chegaram entre 1888 e 1915, sendo que, entre 1891 e 1900, essa taxa chegou a 80%. Neste contexto histórico crucial, os ex-cativos que, por mais de três séculos, haviam construído o patrimônio brasileiro com seu trabalho, passaram a ser considerados “ineficientes”

para ocupar postos em uma sociedade que se pretendia capitalista. “A rejeição à força de trabalho negra refletia um preconceito disfarçado de uma necessária “modernidade”, em que o/a negro/a era visto como sinônimo de atraso.” (Theodoro 2008, apud Ferreira, 2016, p. 57). Além disso, um dos maiores empecilhos à incorporação da força de trabalho nacional — composta, em grande parte, por ex-cativos e pobres livres — estava na “mentalidade” dos/as fazendeiros/as, que não aceitavam a condição de trabalhador livre daqueles que outrora eram considerados sua propriedade (Theodoro 2008, apud Ferreira, 2016)

Com isso, como destaca Moura (192), as medidas adotadas durante e após o processo de abolição não representaram um verdadeiro compromisso com a transformação estrutural da sociedade. Pelo contrário, evidenciaram a permanência de mecanismos que reforçavam a desigualdade social e racial. Ao invés de uma mudança concreta nas condições de vida dos(as) negros(as), essas ações perpetuaram a dominação, consolidando a subordinação e a exclusão de grande parte da população, especialmente a negra. Isso demonstra como o processo de abolição, longe de ser emancipador, reforçou a lógica de exclusão que segue moldando a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a marginalização da população negra foi reforçada pelas novas dinâmicas produtivas, que privilegiaram a força de trabalho branca e estrangeira. No centro dinâmico brasileiro, especialmente no Sudeste, com destaque para o cenário paulista, conformou-se um mercado de trabalho saturado por força de trabalho negra. Contudo, foi o imigrante europeu quem ocupou grande parte das posições formais, relegando aos trabalhadores negros, em especial aos ex-cativos, as atividades mais extenuantes, mal remuneradas e precarizadas (Ferreira, 2016, apud Kowarick, 1994).

Antes da abolição, a força de trabalho escravizada era majoritária nas atividades urbanas e industriais, pelo menos até meados do século XIX (Ferreira, 2016, apud Theodoro, 2008). Esse deslocamento não foi acidental, mas parte de uma estratégia deliberada das elites para desvalorizar o trabalho negro e privilegiar a incorporação da força de trabalho branca estrangeira, vista como símbolo de “modernidade”.

Como destaca Matilde Ribeiro (Ferreira, 2016, apud Ribeiro, 2014), a abolição não rompeu com as hierarquias raciais, mas as reorganizou em três dimensões interligadas: a ausência de uma legislação de segregação explícita, que

mascarou o racismo institucionalizado; a falta de políticas públicas de integração para os negros libertos, condenando-os à exclusão social; e o incentivo maciço à imigração europeia branca, impulsionado pela lógica de branqueamento racial e pelas políticas eugenistas que dominavam o pensamento ocidental do século XIX. O favorecimento da força de trabalho branca estrangeira não só marginalizou a população negra no acesso às novas dinâmicas produtivas, mas também reforçou a narrativa de que o/a negro/a seria um entrave ao "progresso". Essa exclusão institucionalizada, longe de ser um resquício do passado, se tornou um pilar central na construção de um sistema econômico e social que normalizou o racismo como parte de seu funcionamento estrutural.

Dessa forma, a segunda metade do século XIX foi marcada por tensões entre as elites, que buscavam preservar sua hegemonia econômica sob o pretexto de uma "modernização" seletiva. A "modernização" defendida pelas elites, com ênfase no progresso técnico e nas transformações sociais, não se traduziu em inclusão, mas em um aprofundamento das exclusões, especialmente das populações negras. Para tanto, como nos remonta Fonseca (2022), as teorias evolucionistas, como o darwinismo social e a eugenia, tiveram um papel crucial. Fonseca (2022) destaca que elas não foram apenas construções científicas, mas instrumentos ideológicos utilizados para justificar a marginalização e o genocídio das populações não-brancas. Essas teses, que postulavam a superioridade das chamadas "raças" brancas e a subordinação das demais, alimentaram os processos de colonização, escravização e imperialismo, refletindo a violência das potências europeias.

A eugenia, em particular, se tornou um pilar para a construção de um futuro socialmente hierarquizado, no qual a ideia de uma "raça superior" justificava a exclusão das populações racializadas (Fonseca, 2022). De fato, a segunda metade do século XIX viu a crescente afirmação de que o progresso e o "aperfeiçoamento" da espécie humana passavam pela eliminação das "raças inferiores", e essas ideologias contribuíram para a manutenção de uma ordem global excludente, que não apenas visava o controle econômico, mas também a reconfiguração das identidades sociais e culturais de forma a consolidar a hegemonia europeia e branca.

Como coloca Góes:

O movimento eugenista penetra no Brasil, perspectivando um país que deveria ser branco, cristão e civilizado. Assim, os médicos

juristas, homens das letras, acreditavam que a eugenia seriam modo de organizar a migração, combater a delinquência, liquidar os degenerados, criar uma política de cariz sanitária e melhorar a raça por meio do branqueamento ansiando o progresso do país (2019, p. 31).

E com isso, no Brasil, cada vez mais ganhava força esta ideologia de que o progresso moral e a melhoria da espécie humana dependiam de práticas de seleção e discriminação racial, frequentemente justificadas sob o pretexto de "higiene" cultural (Gonçalves, 2018). Essa visão não só consolidava a exclusão dos/as negros/as e negras, como também evidenciava o nó da questão social com a questão racial de forma profunda. Gonçalves (2018) argumenta que, em uma tentativa de “embranquecer” a população brasileira, a elite dominante construiu políticas de discriminação racial que buscavam, inclusive, a apropriação e o estupro de mulheres negras, como um meio de diluir as "raízes" africanas e forjar uma "sociedade ideal" baseada no paradigma da branquitude³. Essas práticas de embranquecimento se entrelaçam com um ódio estrutural aos negros e negras, que, mesmo após a abolição formal da escravização, continuavam a ser vistos como inferiorizados/ase subalternos.

Esse embranquecimento teve consequências devastadoras. Como aponta Gonçalves (2018), com base em Gorender (1990), os negros e negras enfrentaram não apenas dificuldades para se consolidar como parte do exército industrial de reserva, mas também foram relegados/as a uma existência precária. Destinados/as aos porões da sociedade, ou como diria Gonzales a “[...] lata de lixo da sociedade brasileira [...]” (Gonzales, 2020, p. 75) eram tratados/as como vidas descartáveis ou força de trabalho superexplorada, compondo uma “reserva da reserva, da reserva” dentro da lógica do exército industrial de reserva.⁴

Segundo Ferreira (2016), a ideia de branqueamento foi central no projeto de construção da identidade nacional, especialmente no que se refere à população

³ O paradigma da branquitude refere-se ao conjunto de normas e práticas que naturalizam a supremacia branca e a colocam como padrão social, invisibilizando outras identidades raciais. Esse conceito analisa como a branquitude se torna uma estrutura de poder, em que as experiências brancas são centralizadas e outras identidades raciais marginalizadas, perpetuando desigualdades raciais e sociais.

⁴ O "exército industrial de reserva" é um conceito desenvolvido por Karl Marx que se refere à força de trabalho disponível que não está empregada no momento, mas que pode ser incorporada à produção quando necessário. Esse exército é formado por trabalhadores desempregados ou subempregados, que servem como uma reserva de mão-de-obra para o capital, ajudando a regular os salários e as condições de trabalho. A existência desse exército é uma característica do capitalismo, onde a oferta de trabalho sempre excede a demanda, o que permite ao capital controlar os custos e a exploração da força de trabalho (Marx, 2021).

negra. A chamada "mancha negra" era percebida como algo a ser apagado, o que levou à promoção da imigração europeia e à miscigenação como estratégias deliberadas para branquear o país. Embora nos anos 1930 o discurso sobre raça começasse a ser deslocado para o campo das diferenças culturais, com Gilberto Freyre se destacando como principal expoente dessa visão, a eliminação do conceito biológico de raça não resultou no desaparecimento do racismo. Mesmo com a negação da ideia de inferioridade biológica, a raça permaneceu como uma construção social, influenciando profundamente as relações sociais e perpetuando discriminações.

Essa construção, como aponta Ferreira (2016) ao citar Abdias do Nascimento, era legitimada inclusive por dispositivos constitucionais, como o artigo da Constituição de 1934 que incentivava a "educação eugênica", reafirmando práticas que promoviam o controle reprodutivo sob o pretexto de "melhorar" a população. Ferreira também destaca, com base em autores como Guimarães (1999) e Ianni (1994), que a raça deve ser entendida como uma categoria social e histórica, profundamente ligada a características fenotípicas, como a cor da pele e o cabelo, que carregam significados e representações específicas. Essas representações, por sua vez, associam os corpos negros a estereótipos negativos e naturalizam preconceitos, enquanto raramente se refletem sobre os processos históricos e sociais que sustentam essas percepções. Assim, o padrão de "normalidade" racial, vinculado ao branco, reforça a marginalização do/a negro/a e dificulta o reconhecimento de sua contribuição e humanidade.

Diante desse panorama, fica evidente que o racismo no Brasil não se limita a um legado histórico ou a construções culturais isoladas; ele está profundamente enraizado nas bases econômicas e sociais que sustentaram o projeto burguês de exploração e dominação. A instrumentalização da população negra, relegada aos papéis mais precarizados e estigmatizada socialmente, revela como o racismo foi fundamental para consolidar e perpetuar a lógica capitalista. Assim, ao compreender o período de escravização e suas consequências, torna-se claro que as estruturas racistas não são resquícios do passado, mas pilares centrais que ainda sustentam a organização das relações sociais no Brasil.

Sem um mergulho mais profundo na formação social concreta da realidade brasileira, as análises centradas apenas nas classes podem minimizar a importância da luta histórica dos negros e negras contra a exploração capitalista e seus

desdobramentos, incluindo a intersecção com o sexismo. Ao fazer isso, essas abordagens não apenas invisibilizam as especificidades das experiências de opressão racial, mas também falham em entender o entrelaçamento das questões raciais, sexuais e de classe com as dinâmicas de exploração econômica. A resistência negra, especialmente a das mulheres negras, não pode ser dissociada da luta contra o capitalismo e o sexismo, pois ambas estão entrelaçadas nas estruturas de dominação que definem a sociedade brasileira (Gonzales, 2020). Ignorar essa interdependência resulta em uma visão empobrecida da realidade social, que marginaliza as contribuições dos negros e negras.

1.1 O desejo de manter os privilégios: o racismo estrutural e a branquitude

“Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nós mais precisava na trave
A felicidade do branco é plena
A pé, trilha em brasa e barranco, que pena
Se até pra sonhar tem entrave
A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase”

Emicida, Ismália.

O racismo estrutural é uma manifestação intrínseca às bases históricas da sociedade moderna, sendo profundamente enraizado no processo colonial que subjugou territórios, culturas e povos sob o sistema escravocrata (Souza, 2020). Ao longo do tempo, o racismo foi consolidado como uma ideologia que naturaliza desigualdades e violências, justificando as estruturas econômicas e sociais que sustentam a exploração.

[...] Todo mundo acha que é natural que negro tem mais é que viver na miséria. Porque ora, porque ele tem as suas qualidades que não estão com nada. Irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe não se trabalha. Aí, malandro, esse é malandro, é ladrão, logo tem que ser preso naturalmente é menor. Negro só pode ser pivete, trombadinha, pois o filho de peixe, peixinho é mulher, negra naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada, portanto, tem mais é que ser favelados [...] (Gonzales, 1984, p.226).

Por isso que,

[...] para apreender o racismo, é preciso questionar. Sua vinculação com a dimensão econômica, política e cultural da sociedade é necessário interpelar as estruturas e instituições responsáveis por manterem as desigualdades que se assentam no racismo ao mesmo tempo em que o reproduz (Souza, 2020, p.38).

No entanto, para apreender que o racismo é uma construção histórica sustentada pela hegemonia burguesa, branca e patriarcal, torna-se fundamental refletir sobre o papel dos/as sujeitos brancos nessa dinâmica social, política e econômica. É essencial analisar como eles não apenas se beneficiam, mas também

contribuem, de forma direta ou indireta, para a manutenção dessas estruturas de opressão.

Bento (2017), em suas pesquisas iniciadas em 1994, contribui significativamente para o entendimento das dinâmicas raciais no Brasil ao introduzir o conceito de “pacto da branquitude”. Segundo Bento (2017), esse pacto funciona como um mecanismo em que a branquitude esconde seus privilégios, mantendo um silêncio estratégico e promovendo um esquecimento coletivo sobre as desigualdades enfrentadas pelas pessoas negras na sociedade brasileira.

A reflexão sobre a branquitude, portanto, não apenas amplia a análise do racismo estrutural, mas também exige uma compreensão crítica de como práticas e estruturas que sustentam a desigualdade racial são naturalizadas no cotidiano. Em seus estudos/as, como no Projeto Oportunidades Iguais para Todos, desenvolvido em Belo Horizonte⁵, e nas discussões sobre políticas de inclusão no ambiente de trabalho, Bento (2017) observou um padrão recorrente: enquanto o foco das análises costuma recair sobre as questões enfrentadas pelas pessoas negras, o sujeito branco frequentemente permanece à margem do debate. Essa invisibilidade perpetua sua posição de privilégio, ocultando sua responsabilidade na manutenção das desigualdades raciais.

Ao colocar o sujeito branco dentro da dinâmica social brasileira, Bento (2017) desafia a ideia de neutralidade racial, ou aquilo que outrora foi chamado de “mito da democracia racial”, sugerindo que o branco não apenas se beneficia das desigualdades, mas também participa ativamente da sua reprodução. Segundo Bento:

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos (Bento, 2017, p.1).

⁵O Projeto Oportunidades Iguais para Todos foi uma iniciativa desenvolvida em Belo Horizonte, em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), com o objetivo de promover a igualdade racial e combater a discriminação no mercado de trabalho. Através desse projeto, buscou-se sensibilizar empresas e organizações sobre a importância da diversidade e da inclusão, implementando ações afirmativas para garantir oportunidades iguais para todos, independentemente de sua origem racial.

Esse argumento dialoga diretamente com a crítica de Nascimento (1978) ao mito da democracia racial, quando afirma que:

Há ainda outra lenda que sustenta a tese da 'democracia racial' no Brasil: ela se apoia na mistificação da sobrevivência cultural africana. Esse argumento fundamental é revestido de um grave perigo, pois seu apelo tem sido sedutor e capaz de captar amplo e entusiástico apoio. Defende-se o mito de que a persistência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravizados. Elementos como canções, danças, comidas, religiões e linguagens de origem africana, presentes como parte integral da cultura brasileira, seriam apresentados como provas da ausência de preconceito e discriminação racial por parte dos brasileiros brancos (Nascimento, 1978, p. 55).

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que o mito da democracia racial não é apenas um resquício histórico, mas um instrumento que ainda estrutura interpretações e narrativas contemporâneas sobre raça no Brasil. Abdias do Nascimento (1978) problematiza que tal mito funciona como uma forma de invisibilizar a opressão estrutural e a violência histórica contra a população negra, naturalizando privilégios da branquitude e dificultando o debate sobre desigualdades raciais.

Lélia Gonzalez (1984) complementa essa análise, destacando que a branquitude se constrói socialmente não apenas como identidade racial, mas como posição de poder que legitima a manutenção das hierarquias sociais. Nesse sentido, o mito da democracia racial atua como uma narrativa de neutralidade, capaz de justificar a ausência de políticas e discussões efetivas sobre relações étnico-raciais, reproduzindo a marginalização histórica dos grupos não brancos e obscurecendo a compreensão da própria estrutura social brasileira.

Para os brancos, as desigualdades são vistas como um legado do passado escravista, desvinculando-os de qualquer responsabilidade presente (Bento, 2017). Assim, torna-se mais evidente o que Fanon (2019) aponta ao discutir a irracionalidade do racismo, ou seja, não se trata apenas do ódio ao negro, está se falando, também, sobre o distanciamento que o branco faz de seu passado ancestral que escravizou e mantém os privilégios vividos por todas as pessoas brancas no agora.

As pessoas brancas

[...] reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes (Bento, 2017, p.3).

Assim, evitar focalizar o branco impede a discussão das diversas dimensões do privilégio. Mesmo em situações de pobreza, o branco mantém o privilégio simbólico da brancura, o que é significativo. Quando o debate sobre raça é diluído e analisado apenas pela classe social, há uma tentativa de reduzir a complexidade das desigualdades. Estudos mostram que, nos últimos anos, os negros, mesmo dentro dos grupos mais pobres, enfrentam um déficit muito maior em áreas como saúde, educação e trabalho (Bento, 2017)

Para Bento (2017), esse silêncio sobre o branco é essencial para entender como as desigualdades raciais são discutidas de maneira limitada, deixando de refletir sobre o papel do branco no processo de manutenção das desigualdades. Essa perspectiva de Bento (2017) contribui significativamente para a análise das relações raciais no Brasil, destacando a necessidade de olhar para o sujeito branco não como uma figura passiva, convidando assim, a sociedade a refletir sobre suas próprias responsabilidades na desconstrução dessas estruturas de opressão.

Sendo assim, ao abordar o racismo, é fundamental, em primeiro lugar, racializar os sujeitos brancos. Entendo que sob uma perspectiva histórica mundial, foram esses sujeitos que, ao longo do processo de colonização, submeteram povos colonizados a uma ideologia de opressão construída para justificar a exploração econômica, social e política destes povos.

Nesse contexto, o racismo se consolida como um mecanismo de controle social e econômico, estruturando as relações entre negros e brancos nas sociedades coloniais e pós-coloniais (Fanon, 1968). Essa ideologia racista, criada para sustentar o colonialismo, não se limitou ao passado; pelo contrário, continua a operar no presente, legitimando desigualdades em diferentes âmbitos sociais. Ela molda instituições e relações interpessoais, perpetuando hierarquias raciais e reforçando a exclusão sistemática da população negra. O racismo, portanto, não pode ser entendido apenas como um conjunto de atitudes individuais, mas como

uma estrutura que organiza o funcionamento das sociedades contemporâneas, como uma “[...] arma ideológica de dominação. [...]” (Souza, 2020, p.135).

E, nesse processo, a branquitude desempenha um papel central. Mais do que uma identidade racial, ela é um dispositivo de poder que opera para oportunizar os privilégios sociais, políticos e econômicos dos sujeitos brancos, ao mesmo tempo em que reforça a subalternização dos povos racializados historicamente, como negros, indígenas e outros grupos marginalizados. Ao se posicionar como uma norma universal, a branquitude naturaliza as desigualdades, apagando as responsabilidades históricas e atuais dos sujeitos brancos na manutenção do racismo estrutural (Bento, 2017).

A perpetuação dessa estrutura se manifesta de forma evidente em diversas áreas, como a exclusão da população negra e indígena do mercado de trabalho, as disparidades no acesso à educação de qualidade e o racismo institucional presente no sistema de justiça. É importante ressaltar que todos os grupos sociais possuem uma racialidade: enquanto alguns, como os sujeitos brancos, ocupam posições privilegiadas, outros sofrem a racialização de forma historicamente marcada. Assim, a análise da racialização deve considerar o papel de **todos os grupos**, evitando reforçar a ideia de que apenas negros e indígenas são racializados.

Essas dinâmicas revelam como o racismo é não apenas uma questão cultural, mas um sistema profundamente enraizado nas bases econômicas e sociais das sociedades. Como nos coloca Souza,

[...] o racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas expansionistas das nações dominadoras e serve como arma de combate e justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de raças eleitas. A também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através da qual as suas classes dominantes mantém um sistema de exploração das camadas trabalhadoras, negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, o racismo se desenvolveu como uma justificadora da invasão e do domínio de áreas consideradas bárbaras, inferiores, selvagens, que por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição das suas populações pelas nações “civilizadas” (Souza, 2020, p. 136).

No entanto, frente a essa opressão, é essencial destacar as resistências históricas e contemporâneas dos povos racializados. Movimentos sociais, intelectuais negros e comunidades têm desafiado essas estruturas de poder, questionando a legitimidade das hierarquias raciais e propondo alternativas que buscam a equidade racial e a justiça social. Esses movimentos não apenas confrontam o racismo, mas também oferecem uma crítica contundente ao capitalismo, ao colonialismo e às múltiplas formas de exploração que estruturam as sociedades.

Dessa forma, ao falar sobre racismo, é imprescindível compreender sua dimensão histórica e estrutural, assim como reconhecer a luta contínua por transformação social, que passa pelo questionamento das dinâmicas de poder entre não brancos e brancos.

A consciência sobre a questão racial, portanto, emerge como um campo de batalha que também é simbólico, onde se disputam o poder narrativo e a legitimidade histórica. Enquanto o racismo procura impor o esquecimento e reforçar as hierarquias da branquidade a memória viva do povo negro mantém a força de sua resistência, evidenciando que essa disputa não se dá apenas no nível ideológico, mas também nas práticas concretas que resgatam e descolonizam a identidade negra.

1.2 Cumé que nois fica?⁶

Ao analisar a realidade do negro no Brasil, é imprescindível compreender como essa questão se constituiu como um dos pilares fundamentais do sistema capitalista — o racismo — e como o capitalismo se estrutura como um sistema político, econômico, social e ideológico (Marx, 2018).

Conforme Marx (2018), o modo de produção capitalista e o desenvolvimento das forças produtivas resultam em transformações profundas na composição do capital, que não se limitam ao crescimento da riqueza. Essas transformações avançam de maneira acelerada devido à centralização dos meios de produção e à revolução técnica constante. Esse processo revela como o capitalismo está intrinsecamente ligado à acumulação de capital e à reestruturação das relações sociais, políticas e econômicas, afetando, inclusive, as questões raciais (Marx, 2018).

O sistema capitalista utiliza diversos mecanismos de coerção e, nesse sentido, evidencia aspectos analisados por Gramsci sobre o papel do intelectual e da cultura na manutenção da hegemonia. Para Gramsci, a dominação não se restringe à força física ou econômica, mas também se estabelece por meio da influência cultural, onde as ideias dominantes são naturalizadas e apresentadas como verdades universais, reforçando a hegemonia burguesa e a preservação da ordem capitalista (Jacinto, 2017).

Com isso, quer-se dizer que o sistema capitalista construiu mecanismos ideológicos — por meio da cultura, da escola, dos espaços de produção de conhecimento e da arte — para difundir os valores neoliberais. A hegemonia burguesa consolidou o individualismo como base para a reprodução de seu modo de vida, em articulação com o racismo, o sexismo e o classismo. Esses pilares estruturam um cotidiano marcado pela competitividade e pela naturalização das desigualdades. A disparidade social, longe de ser uma falha, é funcional ao sistema: ela mantém vivo o exército industrial de reserva. Como analisa Marx (2001), grupos historicamente oprimidos/as — como mulheres, pessoas negras, crianças, idosos e pessoas com deficiência — são empurrados para as margens da sociedade, ocupando o lugar do descarte. Essa lógica perversa alimenta o medo da exclusão e

⁶ Menção ao título do texto de Lélia Gonzalez de 1984 - Racismo e sexismo na cultura brasileira

força os que ainda se mantêm incluídos a disputarem entre si, sustentando a engrenagem da exploração.

Neste sentido, ao se analisar a totalidade do tecido social à luz da lógica do capital, evidencia-se que as populações não brancas, em especial as mulheres negras, ocupam uma posição estrutural nas expressões mais brutais da questão social. A articulação entre classe, raça e gênero não é acidental, mas constitutiva da formação socioeconômica brasileira. Como discute Fanon em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2019), a opressão racial assume um caráter irracional que, conforme aponta Schwartz (1994), foi funcional à consolidação do capitalismo no Brasil desde o período colonial. Nesse processo, as pessoas negras e indígenas, sobretudo as mulheres negras, foram fundamentais não apenas como força de trabalho explorada, mas também como elementos centrais na construção da identidade nacional, mesmo sob os efeitos das teorias eugenistas que marcaram o pós-abolição (Gonzalez, 2018).

Com base nas reflexões de Collins (2019), a população negra foi condicionada a ocupar a posição de 'outro', uma figura relegada, desassistida e desprotegida dentro do sistema capitalista, o que reforça sua posição de desvalia social, principalmente no Brasil. Isso significa que a desigualdade racial é um componente essencial das relações de mercado e de classe, e que a modernização econômica representa momentos em que os parâmetros raciais se adaptam às novas fases da acumulação capitalista. Em síntese, para se renovar, o capitalismo frequentemente necessita renovar o racismo, substituindo o racismo institucionalizado e a segregação legal por uma indiferença disfarçada de igualdade racial, sob o manto da democracia (Almeida, 2008, p. 144).

A herança do sistema colonial e escravista não foi superada com a abolição formal da escravização; pelo contrário, suas estruturas persistem, adaptando-se às novas formas de organização social e econômica. Após a abolição, a ausência de políticas efetivas de inclusão relegou a população negra a uma marginalização sistemática, sendo empurrada para as periferias da sociedade tanto no sentido econômico quanto social. Essa exclusão histórica moldou as bases das desigualdades que perduram até hoje, em um cenário em que o racismo estrutural continua a operar de maneira explícita e velada. Assim, práticas e discursos do passado encontram eco nas dinâmicas contemporâneas, como a segregação nos

espaços urbanos, a criminalização da juventude negra, as disparidades de renda e as barreiras no acesso a direitos básicos, como educação e saúde.

Os dados apresentados pelo Ipea em relatórios como o “Atlas da Violência e o Impactos da Pandemia de Covid-19 no Mercado de Trabalho e na Distribuição de Renda no Brasil” (2022) expõem as graves desigualdades raciais e sociais que permeiam o Brasil. Durante a pandemia, o mercado de trabalho brasileiro enfrentou uma crise sem precedentes, exacerbando desigualdades já existentes. Mulheres, negros e jovens foram os grupos mais afetados. O relatório revela que a diferença na taxa de ocupação entre negros e brancos, que em 2015 era de 2,4 pontos percentuais, saltou para 5,3 pontos em 2020. Nesse período, a taxa de ocupação dos negros caiu de 55,1% para 45,9%, enquanto a dos brancos diminuiu de 57,5% para 51,2%. Esses números evidenciam como a população negra teve mais dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, intensificando um histórico de desproteção e vulnerabilidade.

O bloco temático "Mercado de Trabalho", apresentado pelo Ipea (2024), também destaca as barreiras enfrentadas por mulheres e homens negros no Brasil. Em 2022, apenas 63% da população em idade ativa estava envolvida na força de trabalho, com os negros e negras sendo mais suscetíveis à subutilização. Isso implica que têm menos oportunidades de emprego, mais horas de trabalho e menores chances de crescimento profissional. Esses dados mostram a persistência da desigualdade, uma vez que os negros representam a maior parte dos mais de 23 milhões de brasileiros subutilizados no mercado de trabalho, refletindo uma estrutura que mantém as disparidades de forma sistêmica e estrutural (Ipea, 2024).

A aplicação da Lei de Drogas no Brasil reflete outro exemplo de desigualdade racial, com um número desproporcional de negros sendo processados por tráfico de drogas. Apesar de a população negra representar 57% da população total, 68% dos réus por tráfico de drogas são negros, enquanto os brancos, que constituem 42% da população, representam apenas 31% dos réus nesse tipo de crime. A pesquisa realizada pelo Ipea (2023) sobre os processos criminais por tráfico de drogas, revela que os réus negros são mais frequentemente abordados pela polícia com base em suspeitas durante patrulhamentos ostensivos. Já os réus brancos têm maior representação em inquéritos originados por investigações anteriores. Além disso, os jovens negros, com menos de 30 anos e baixa escolaridade, são a principal parcela

da população criminalizada, o que revela um padrão de desigualdade racial persistente no sistema de justiça.

Paralelamente, o Atlas da Violência (Ipea, 2023) traz à tona a vitimização desproporcional da população negra no Brasil. Em 2022, pessoas negras – pretos e pardos – representaram 76,5% das vítimas de homicídios, totalizando 35.531 mortes. A taxa de homicídios entre negros foi de 29,7 por 100 mil habitantes, enquanto, entre não negros, o índice foi de 10,8 por 100 mil. Isso significa que, proporcionalmente, para cada pessoa não negra assassinada, 2,8 negros foram mortos. Ainda que tenha havido uma redução na taxa de homicídios de pessoas negras entre 2017 e 2019 (de 43,1 para 29,0 por 100 mil habitantes), os índices voltaram a crescer após 2020, refletindo a instabilidade e persistência da violência racial.

Esses dados revelam como a escravização deixou marcas profundas e persistentes, que moldam a realidade brasileira atual de maneira estrutural e desigual. O “legado” histórico da escravização não é um vestígio do passado, mas uma condição presente que continua a determinar a exclusão e a violência contra a população negra, atravessando múltiplas dimensões da sociedade, desde o mercado de trabalho até a segurança pública. Embora o Censo de 2022 mostre que a população negra, composta por pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, corresponda a 55,5% da população brasileira, a discriminação racial permanece estruturada e sistêmica. A marginalização da população negra segue sendo uma realidade cotidiana, mesmo com o aumento da representação negra no país, em um cenário onde o número de pardos ultrapassou o de brancos, atingindo 45,3%, e os pretos somam 10,2%. Esses números não são apenas estatísticas, mas reflexos de uma sociedade que, apesar do crescimento numérico, não supera as barreiras da desigualdade racial. A persistência dessa marginalização evidencia que a luta contra o racismo não se resolve com a simples alteração de índices demográficos, mas exige uma transformação estrutural profunda, que vá além da representatividade e enfrente o racismo de forma sistemática e enraizada.

Essa resistência do racismo, mesmo diante da maioria negra, evidencia sua natureza estrutural e irracional (Fanon, 2019). A disparidade no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde e os elevados índices de violência contra jovens negros são apenas algumas das formas de opressão que afetam essa parcela da população. Assim, o fato de a maioria da população brasileira ser negra, mas ainda

assim ser excluída de direitos e oportunidades, revela que o racismo no Brasil não é um fenômeno isolado ou cultural, mas um mecanismo de perpetuação das desigualdades.

Como destaca Kilomba (2020), o racismo opera em diversas dimensões, negando às pessoas negras acesso a recursos valorizados como educação, saúde, moradia, emprego e representação política. Não se trata apenas de preconceitos individuais, mas de um sistema estruturado que organiza a sociedade de forma desigual e opressiva. Principalmente porque o racismo, opera também no campo simbólico, estabelecendo uma ordem hierárquica que desonra e inferioriza as pessoas negras. Assim, a violência simbólica se torna um instrumento de manutenção das desigualdades raciais, perpetuando narrativas que desumanizam a população negra.

Como colocado por Souza (2020), o controle sobre a população negra combina a dizimação de seus corpos com a dominação de suas mentes, ampliando tanto o genocídio quanto os meios ideológicos de subjugação. Nesse sentido, a combinação de preconceito e poder molda o racismo como uma forma de supremacia branca, sustentando uma hierarquia que desumaniza e estigmatiza.

Nesse sentido, as reflexões de Frantz Fanon, em “Os Condenados da Terra” (1961), mostram como a descolonização é um caminho indispensável para romper com as estruturas do racismo. Ele afirma que a descolonização exige uma ruptura radical com os legados da colonização, rompendo com a lógica que perpetua a subjugação tanto física quanto psicológica dos povos colonizados. Para Fanon, a verdadeira libertação vai além das esferas política e econômica; ela demanda a reconstrução da humanidade negra, resgatando saberes, memórias e narrativas historicamente apagadas, e desmontando as bases ideológicas que sustentam o racismo estrutural.

É, portanto, essencial que o enfrentamento ao racismo reconheça a complexidade desse sistema e seus impactos em diferentes esferas da sociedade, especialmente nas relações de trabalho e no sistema de justiça. Não basta apenas entender a história da escravidão e suas raízes no Brasil; é igualmente crucial compreender suas consequências contemporâneas, que se perpetuam por meio de estruturas sociais, econômicas e políticas que ainda reproduzem desigualdade e exclusão. O racismo não é apenas um reflexo do passado, mas uma dinâmica que continua a se manifestar de diversas formas, desde a sub-representação de negros

em setores chave da economia, até a marginalização da população negra nos processos judiciais, como é o caso no sistema de justiça criminal, onde as disparidades raciais são evidentes, como apontado pelo Ipea (2023).

A abordagem crítica da memória, conforme exemplificada pelo conceito de Sankofa⁷, nos convoca a refletir sobre o que foi, mas também sobre o que ainda precisa ser transformado. O esquecimento não é uma opção, ignorar esse passado é perpetuar as desigualdades e comprometer a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa. Sankofa, como filosofia, nos ensina que o passado não deve ser apagado, mas sim reinterpretado e usado como base para mudar o presente e o futuro. Isso significa que, ao invés de apenas reconhecer a dor histórica, é necessário agir para enfrentar suas consequências na atualidade, seja por meio de políticas públicas, seja pela implementação de ações afirmativas que garantam o acesso aos direitos e oportunidades.

Nesse contexto, o princípio de Sankofa se torna fundamental para a compreensão da urgência de revisitar a história de forma crítica, não apenas como uma reflexão teórica, mas como um instrumento de transformação. Enquanto *Sankofa* nos convoca a "voltar e buscar" as lições do passado, entendendo que o conhecimento sobre nossas origens é essencial para a mudança.

É com uma memória crítica, que se traduz em ação, que se pode vislumbrar uma nova ordem societária que, de fato, rompa com as opressões estruturais que há séculos moldam as relações sociais no Brasil. Não basta apenas recordar o passado, é necessário que a memória seja combustível para uma revolta coletiva, para a transformação radical de um sistema que ainda perpetua a desigualdade e a marginalização. Essa nova ordem não será construída por reformas superficiais ou por pactos de convivência entre os opressores e os oprimidos/as. A mudança real exige a desconstrução das narrativas que justificam a exploração, a destruição dos mecanismos que sustentam o racismo, o patriarcado e a desigualdade.

⁷Sankofa é um conceito originário da cultura Akan, da África Ocidental, que simboliza a ideia de retornar ao passado para resgatar o que foi perdido ou esquecido. Representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás, mas com os pés avançando, o termo significa que não há erro em buscar no passado aquilo que pode ajudar a construir um futuro melhor. Em um contexto mais amplo, Sankofa sugere que o aprendizado com a história é essencial para corrigir injustiças e promover mudanças estruturais, especialmente nas questões relacionadas à identidade e à memória histórica.

Capítulo 2: Patriarcado, Sexismo, Capitalismo: Uma caça às bruxas

“Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão
Hum! Hum!
Eu sou pau pra toda obra
Deus dá asas à minha cobra
Hum! Hum! Hum! Hum!
Minha força não é bruta
Não sou freira, nem sou puta
Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
Ratatá! Ratatá! Ratatá!
Taratá! Taratá!
Sou rainha do meu tanque
Sou Pagu indignada no palanque
Hanhan! Ah! Hanran!
Fama de porra louca, tudo bem!
Minha mãe é Maria Ninguém
Hanhan! Ah! Hanran!
Não sou atriz, modelo, dançarina
Meu buraco é mais em cima
Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem
Ratatá! Ratatátá
Hi! Ratatá”
Taratá! Taratá

Rita Lee (part. Zélia Duncan), Pagu

O patriarcado e o capitalismo são sistemas historicamente entrelaçados, cuja formação e consolidação trouxeram impactos profundos na posição social e econômica das mulheres e na construção das hierarquias de gênero e raça. Antes do advento do capitalismo, o patriarcado já exercia controle sobre as mulheres, mas foi no período da transição do feudalismo para o capitalismo que essa estrutura foi reformulada, assumindo um papel central na organização social e econômica emergente.

Federici (2017) argumenta que o patriarcado, longe de ser um resquício de sistemas anteriores, foi transformado em uma peça fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Esse processo incluiu a criação de uma nova divisão sexual do trabalho, que excluiu as mulheres do trabalho assalariado e relegou-as a uma posição de subordinação em relação aos homens. Essa nova organização social foi marcada pela apropriação dos corpos femininos como instrumentos de reprodução, subordinando as mulheres tanto no espaço doméstico quanto na esfera pública.

Para melhor entender essa relação, é importante destacar eventos históricos que consolidaram essa dinâmica, como a "caça às bruxas" nos séculos XVI e XVII. Federici descreve esse fenômeno como um dos elementos centrais na construção da nova ordem patriarcal capitalista. A perseguição às bruxas não apenas destruiu o controle que as mulheres exerciam sobre sua própria reprodução, mas também institucionalizou a violência como instrumento de disciplinamento de seus corpos e

comportamentos. Para a autora, "a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras" (Federici, 2017, p. 28).

Cisne e Gurgel (2008), em diálogo com Saffioti (2004), também apontam que o patriarcado deve ser entendido como uma subestrutura do capitalismo, profundamente articulado à propriedade privada e à exploração das mulheres. Essa reorganização do patriarcado no contexto capitalista incluiu o que Federici (2017) chama de "patriarcado do salário", em que o sistema salarial conferiu aos homens uma posição de controle sobre as mulheres, confinando-as ao trabalho reprodutivo não remunerado.

O resultado foi a naturalização da exploração do trabalho feminino como algo intrínseco à acumulação de capital. Federici (2017) observa que, nesse contexto, o trabalho reprodutivo feminino foi invisibilizado e desvalorizado, redefinindo as noções de feminilidade e masculinidade em função das necessidades do capitalismo. Essa estrutura patriarcal não é um resquício do passado, mas um mecanismo ativo e fundamental para a sustentação do sistema capitalista contemporâneo.

Portanto, ao interligarmos as ideias de Cisne (2008) e Federici (2017), é possível compreender que o patriarcado, longe de ser uma relíquia arcaica, é um pilar central na manutenção das desigualdades de gênero e na divisão sexual do trabalho. A exploração das mulheres, seja no espaço doméstico ou no mercado de trabalho, integra o processo de acumulação de capital e a organização social patriarcal, cuja continuidade depende da subordinação feminina e da invisibilização do trabalho reprodutivo.

Quando pensamos no Brasil, essa dinâmica adquire contornos específicos. A história da colonização e da escravização patriarcal se configurou como uma dinâmica singular na formação das classes sociais do país. Nesse contexto, "é impossível dissociar o escravismo do patriarcado ou o patriarcado do escravismo", (Cisne, 2018, p. 101) uma vez que ambos se entrelaçam de forma indissociável para moldar as estruturas de poder e desigualdade, como o racismo, o sexismo e o classismo, que caracterizam a sociedade brasileira.

Federici observa que o racismo e o sexismo foram elementos estruturais que justificaram as desigualdades impostas pelo sistema capitalista. Segundo ela, "o

capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais" e, para isso, difama a "natureza" daqueles que explora: mulheres, sujeitos coloniais e descendentes de escravizados" (Federici, 2017, p. 37). Nesse sentido, raça e gênero foram construídos como categorias complementares de dominação, sustentando um sistema que simultaneamente expropriou terras, recursos e corpos.

Desta forma, a exploração das mulheres racializadas, com ênfase na exploração das mulheres negras no Brasil, é um aspecto central para a compreensão das desigualdades que atravessam a história do país. Quando pensamos na sociabilidade da mulher brasileira, vemos a mulher negra como a principal protagonista das disparidades sociais. Como nos coloca bell hooks⁸ em seu livro *E eu não sou mulher?* (2018), a escravização foi uma experiência terrível tanto para homens quanto para mulheres negras, mas teve impactos ainda mais profundos nas mulheres. Elas não só trabalharam nas lavouras e nas roças, mas também serviram às elites coloniais, de maneira semelhante aos homens negros. No entanto, as mulheres negras eram ainda mais vulneráveis a uma violência específica: o estupro, que as diferenciava e as subjugava ainda mais severamente.

Por isso a discussão sobre a dinâmica patriarcal precisa estar relacionada a dinâmica do racismo, visto que a escravização das mulheres negras no Brasil não foi apenas um sistema de exploração econômica, mas também um pilar de sustentação do patriarcado, que utilizava a violência sexual como ferramenta de controle social. Essa dinâmica estruturou as relações sociais e institucionais de forma duradoura, naturalizando a subordinação das mulheres, sobretudo negras e indígenas, e vinculando-as a trabalhos precarizados e desvalorizados.

Mesmo com a abolição, como observa Cisne (2018), as estruturas de desigualdade racial e patriarcal permaneceram intactas. A ausência de mudanças significativas nas representações coletivas e atitudes sociais perpetuou a assimetria entre brancos e negros. Além disso, as mulheres, tanto negras quanto brancas, continuaram excluídas do acesso pleno à cidadania, sendo marginalizadas nos processos políticos e econômicos. No entanto, enquanto as mulheres brancas

⁸O nome bell hooks é grafado em letras minúsculas como uma escolha intencional da própria autora. Essa decisão tem o objetivo de deslocar a atenção de sua identidade individual para suas ideias e contribuições intelectuais. Além disso, a grafia minúscula reflete sua crítica às hierarquias e estruturas de poder, especialmente no meio acadêmico e cultural.

enfrentavam restrições políticas, as mulheres negras continuaram a sofrer múltiplas formas de opressão, profundamente marcadas pela herança do escravismo e do patriarcado. Portanto se foi sobre essas bases que as classes sociais do Brasil foram consolidadas nos é inevitável considerá-las para a compreensão da questão social na particularidade social e econômica do país (Cisne, 2018, p.101).

Desta forma, o patriarcado, como estratégia do colonizador português, encontrou na escravização um meio de consolidar sua dominação. As bases dessa estrutura estavam nos grupos domésticos rurais e na exploração da força de trabalho escravizada. Para Cisne (2018), o patriarcado exercia controle não apenas pelo trabalho, mas também pela sexualidade: os homens brancos utilizavam suas relações sexuais com mulheres negras e indígenas como ferramenta de dominação e reprodução da força de trabalho escravizada. Essa violência sexual sistemática desumanizava as mulheres escravizadas, que eram vistas não como mães, mas como meras reprodutoras para atender às necessidades econômicas do sistema escravocrata.

A violência patriarcal também se reproduziu em momentos posteriores da história brasileira. Durante o período da ditadura militar, por exemplo, as práticas de tortura contra mulheres diferiam das infligidas aos homens, incluindo estupro e humilhações sexuais. Essa violência ecoava a exploração sexual vivida por mulheres indígenas e negras durante a colonização e a escravização, reforçando o vínculo histórico entre racismo, patriarcado e controle sobre os corpos femininos.

Neste contexto, é imprescindível dizer que o trabalho explorado das mulheres escravizadas foi essencial para a acumulação de capital no sistema colonial, como discute Silvia Federici. Ela argumenta que a produção de produtos como açúcar e algodão, realizados por meio do trabalho escravizado nas plantações, exemplifica a interseção entre raça, gênero e classe na economia capitalista (Federici, 2017, p. 13-14, 28, 215). Sendo assim, as mulheres negras foram fundamentais nesse processo de acumulação de capital, não apenas através do trabalho físico, mas também pelo papel central que desempenharam nas dinâmicas sociais e familiares da escravização, principalmente na dinâmica da sociedade brasileira.

O entrelaçamento de exploração econômica, violência sexual e subordinação social das mulheres negras no Brasil constitui uma das bases estruturantes das desigualdades de gênero e raça na sociedade contemporânea. Desde o período colonial, quando as mulheres negras foram escravizadas e submetidas a formas

extremas de exploração, essas opressões têm se reproduzido em novas configurações ao longo da história, perpetuando violências e marginalizações que ainda se fazem presentes. Esse processo não pode ser entendido como um mero resquício histórico, mas como uma continuidade das estruturas de poder que sustentam as desigualdades sociais e econômicas no Brasil (Cisne, 2008).

A escravização das mulheres negras não foi apenas um sistema de exploração econômica, mas também uma estratégia de controle social que utilizava a violência sexual como ferramenta de dominação. Essa violência moldou as relações sociais e institucionais de forma duradoura, naturalizando a subordinação das mulheres, sobretudo das negras e indígenas, reforçando sua associação a trabalhos precarizados e desvalorizados.

Como aponta Federici (2017), a violência contra as mulheres não deve ser vista como uma anomalia do sistema capitalista, mas como uma condição necessária para a sua reprodução. O conceito de "feminização da pobreza", especialmente no contexto da globalização, é ilustrativo dessa lógica: as mulheres, em especial as racializadas, assumem os trabalhos mais exploratórios e mal remunerados, enquanto enfrentam condições de vida marcadas por precariedade, exclusão e violência. No capitalismo, como Federici sugere, não há apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado e a escravização; existe também uma dialética entre acumulação e destruição da força de trabalho (Federici, 2017, p. 37).

Essa dinâmica é especialmente evidente na contemporaneidade, onde a acumulação capitalista intensifica desigualdades preexistentes, ao mesmo tempo que aprofunda a exploração daqueles que já se encontram nas margens da sociedade. A "feminização da pobreza" reflete não apenas a sobrecarga econômica que recai sobre as mulheres, mas também o lugar social que lhes é historicamente atribuído, como responsáveis pelo cuidado, pela reprodução e pela manutenção da força de trabalho – atividades que são subestimadas e frequentemente não remuneradas (Federici, 2017). Portanto, o enfrentamento da violência contra as mulheres negras e das desigualdades estruturais que as afetam exige uma análise crítica que interseccione raça, gênero e classe, além de um compromisso com a transformação radical das bases sociais, políticas e econômicas que sustentam essas opressões.

Assim, as marcas deixadas pelo patriarcado e pelo racismo continuam profundamente enraizadas na sociedade brasileira, sustentando e reproduzindo desigualdades de classe, raça e gênero. Somente ao revelar e analisar as interseções entre essas estruturas – raça, patriarcado e capitalismo – é possível compreender como elas permanecem atuantes, moldando e perpetuando as desigualdades que caracterizam a realidade contemporânea.

2.1 Mulheres negras combinaram de não morrer

“Velha encarquilhada
Carapinha branca
Gandola de renda
Caindo na anca
Embalando o berço
Do filho do sinhô
Que há pouco tempo
A sinhá ganhou
Era assim que mãe preta fazia
Criava todo branco
Com muita alegria
Enquanto na senzala
Seu bem apanhava
Mãe preta mais uma lágrima enxugava
Mãe preta, mãe preta,
Mãe preta, mãe preta
Enquanto a chibata
Batia em seu amor
Mãe preta embalava
O filho branco do sinhô”

Virgínia Rosa, Mãe Preta

Como colocado anteriormente, a escravização no Brasil foi marcada por uma brutalidade que atingiu homens e mulheres negras de forma devastadora. No entanto, ao analisarmos os processos históricos com um olhar interseccional, que considera as dinâmicas de raça e gênero, torna-se evidente que as mulheres negras vivenciaram de forma ainda mais intensa os impactos do racismo estrutural e da violência de gênero.

As mulheres negras africanas sofreram mais intensamente um choque brutal e aterrador dos senhores e senhoras brancos, não apenas porque podiam ser vitimizadas através da sua sexualidade, mas também porque era mais provável que trabalhassem na intimidade das famílias brancas, ao contrário dos homens negros.

Desde que os escravocratas viam as mulheres negras como cozinheiras, amas-secas e empregadas domésticas "vendáveis", era crucial que elas fossem tão exaustivamente aterrorizadas que se submeteriam passivamente à vontade do senhor branco, da senhora e de seus filhos. Para tornar seu produto "vendável", o escravocrata precisava garantir que nenhuma escravizada mulher negra rebelde fosse capaz de envenenar a família, matar as crianças, incendiar a casa ou resistir de qualquer forma. A única garantia que ele poderia oferecer era a sua capacidade de domesticar o escravizado.

Essa sobreposição de opressões evidenciou-se em diversas dimensões da vida dessas mulheres, que foram duplamente desumanizadas: como negras, eram vistas como propriedade; como mulheres, sofriam estupros, exploração reprodutiva e um controle brutal sobre seus corpos. A exploração se deu de forma tão absurda, que as mulheres negras nesse período foram condicionadas a cumprir papéis estereotipados e opressivos, sendo reduzidas às figuras da mucama/doméstica, da mulata e da mãe preta (Gonzales, 1984).

Gonzalez (1984) explica que as mulheres negras, enquanto mucamas no período colonial, desempenhavam múltiplas funções, que iam desde serviços domésticos até o trabalho sexual forçado, sendo frequentemente vítimas de estupro por parte dos senhores e outros homens da elite colonial. Essa violência sexual sistemática era uma das formas mais cruéis de opressão, marcada pela exploração do corpo feminino negro como propriedade e instrumento de dominação sexual, em um contexto onde o estupro era naturalizado e parte integrante das relações de poder entre senhores e escravizadas.

As mucamas eram figuras centrais na casa-grande, com a exploração de seus trabalhos, as mulheres brancas podiam dedicar seu tempo para tarefas além do lar (Gonzales, 1984), pois tinham ali, na mulher negra, como bem nos remonta hooks (2018) quem fizesse os afazeres domésticos e assim, a mulher negra passa a fazer parte do tecido social construído pelos seus senhores brancos. Essa relação ambivalente também configurava uma forma de violência simbólica, em que sua presença era essencial, mas sempre marcada pela submissão e exploração.

A exploração sexual em massa das mulheres negras escravizadas era uma consequência direta da política anti mulher do patriarcado colonial da América. Dado que a mulher negra não era protegida nem pela lei ou opinião pública, ela era um alvo fácil. Enquanto o

racismo foi claramente a maldade que decretou que o povo negro seria escravizado, foi o sexismo que determinou que o destino das mulheres negras seria duro, mais brutal do que o dos homens negros escravizados (hooks, 1984, p. 32).

De acordo com Abdias (1978), a exploração das mulheres africanas pelos senhores escravocratas era uma prática comum, que evidenciava o caráter lascivo, indolente e ganancioso da classe dirigente portuguesa. Essa dinâmica incluía a objetificação das mulheres africanas como prostitutas, demonstrando que, além de licenciosos, alguns escravocratas também atuavam como “exploradores sexuais”.

Assim, “[...] constata-se que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. [...]” (Gonzales, 1984). Ou seja, a mulata, apenas no carnaval, não é nada mais que a mucama exaltada como um símbolo sexual, uma rainha do samba, desejada e admirada. Contudo, no cotidiano, essa mesma mulher negra era relegada à posição de doméstica, trabalhando em condições precarizadas e enfrentando discriminações e explorações raciais e de gênero (Gonzalez, 1984, p. 228). E com isso,

As mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores. O fruto deste covarde cruzamento de sangue é o que agora é aclamado e proclamado como 'o único produto nacional que merece ser exportado: a mulata brasileira.' Mas se a qualidade do 'produto' é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso (Nascimento, 1978, p. 61).

De acordo com Abdias Nascimento (1978), a ideia amplamente difundida de que a formação do Brasil ocorreu por meio de um processo integrativo e isento de preconceitos desmorona diante da realidade social da mulher negra. Essa narrativa, que mascara o comportamento racista de portugueses e brasileiros brancos, sustenta falsos argumentos de que a suposta ausência de preconceitos teria levado o colonizador a se engajar em uma “*saudável interação sexual*” com mulheres negras, o que está longe da verdade.

O fato, como nos traz hooks (2018) e Gonzalez (1984), é que o estupro sistemático das mulheres negras por homens brancos durante a escravização tinha como objetivo consolidar a lealdade e obediência absolutas à ordem imperialista branca. Esse método, profundamente enraizado na violência, era uma forma institucionalizada de terrorismo, que buscava desmoralizar e desumanizar as mulheres negras.

Nesse contexto, Davis (2016) argumenta que, em meio à opressão já extrema das plantações, as mulheres escravizadas estavam constantemente vulneráveis à violência sexual, especialmente quando desprotegidas. Essa exploração também era instrumentalizada como um meio de controle, no qual os senhores de escravizados criavam sistemas de coerção, exigindo que as mulheres trocassem favores sexuais por comida, proteção contra punições severas ou segurança para seus filhos. Essa dinâmica reforçava a exploração e submetia as mulheres negras a um ciclo contínuo de violência e desumanização.

No ensino do fundamentalismo cristão as mulheres eram retratadas como sedutoras sexuais malévolas, trazendo o pecado ao mundo. A luxúria sexual foi originada por ela e o homem foi meramente vítima do seu luxurioso poder. A socialização do homem branco em olhar a mulher como a sua queda moral conduziu ao desenvolvimento do sentimento anti-mulher (hooks, 2018, p.23).

Isso servia para justificar os estupros conscientes, intrinsecamente ligados a uma vida sexual alicerçada na impunidade inegociável do sexismo dos homens brancos. Na prática, o ditado popular que afirma “Branca para casar, Negra para trabalhar, Mulata para fornicar” reflete a realidade perversa que predominou e ainda reverbera na sociedade (Nascimento, 1978). Esse padrão revela o lugar imposto às mulheres negras, que eram frequentemente submetidas ao trabalho forçado, à exploração sexual e à objetificação.

Segundo bell hooks (2018), as mulheres africanas, educadas na obediência pela alta autoridade das tradições de suas sociedades, eram consideradas pelos homens brancos escravocratas como sujeitos ideais para a escravização. Acostumadas a desempenhar trabalhos árduos nos campos e uma ampla gama de tarefas domésticas, essas mulheres foram vistas como indispensáveis para o trabalho nas plantações americanas, onde grande parte das atividades era realizada com a enxada. Quando o comércio de escravizados foi intensificado, as mulheres passaram a constituir cerca de um terço da "carga humana" transportada nos navios negreiros.

Os escravocratas também utilizavam a captura de mulheres importantes nas comunidades, como filhas de reis, como estratégia para atrair homens africanos para situações em que poderiam ser facilmente capturados. Apesar disso, os homens brancos não viam as mulheres negras como uma ameaça, o que fazia com que, frequentemente, fossem mantidas sem algemas a bordo dos navios, enquanto

os homens africanos eram acorrentados uns aos outros. O medo dos escravocratas de resistência e retaliação por parte dos homens negros os levava a manter uma distância significativa deles, mas a relação com as mulheres negras escravizadas era diferente: nelas, os escravocratas exerciam poder absoluto, brutalizando e explorando-as sem receio de retaliação (hooks, 2018).

Essas mulheres, que frequentemente se moviam livres no convés dos navios, tornavam-se alvos fáceis para os abusos físicos e torturas cometidos pelos homens brancos. Após serem marcados a ferro quente, todos os escravizados eram despidos de suas roupas, e a nudez das mulheres africanas simbolizava constantemente sua vulnerabilidade sexual. O estupro era amplamente utilizado como método de tortura, especialmente contra mulheres que demonstrassem resistência. Além disso, a ameaça constante de violação ou outras brutalizações físicas geravam um terror permanente na mente das mulheres africanas, exacerbando o trauma de seu deslocamento e subjugação (hooks, 2018). “E assim temos diante dos olhos uma radiografia a mais da famigerada 'democracia racial' em cujo contexto, o homem negro e a mulher negra só podem penetrar subrepticiamente, pela porta dos fundos, como criminoso e como prostituta” (Nascimento, 1978, p. 63).

Sendo assim, como coloca Nascimento, o mito do “cruzamento racial” é, na verdade, resultado de séculos de violência sexual, estupros, concubinação e prostituição impostos às mulheres negras e mulatas. A mulher negra, exaltada apenas dentro de um imaginário sexual racista e colonial, nunca ocupou um espaço digno na narrativa histórica brasileira e desta forma, a realidade social expõe a hipocrisia da chamada “democracia racial”.

“E assim temos diante dos olhos uma radiografia a mais da famigerada 'democracia racial' em cujo contexto, o homem negro e a mulher negra só podem penetrar subrepticiamente, pela porta dos fundos, como criminoso e como prostituta” (Nascimento, 1978, p. 63). Ou como, a “mãe preta”, que como coloca Lélia, foi a única “colher de chá” que deram para as mulheres negras. É “nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente.” (Gonzales, 1984, p. 235)

Contudo, muito além do estereótipo que os brancos construíram para reforçar a falsa benevolência das relações raciais no Brasil, a mãe preta desempenhou um papel fundamental na formação cultural e social do país. Ela não apenas educou os filhos dos senhores, mas também, por meio de sua presença e sabedoria, transmitiu

valores que plantaram sementes de resistência e dignidade em uma sociedade que buscava apagar sua humanidade. A mãe preta, símbolo de resistência silenciosa⁹, é um lembrete de que, mesmo nas condições mais adversas,

[...] através da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação (Lacan, 1979). Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada (Gonzales, 1984, p. 235-236).

As mulheres negras combinaram de não morrer¹⁰. Sucumbir nunca foi uma opção na história das mulheres negras. Pelo contrário, mesmo enfrentando a brutalidade persistente do racismo, essas mulheres transformaram dores em estratégias de resistência, construindo pontes que sustentaram não apenas suas

⁹ “O silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefinida das mulheres negras.” (Collins, 2019, p.202) O silêncio por muitas vezes foi e é, linguagem de ação e sobrevivência.

¹⁰ Na aclamada obra *Olhos d'Água*, a autora Conceição Evaristo ecoa o manifesto das comunidades negras, proclamado em uníssono desde os tempos do tráfico transatlântico: “A gente combinamos de não morrer”.

comunidades, mas também os alicerces da sociedade brasileira. Ainda que invisibilizadas e marginalizadas, suas ações e legados desnudam as contradições de uma nação que insiste em negar as marcas profundas da opressão racial enquanto se apoia nas contribuições inegáveis e indisfarçáveis das mulheres negras para sua própria sobrevivência e desenvolvimento.

2.2 Coreografias da Violência: Mulheres negras no Brasil contemporâneo

“O mundo é tão cruel com as garotas negras
Te silenciam pra poder ter mais razão no jogo
Vão te humilhar na frente da sua equipe de trabalho
Puxando o saco da sua chefe, ter algum retorno
Machuca a sua garota negra quando não assume
Machuca a sua filha, achando que ela não consegue
Eu sei que já nascemos fortes, isso é inegável
Mas a parte de ser humana parece invisível
Garotas negras merecem afeto
Não sabe olhar no olho, então seja apenas covarde
A internet fala sobre ocupar lugares
Mas quando fere, rasga o peito, só sobram palavras
Se eu juntar o caco desse vidro ele não vira jarra
Se eu juntar a minha mão na sua eu me sinto segura
Garota negra saiba que desse lado eu te amo
Quero você segura enquanto anda nessas ruas
Se ele não se preocupa, saiba, temos uma rede
O seu espelho na sua casa reflete potência
Volta pra casa viva, e vê se me manda mensagem
Quando dormir não sinta culpa, quem só é ausência
Ausência
Ausência
Ausência”

Mc Luanna, Cartas a uma menina negra

Durante a produção destas linhas, fica evidente a disparidade entre pessoas brancas e não brancas. Com isso, pode-se dizer que a sociabilidade de ambas constrói, no presente, diversos rebatimentos de um passado calcado na violência e desumanização. Nesse sentido, é imprescindível trazer à tona dados que evidenciam a persistência dessa desigualdade em nosso cotidiano, especialmente no que diz respeito à violência que afeta de forma desproporcional a população negra. Esses números não apenas denunciam a brutalidade enfrentada por essas

pessoas, mas também escancaram a perpetuação de um sistema estruturado no racismo.

Os dados apresentados neste estudo são provenientes de duas importantes instituições brasileiras: o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O FBSP, criado em 2006, é uma organização não governamental que se consolidou como referência na produção de análises e estatísticas sobre segurança pública, justiça criminal e direitos humanos no Brasil. Seus principais relatórios, como o *Atlas da Violência no Brasil* e o *Sumário Executivo sobre Violência Contra a Mulher*, têm sido amplamente utilizados para subsidiar pesquisas e a formulação de políticas públicas.

O IPEA, vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é um órgão federal dedicado à pesquisa e ao assessoramento técnico sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico. Em colaboração com o FBSP, o instituto contribui para a elaboração do *Atlas da Violência*, ampliando as análises estatísticas e qualitativas sobre os diferentes aspectos da violência no país.

Neste trabalho, foram utilizados dados referentes ao período de 2021 a 2024, considerando os impactos significativos da pandemia de Covid-19 sobre a população negra brasileira. Esse recorte temporal é essencial para compreender as mudanças que ocorreram no contexto pós-pandemia, período em que as desigualdades históricas foram aprofundadas, afetando de maneira desproporcional a população negra, com especial destaque para as mulheres negras.

Com base nesses dados, serão apresentados três infográficos elaborados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, correspondentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Esses materiais analisam os fatores de raça e cor na dinâmica da violência, evidenciando a relação entre esses elementos e a persistência de desigualdades estruturais no Brasil.

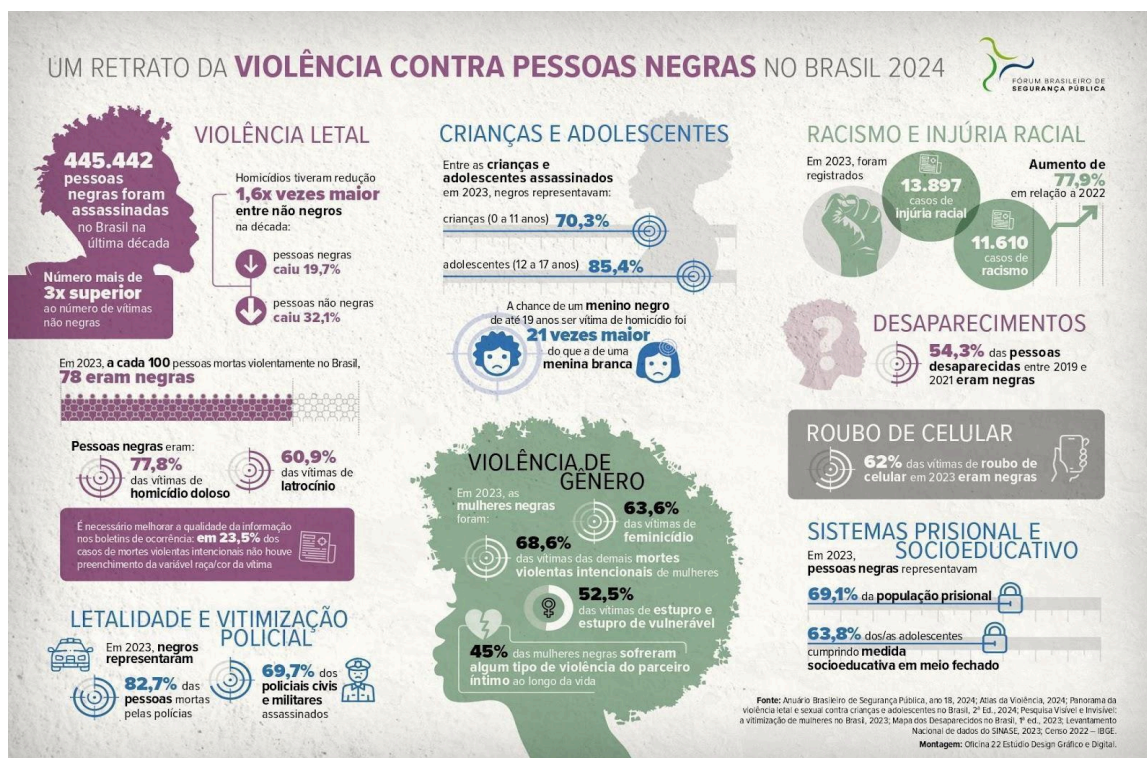
Figura 1 - Infográfico sobre violência contra pessoas negras no Brasil, ano de 2022 (FBSP, 2022).



Figura 2 - Infográfico sobre violência contra pessoas negras no Brasil, ano de 2023 (FBSP, 2023).



Figura 3 - Infográfico sobre violência contra pessoas negras no Brasil, ano de 2024 (FBSP, 2024).



A partir dos infográficos, fica nítido o quanto o racismo persiste em nossa sociedade. Os dados apontam que a injúria racial, as vítimas de mortes intencionais

e as pessoas que mais são assassinadas no Brasil continuam sendo majoritariamente negras. Além disso, ao analisar esses números, evidencia-se uma profunda discrepância entre as vivências de homens e mulheres negras, demonstrando como as questões sociais se manifestam de maneira ainda mais incisiva quando a análise considera tanto a raça quanto o gênero.

Ao aprofundar a interseção entre raça, classe e gênero no contexto da violência, é impossível ignorar que as mulheres negras ocupam a posição mais vulnerável e desproporcionalmente afetada. Esse entrelace de opressões ressalta como o racismo estrutural e o patriarcado se combinam, resultando em altos índices de violência contra essas mulheres.

Dessa forma, é imprescindível destacar o feminicídio como a principal causa de morte violenta entre mulheres negras no Brasil. Esse crime, além de ser a expressão mais extrema e brutal da violência de gênero, reflete profundamente as marcas das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira. Compreender o feminicídio exige, portanto, uma análise crítica e interseccional, capaz de relacionar os impactos do racismo, do machismo e da exclusão social. Essa perspectiva é essencial para interpretar os dados apresentados, que revelam não apenas os números, mas também as consequências devastadoras dessa violência no cotidiano das mulheres negras, evidenciando a urgência de enfrentá-la como uma questão de justiça social e direitos humanos.

2.2.1 Feminicídio: o que é?

Para compreender o que é o feminicídio, este texto baseia-se no artigo "Feminicídios: conceitos, tipos e cenários" de Stela Nazareth Meneghel e Ana Paula Portella, publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva* (2017), no *Sumário Executivo Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição* (2023) e no relatório *Feminicídios em 2023* do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esses documentos contribuem para uma análise ampla e crítica sobre a violência extrema contra mulheres, considerando aspectos de gênero, raça, classe social e a atuação (negligência) do Estado.

As violências contra as mulheres abrangem um amplo espectro de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial, que ocorrem em um contínuo de violências que pode culminar no assassinato, denominado feminicídio. Este termo não se limita à descrição de homicídios de mulheres, mas inclui a motivação de gênero como elemento central, destacando um contexto de poder, dominação e misoginia. Diferente do femicídio, que remete ao assassinato de mulheres de forma geral, o feminicídio enfatiza a negligência estatal e social diante desses crimes, sendo caracterizado como uma forma de violência de gênero institucionalizada. Diana Russell introduziu o conceito em 1976, no Tribunal Internacional sobre Crimes Contra as Mulheres, definindo-o como uma manifestação extrema de terrorismo sexual (Meneghel, Portella, 2017).

No Brasil,

A lei do feminicídio foi sancionada em março de 2015 e, de modo que é somente a partir de 2016 que temos os dados disponíveis para o período de janeiro a dezembro de cada ano. Ainda assim, mesmo considerando a subnotificação de casos nos primeiros anos de vigência da legislação, ao menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio entre 2015 e 2023 (FBSP, 2023, p.3).

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), os dados sobre feminicídio revelam de forma clara a interseccionalidade de opressões de gênero, raça e classe social, onde se observa uma maior incidência entre mulheres jovens, negras, pobres e residentes em áreas urbanas marcadas pela insegurança e ausência de políticas públicas efetivas de proteção. As mulheres negras, em particular, são as mais vulneráveis a esse tipo de violência, não apenas devido à desigualdade de gênero, mas também pelo racismo estrutural que atravessa a sociedade. O feminicídio, nesse contexto, se configura como uma manifestação

extrema das desigualdades estruturais, em que as vítimas, além de enfrentarem o risco de morte pela violência doméstica e sexual, sofrem com a marginalização social e a falta de respostas adequadas por parte do Estado. A combinação de fatores socioeconômicos e raciais, somada à negligência institucional, contribui para que essas mulheres, em sua maioria, se tornem vítimas de um ciclo de violência que muitas vezes é invisibilizado e não tratado com a devida gravidade, perpetuando um ciclo de impunidade e perpetuação da desigualdade.

Esses fatores evidenciam como a violência estrutural afeta de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis da sociedade. Meneghel e Portella destacam que, em mais de 70% dos feminicídios cometidos por parceiros íntimos, há relatos de violência de gênero prévia, em níveis crescentes de frequência e gravidade (Meneghel, Portella, 2017). Os fatores que aumentam a vulnerabilidade das mulheres incluem a disparidade de idade entre os cônjuges, a situação marital informal e tentativas de separação. Além disso, a sobreposição de fatores como desemprego masculino, posse de armas de fogo e histórico de agressões evidencia como esses crimes se ancoram em relações de poder e controle patriarcal.

Dentro dessa dinâmica de violência doméstica, os parceiros íntimos não apenas cometem feminicídios, mas também são responsáveis por uma grande parcela dos estupros, sendo o agressor sexual mais frequente. Muitos desses crimes sexuais ocorrem no contexto de relações íntimas, onde a mulher, muitas vezes, é violentada sexualmente por seu parceiro, refletindo a ideia patriarcal de posse sobre o corpo da mulher. Esse padrão de violência é exacerbado por fatores como controle, ciúmes e a ideia de que a mulher "pertence" ao homem, o que torna as mulheres ainda mais vulneráveis à violência física e sexual. Enfim:

Existe um cenário de misoginia e crueldade em que as mortes são acompanhadas de violações e os corpos são mutilados, desnudados e desqualificados. O feminicídio representa então uma mensagem enviada às mulheres (para aterrorizá-las e mantê-las submissas) e aos outros homens (para demarcar território e mostrar quem é que manda). Novas tipologias e cenários incluem as mortes por conexão: quando uma mulher está na linha de fogo em que um homem mata ou tenta matar outra mulher; feminicídios sexuais sistêmicos, precedidos de sequestro, tortura e estupro; morte de mulheres que exercem prostituição ou ocupações estigmatizadas; morte de mulheres em situação de tráfico ou contrabando de pessoas e finalmente os feminicídios em que há marcas de racismo, quando há ódio à origem étnica, racial ou traços fenotípicos da mulher e quando há preconceitos em relação à orientação sexual, in

cluindo feminicídios transfóbicos e lesbofóbicos. Além dessas, também se consideram feminicídios as execuções de mulheres em conflitos armados, a perseguição e morte de militantes políticas e sociais, a eliminação de grupos considerados inferiores em ações de “limpeza racial” como o que acontece com mulheres pertencentes a minorias étnicas. (Meneghel, Portella, 2017, p.3081)

Outros cenários de feminicídio envolvem dinâmicas mais complexas, como a violência sexual, o tráfico de pessoas e o comércio sexual. Mulheres em situação de prostituição enfrentam um risco de morte 50 vezes maior do que outras mulheres (Meneghel, Portella, 2017), refletindo a desumanização e a coisificação de seus corpos. Nessas circunstâncias, assassinatos são frequentemente acompanhados de tortura e mutilação, como mensagens de dominação e controle. Há também os feminicídios ligados ao tráfico de drogas, em que mulheres tornam-se alvos fáceis, executadas em lugar de seus companheiros ou como forma de retaliação.

A análise de Meneghel e Portella evidencia ainda a diversidade de tipologias de feminicídio, como os feminicídios transfóbicos e lesbofóbicos, marcados por ódio à orientação sexual, e os feminicídios racistas, onde mulheres negras ou indígenas são vítimas de violência extrema por preconceitos étnicos e raciais. Essa violência também é perpetuada em contextos de conflitos armados, limpeza social e perseguição política. Tais práticas revelam a profundidade da misoginia estrutural e sua conexão com outros sistemas de opressão. Ou seja, “as causas destes crimes não se devem a condições patológicas dos ofensores, mas ao desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura” (Meneghel, Portella, 2017, p.3078) patriarcal.

Essas mortes frequentemente não são investigadas, resultando em impunidade que perpetua o ciclo de violência.

[...] havendo arquivamento de grande parte dos processos. Estes dados reforçam a ideia de que o feminicídio é um tipo de crime de poder e dominação, atingindo os grupos mais fragilizados na sociedade e que é mais frequente nos locais onde o Estado é tolerante com a violência, havendo impunidade para com os agressores (Meneghel, Portella 2017, p. 3080).

Esse contexto reflete a tolerância estatal em relação à violência de gênero e reforça o caráter institucional do feminicídio, onde o Estado, ao falhar em proteger as mulheres, especialmente as negras, é cúmplice dessas mortes. As mulheres negras, que enfrentam uma interseção de opressões de gênero, raça e classe, são as mais afetadas por essa realidade. O racismo estrutural e a discriminação racial

exacerbam sua vulnerabilidade à violência, fazendo com que, além da violência doméstica e sexual, sejam alvo de homicídios brutais e frequentemente não investigados. Esse cenário evidencia como o feminicídio não é apenas um reflexo da desigualdade de gênero, mas também de uma sociedade que marginaliza as mulheres negras, tratando-as com indiferença ou até mesmo hostilidade nas políticas públicas de proteção. Assim, é fundamental compreender o feminicídio, especialmente o perpetrado contra mulheres negras, como um fenômeno social profundamente enraizado em relações desiguais de poder e em uma cultura patriarcal e racista que naturaliza e tolera a violência contra essas mulheres.

2.2.2 Dados de feminicídio: covid-19, mercado de trabalho, mulheres negras e a violência

A análise da desigualdade de gênero e raça no Brasil revela disparidades alarmantes que impactam gravemente na condição das mulheres negras, especialmente no mercado de trabalho e na proteção social. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2024), entre 2016 e 2022, a proteção previdenciária da população brasileira ocupada, com idade entre 16 e 59 anos, caiu consideravelmente. Em 2022, mais de um quinto (21,2%) das mulheres negras ocupadas não tinham condições de contribuir para a Previdência Social, comparado a apenas 6,8% dos homens brancos nessa situação. Esse aumento na vulnerabilidade das mulheres negras, que já era de 19,2% em 2016, segue a tendência de piora observada no total da população ocupada, que passou de 11,1% para 13,3% nesse mesmo período.

Esses dados tornam-se ainda mais alarmantes quando analisa-se o mercado de trabalho em uma perspectiva mais ampla e interseccional. Em 2022, apenas 52% das mulheres negras estavam inseridas no mercado de trabalho remunerado, enquanto 75% dos homens negros, 74% dos homens brancos e 54% das mulheres brancas estavam empregados (IPEA, 2024). Embora as mulheres brancas também enfrentem desafios no acesso e permanência no mercado de trabalho, a realidade das mulheres negras é ainda mais desafiadora, devido à sobreposição de fatores como o racismo estrutural, a pobreza e a sobrecarga de responsabilidades relacionadas às tarefas domésticas e ao cuidado não remunerado.

Essa desigualdade é agravada pela distribuição desigual do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado. Em média, as mulheres dedicam 10 horas a mais por semana a atividades domésticas e de cuidado do que os homens, restringindo significativamente sua disponibilidade para o trabalho formal e, consequentemente, suas possibilidades de alcançar independência econômica (IPEA, 2024). Para as mulheres negras, essa carga é ainda mais pesada, pois elas ocupam desproporcionalmente postos de trabalho precários e de baixa remuneração, além de lidarem com barreiras adicionais impostas pelo preconceito racial e de gênero.

Esse cenário evidencia não apenas a persistência de desigualdades estruturais, mas também a necessidade de políticas públicas voltadas para a

promoção da igualdade de gênero e raça. Essas políticas devem incluir o fortalecimento da proteção social, a ampliação do acesso à educação e qualificação profissional e a criação de mecanismos que valorizem e redistribuam o trabalho de cuidado, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

O conceito de subutilização da força de trabalho, introduzido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) (2022), é um reflexo do quadro de exclusão e precarização do trabalho para a população negra. Em 2022, 18% das mulheres negras estavam subutilizadas no mercado de trabalho, ou seja, desejavam trabalhar mais horas ou estavam fora da força de trabalho, mas queriam participar. Este dado revela a difícil realidade das mulheres negras, que são mais suscetíveis ao subemprego e à informalidade no mercado de trabalho.

Em 2020, a situação das mulheres negras se agravou ainda mais, conforme revelado pelos dados da PNAD Covid-19/IBGE (2020). Durante a pandemia, as mulheres negras enfrentaram as maiores taxas de desocupação e informalidade. A taxa de desocupação foi de 13,8%, a mais alta entre todos os grupos analisados, e a taxa de informalidade foi de 41,4%, destacando sua maior vulnerabilidade em relação a outros grupos. Mesmo ao longo do ano, essa situação não se modificou substancialmente, com a taxa de desocupação das mulheres negras chegando a 16,1% em junho e 17,6% em julho, refletindo a exclusão social e econômica a que estão submetidas.

Além disso, a pandemia e o isolamento social impuseram um agravamento significativo na violência doméstica e familiar contra as mulheres (VDFM), especialmente as mulheres negras, que já enfrentam desigualdades estruturais em diversas esferas. De acordo com o PNUD (2020), a convivência prolongada entre agressor e vítima, combinada com a sensação de impunidade do agressor, tornou mais difícil a ruptura desse ciclo de violência, agravando o sofrimento das mulheres negras, que já são marginalizadas por fatores como racismo estrutural e patriarcado.

O Atlas da Violência 2024 apresenta dados alarmantes sobre a violência letal contra mulheres no Brasil, destacando a profunda desigualdade racial que caracteriza esse fenômeno. Em 2022, as mulheres negras representaram 66,4% das vítimas de homicídios registrados no sistema de saúde, totalizando 2.526 mortes. A taxa de homicídio entre mulheres negras foi de 4,2 por 100 mil habitantes,

significativamente superior à taxa de 2,5 entre mulheres não negras, indicando que as mulheres negras tinham 1,7 vezes mais chances de serem assassinadas.

Em 17 unidades federativas, as taxas de homicídio de mulheres negras ultrapassaram a média nacional, com destaque para Rondônia (7,5), Ceará (7,2) e Mato Grosso (6,9). Notavelmente, a taxa do Mato Grosso permaneceu acima da média nacional ao longo dos últimos dez anos. Embora tenha havido uma redução geral nas taxas de homicídio entre mulheres negras e não negras na última década, de 25,0% e 24,2%, respectivamente, em alguns estados, como Ceará, Piauí e Roraima, os índices apresentaram crescimento expressivo, demonstrando que a violência letal contra mulheres negras ainda é um grave problema em muitas regiões.

O Atlas destaca que, na Região Nordeste, a vulnerabilidade das mulheres negras é ainda mais evidente, com chances de serem assassinadas pelo menos duas vezes maiores em comparação às mulheres não negras. Em Alagoas, por exemplo, mulheres negras têm 7,1 vezes mais probabilidade de serem vítimas de homicídio. Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão também figuram entre os locais com maiores índices de disparidade racial nesse contexto.

O Atlas da Violência 2025, elaborado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revela dados alarmantes sobre a violência letal no Brasil, com um foco particular na população negra. Em 2023, pessoas negras representaram 76,97% das vítimas de homicídios no país, totalizando 35.213 óbitos, o que equivale a uma taxa de 28,9 homicídios por 100 mil habitantes — mais de duas vezes superior à taxa observada entre pessoas não negras, que foi de 10,6 por 100 mil habitantes [Poder360](#).

Esse cenário é ainda mais grave quando se observa o perfil das vítimas: mulheres negras foram as mais afetadas, representando 68,2% dos homicídios femininos registrados em 2023. Além disso, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, evidenciando a interseção entre racismo estrutural e violência de gênero [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#).

As análises reforçam que fatores estruturais, como o racismo e a interseccionalidade entre gênero e raça, desempenham papel central nesse cenário

de violência. A insuficiência de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres negras é apontada como um elemento crítico, perpetuando a exposição desse grupo a condições de maior vulnerabilidade e risco. Os dados ressaltam a necessidade urgente de políticas efetivas que enfrentem essas desigualdades e promovam maior segurança e dignidade para as mulheres negras no Brasil.

Em muitos casos, a invisibilidade das questões raciais nas políticas públicas de enfrentamento à violência faz com que as mulheres negras sejam marginalizadas nas estratégias de proteção e atendimento, com serviços de apoio frequentemente inadequados para suas realidades. O racismo estrutural presente nas instituições dificulta o acesso dessas mulheres à justiça e à punição dos agressores, criando um ciclo contínuo de desproteção social.

Para além das formas mais visíveis de violência, como a física, psicológica e sexual, há também uma violência menos explícita, mas igualmente devastadora, que se manifesta nas estruturas de saúde pública e afeta profundamente a vida das mulheres negras. Essa violência estrutural se traduz em barreiras de acesso, tratamento desigual e omissões no cuidado, refletindo as marcas do racismo institucional que atravessam os serviços de saúde no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 revelam que apenas 69,8% das mulheres negras tiveram acesso ao mínimo de seis consultas pré-natais, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, enquanto esse percentual alcançou 84,9% entre mulheres brancas (IBGE, 2013; Ministério da Saúde, 2016). De forma ainda mais alarmante, em 2012, as mulheres negras representaram 60% das mortes maternas no país, sendo que 90% desses óbitos poderiam ter sido evitados com intervenções adequadas (Ministério da Saúde, 2017).

Violência física, psicológica, institucional configuram o retrato de um país escravocrata e por isso, esses números não são apenas estatísticas, mas a confirmação de uma realidade que expõe as profundas desigualdades raciais enraizadas na sociedade e dialogam, como foi possível observar, com as múltiplas violências sofridas pelas mulheres negras por décadas. Mostram a resistência de toda uma sociedade em reconhecer a humanidade dessas mulheres. São os reflexos do Brasil colonial e do pós-abolição, períodos em que as pessoas negras, mas sobretudo as mulheres negras, foram condicionadas a uma sociabilidade sustentada no ódio a elas, perpetuando sua desumanização e desproteção social.

É por isso que a luta antirracista, a coleta de dados e as pesquisas científicas que abordam as realidades das mulheres negras são mais que urgentes. É preciso estar em constante vigilância e tensionamento com o poder público e com os movimentos sociais, para que as disparidades sociais enfrentadas por essas mulheres sejam evidenciadas. Assim, pode-se construir um futuro no qual elas tenham condições dignas de vida. Porque, como coloca Lélia Gonzalez (1984), as mulheres negras moldaram e construíram este país e nada mais justo do que devolverem com dignidade tudo o que foi usurpado delas durante os quatro séculos de escravidão.

Como afirmou Ângela Davis em sua passagem pelo Brasil em 2017 “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo” (El País, 2017).

Assim, essa dinâmica pode ser comparada ao jogo Jenga¹¹: mesmo que não pareça, toda vez que uma peça é retirada, a estrutura se movimenta e tende a cair. Esse é o foco, movimentar esta estrutura, compreendendo que a mobilização das mulheres negras tem o potencial de desestabilizar as bases das desigualdades estruturais.

¹¹Jenga é um jogo de habilidade e estratégia, criado pelo designer de brinquedos Leslie Scott, em 1983. O jogo é composto por uma torre de blocos de madeira retangulares, empilhados de forma que cada camada de blocos esteja posicionada de forma perpendicular à camada abaixo dela. O objetivo do jogo é retirar, um a um, os blocos da torre, sem que ela desabe. Cada jogador deve, na sua vez, retirar um bloco de qualquer lugar da torre e colocá-lo no topo da estrutura, até que a torre caia. O jogo exige habilidade, paciência e controle motor, além de ser uma metáfora para situações em que o equilíbrio e a estrutura podem ser comprometidos por ações individuais.

2.3 Tem quem chame de crônica mas eu vou chamar ESCRIVIVÊNCIA

Para a construção do presente capítulo, a autora utiliza-se de uma metodologia de escrita cunhada por Conceição Evaristo, a qual o nome é “escrevivência”. Segundo, Evaristo (2020),

A escrevivência pode ser entendida como uma prática em que o sujeito da escrita escreve a si próprio, sendo ele a realidade ficcional e a própria invenção de sua escrita. Muitas vezes, é exatamente isso o que acontece. No entanto, ao escrever a si mesmo, esse gesto se expande, e, sem sair de si, ele colhe vidas e histórias do seu entorno. Por isso, é uma escrita que não se esgota em si mesma, mas que aprofunda, amplia e abarca a história de uma coletividade. Não se limita a uma escrita de si ou a uma pintura de si (Evaristo, 2020, p. 35).

A escrevivência, conforme concebida por Conceição Evaristo, representa uma prática de escrita na qual o sujeito escreve a si próprio, ao mesmo tempo em que amplia essa experiência para abarcar a coletividade. Não se trata apenas de uma escrita autobiográfica ou de uma autorrepresentação isolada, mas de um movimento que, ao partir do eu, alcança o coletivo, envolvendo histórias e experiências compartilhadas. Nesse sentido, Evaristo (2020), afirma:

A escrevivência pode ser entendida como uma prática em que o sujeito da escrita escreve a si próprio, sendo ele a realidade ficcional e a própria invenção de sua escrita. Muitas vezes, é exatamente isso o que acontece. No entanto, ao escrever a si mesmo, esse gesto se expande, e, sem sair de si, ele colhe vidas e histórias do seu entorno. Por isso, é uma escrita que não se esgota em si mesma, mas que aprofunda, amplia e abarca a história de uma coletividade. Não se limita a uma escrita de si ou a uma pintura de si (Evaristo, 2020, p. 35).

Essa prática literária emerge da experiência de uma nacionalidade diferenciada, ou seja, de um lugar de pertencimento complexo e multifacetado, marcado por vivências específicas como as de sujeitos indígenas, ciganos, negros e outros grupos marginalizados. É, portanto, uma escrita ancorada na existência, na realidade concreta, onde “os sonhos moldados a ferro e a fogo” confrontam as adversidades do mundo-vida (Evaristo, 2020).

A escrevivência não busca a abstração, mas sim uma autoinscrição no mundo a partir da experiência vivida, reconhecendo que a palavra não pertence exclusivamente ao sujeito que escreve, mas também à coletividade da qual ele faz parte. Nesse contexto, Evaristo (2020) destaca:

Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é só minha (Evaristo, 2020, p.35).

Assim, a escrevivência emerge como uma possibilidade de domínio do mundo, não apenas como narrativa pessoal, mas como ato político de interrogação e de (re)construção da realidade coletiva. Trata-se de uma prática que recusa a invisibilidade e afirma a humanidade plena dos sujeitos historicamente silenciados, ao mesmo tempo em que ressignifica a escrita como um espaço de resistência e de produção de sentidos.

2.3.1 Entre o monstro, o subsolo e a mulher negra

Em 2023, li *Frankenstein* (1985), de Mary Shelley, e fiquei fascinada. Passei madrugadas inteiras imersa na história de um médico louco, que brincou de deus e, assim, deu vida a um monstro. O ponto chave é que o Sr. Frankenstein, o médico, mesmo se empenhando ao máximo para criar o monstro, achava que não daria certo. Isso me impactou profundamente; ele fez de tudo – passou horas e dias trancado, lendo, escrevendo, pegando partes de corpos mortos e montando o monstro. Quando o monstro finalmente ficou pronto, ele ficou horrorizado, arrepiado de medo, e pediu perdão aos céus por ter dado vida a um ser tão "repugnante". E, durante o processo de leitura, não tem como: a gente acaba se afeiçoando ao monstro. Ele tem vida, ele é "humano", mesmo que não pareça. Pelo menos, foi assim que eu o vi.

Sozinho, o monstro foi aprendendo a ler, escrever, entender as dinâmicas do cotidiano que observava de longe, escondido de tudo e todos, em uma pequena cabana (se não me engano). O ponto principal é que o monstro queria muito ser humano: conversar, ser querido, ser escutado, ter uma rotina, sentar à frente da lareira e trocar ideias sobre os livros que leu, sobre o que viu e viveu. E, mais uma vez, é impossível não se afeiçoar ao monstro e cultivar uma raiva enorme por Victor Frankenstein.

No final do livro, que não cabe contar, foi ali que eu realmente entendi minha afeição pelo monstro. O fato é que, ao ler *Frankenstein*, tracei um paralelo com a história da população negra no Brasil. Veja bem: numa ideia absurda de que pessoas negras eram descendentes de Can¹², amaldiçoadas, e, portanto, estavam na terra para servir e serem escravizadas, uma série de mecanismos foi criada para fazer essa ideia "real". Uma ideia absurda! Mas fizeram de tudo para que se tornasse realidade – história, religião, ciência – em um ato de loucura que marcaria

¹²Na tradição bíblica, Can era um dos filhos de Noé, que, segundo o relato no Livro de Gênesis, foi amaldiçoado por seu pai. Após Noé ter sido embriagado, Can, ao ver a nudez do pai e não cobri-lo, foi castigado por Noé, que, em vez de amaldiçoar Can diretamente, amaldiçoou seu filho, Canaã, dizendo que ele seria "servo dos servos" de seus irmãos. Ao longo da história, essa maldição foi distorcida e reinterpretada para justificar a escravidão de povos negros, associando-os erroneamente aos descendentes de Cão, especialmente ao grupo de Canaã, como uma maneira de legitimar a ideia de subordinação e inferioridade racial. Essa visão distorcida e racista foi usada como um argumento pseudocientífico para justificar a escravidão e a marginalização de pessoas negras, principalmente nas Américas.

a história da humanidade para sempre. Juntaram-se e fizeram da pessoa negra um escravizado.

Quando, em um segundo momento, acontece a abolição, e as pessoas negras já não servem mais aos caprichos do homem branco, são lançadas ao abandono, como corpos “sem serventia”, como rejeitos de um projeto. Essa lógica de rejeição e apagamento atinge de forma ainda mais brutal os corpos de mulheres negras trans, marcados não apenas pela racialização, mas também por uma cisgenderidade compulsória que insiste em desumanizá-las. Se a população negra como um todo é vista como “excedente”, as mulheres trans negras são tratadas como aquilo que sequer deveria ter existido — corpos cuja existência desestabiliza os limites do que essa sociedade colonial e patriarcal considera humano.

Foi nesse atravessamento que vi no monstro de *Frankenstein* a realidade das pessoas negras no Brasil — sua tentativa de ser aceito em um mundo que o rejeita, seu desejo de pertencer a um espaço que o teme, que o considera ameaça, que deseja eliminá-lo. Pensar nos corpos pretos a partir da criatura de Mary Shelley me levou a um lugar profundo de reflexão — um “subsolo”, talvez, como aquele descrito por Dostoiévski: não como fuga individual, mas como território de consciência incômoda. Um espaço em que nos reconhecemos como sujeitos marcados por violências históricas, mas também capazes de enxergar o que muitos não veem — os limites do humano, do justo, do possível. No subsolo, aquilo que está oculto na superfície se revela: o abandono, os acessos negados, a precarização da vida, a solidão, e também o potencial de reinvenção.

Ao longo destes capítulos, enquanto remonto a historicidade do/a negro/a no Brasil, não deixei de pensar sobre a necessidade de falar sobre o balaio de gato em que todos nós, pessoas negras, estamos inseridas. “Balaio de gato” é uma expressão do cotidiano que se refere a uma cesta cheia de gatinhos, todos juntos, sem saber quem é quem, quem está miando, quem quer o quê.

Com isso, ousou afirmar que as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, demandam, sim, de humanização, e essa humanização precisa começar, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que somos profundamente diversas. O que, muitas vezes, cria uma sensação de afinidade entre nós é a cor e a história de um povo que, à força, construiu este país. No entanto, além disso, há uma multiplicidade de experiências, trajetórias e identidades que nos distanciam. Discordamos, não compartilhamos os mesmos interesses, não temos os mesmos

tempos de vida, não frequentamos os mesmos círculos de amizades, e certamente não viemos das mesmas origens familiares. Nesse contexto, é fundamental questionar a ideia de que somos todos iguais. Afinal, a insistência nesse discurso de homogeneidade apaga as especificidades e as realidades distintas que atravessam nossas vidas. E, particularmente para nós, mulheres negras, esse reducionismo é ainda mais evidente. A constante comparação com figuras midiáticas como MC Carol, Iza, Ludmilla ou Taís Araújo, para citar algumas, revela um estereótipo de "mulher negra" que ignora a pluralidade de experiências e a complexidade de nossas existências. Não somos uma categoria homogênea, e essa simplificação da nossa identidade, muitas vezes alimentada por uma visão de mercado, não nos serve, pois tende a nos aprisionar a imagens reducionistas que não refletem a riqueza e a diversidade das nossas vidas. Quem me dera se fosse tão simples, mas nossa luta é justamente por ser vista e reconhecida na totalidade da nossa complexidade.

Enquanto isto não ocorre, coloco para as mulheres negras a importância do que Patricia Collins (2019) vai chamar de *autodefinição*. Patricia Collins (2019) fala que a autodefinição dialoga com um poder de enfrentamento à ordem vigente e ao seu racismo. Fala sobre a necessidade de fazermos e olharmos para as nossas escolhas para além do que tem sido imposto. A autodefinição, segundo Collins, é compreender as memórias de plantação (Kilomba, 2018) e não deixar que a máscara da branquitude intensifique sobre a nossa existência (Kilomba, 2018). Contudo, Collins entende que é um processo difícil, e que se impor ou traçar outras rotas que não dialoguem com essa sociabilidade do capital muitas vezes implica em perda de oportunidades, fazendo com que as mulheres negras sejam cerceadas de diversos espaços.

Por isso, ela traça o raciocínio de que o silêncio nem sempre significa que concordamos com o que está sendo dito, especialmente quando se trata de mulheres negras. Muitas vezes, o silêncio é um passo para que possamos refletir e, com isso, construir ações de enfrentamento, utilizando-se assim da raiva de maneira estratégica, para lidar com o que vamos chamar de ódio de raça e classe.

O ódio, no contexto social e político, pode ser entendido como uma emoção ou atitude profundamente enraizada em processos históricos, culturais e estruturais de desumanização. Ele não se limita ao ressentimento individual, mas reflete um sistema de crenças e práticas que tratam certos grupos como inferiores ou

subumanos. No caso do racismo, o ódio se manifesta na construção de estereótipos negativos, na negação da humanidade dos outros e na perpetuação de violência, tanto simbólica quanto física, contra as pessoas racializadas. Esse ódio é alimentado por uma ideologia que sustenta a ideia de superioridade de certos grupos, enquanto busca submeter ou eliminar os outros. O ódio racista não se trata apenas de um sentimento de aversão pessoal, mas de uma lógica de opressão que, muitas vezes, se institucionaliza e se torna naturalizada dentro da sociedade. Ele é um componente essencial do racismo estrutural, sustentando as desigualdades e injustiças que marginalizam e desumanizam as populações negras e outras minorias.

Portanto, ao falar de ódio, não se trata de um impulso individual isolado, mas de uma força social que tem raízes profundas na construção histórica da hierarquia racial. É esse ódio institucionalizado que se reflete em atitudes discriminatórias, políticas públicas excludentes e práticas cotidianas de violência. Desafiar esse ódio é uma tarefa crucial.

Por isso, o uso da raiva, pois, como nos ensina Audre Lorde (2019) em *Sister Outsider*, ela é uma faísca que pode impulsionar a transformação, desde que canalizada para a luta e a construção de novas possibilidades. Essa raiva, que muitos tentam silenciar ou patologizar, é frequentemente a única resposta legítima diante de um sistema que oprime de forma incessante e violenta. A sociedade dominante, ao criminalizar a raiva, busca enfraquecer a resistência, tornando-a um desconforto para quem tem a coragem de lutar contra a exploração e a marginalização. No entanto, é justamente essa raiva que motiva e sustenta as lutas por justiça, pois ela expõe as feridas de um sistema que perpetua a desigualdade, a discriminação racial e a violência de gênero. Ignorar ou desprezar a raiva é perpetuar a passividade diante das injustiças, um luxo que poucos podem se dar, especialmente aqueles e aquelas cujas vidas são marcadas pela exclusão e pelo sofrimento constante. Rejeitar essa raiva é negar sua potência transformadora, que desafia as normas e exige que a verdade, por mais incômoda que seja, venha à tona.

Falando em raiva, não é fácil romper com as amarras das estruturas acadêmicas internalizadas, que constantemente nos orientam para "regras" rígidas. No processo de produção de um texto, isso se traduz, muitas vezes, em uma preocupação excessiva com a forma, com o "acertar" dentro dos padrões

estabelecidos. Essa busca incessante pela perfeição formal se torna, por vezes, um obstáculo, especialmente quando sou confrontada com a necessidade de expressar minhas vivências de uma maneira que o espaço acadêmico ainda não sabe acolher. Esse processo, em diversos momentos, me faz titubear, engessando minha capacidade criativa e restringindo minha própria forma de pensar e escrever. Já fui traída pela minha escrita em várias ocasiões, não encontrando o léxico adequado para traduzir o que sinto, e muitas vezes me vejo refazendo a estrutura para materializar o que a vivência exige. O exercício da reescrita se torna uma etapa constante e necessária, como uma tentativa de reconfigurar e reorganizar o que está dentro de mim em palavras que possam ser aceitas e entendidas em diferentes contextos acadêmicos (Felisberto, 2020).

Ao pensar sobre como produzir uma escrevivência que não se resuma a um desabafo de uma mulher negra cansada, é imprescindível compreender que a produção acadêmica, em muitos casos, desqualifica a subjetividade como um ponto de partida válido. A questão, então, se coloca: como relatar uma realidade tão cruel e complexa de uma maneira que a academia aceite e compreenda sem reduzi-la a um mero sentimentalismo? Como escrever sobre a escravização e suas repercussões sem ser vista como alguém que apenas revoga um passado distante, quando, na verdade, esse processo de escrita se conecta com a dor ainda latente nas experiências cotidianas da população negra, especialmente das mulheres, que enfrentam uma opressão dupla? A escravização não é um fenômeno que pertence ao passado; ela reverbera no presente, e sua escrita precisa ser compreendida em sua urgência, em sua necessidade de transformação.

Compreendo a importância da escrita não só como um exercício acadêmico, mas como um ponto de partida para o enfrentamento das realidades que adoecem as pessoas negras, principalmente as mulheres negras. Escrever sobre a opressão, sobre o racismo estrutural, sobre a violência histórica, exige mais do que uma formalidade acadêmica; exige comprometimento, coragem e um entendimento profundo de que o ato de escrever não é apenas registrar, mas também resistir.

Quando a escrita se torna esse ato de resistência, ela precisa ser reconhecida como um gesto político e epistemológico que transcende as regras estabelecidas e desafia as estruturas dominantes, oferecendo uma nova maneira de entender, sentir e viver no mundo, principalmente quando vem de mulheres negras raivosas!

Capítulo 3: A Política de Assistência Social no Brasil: Perspectivas e Desafios

As políticas sociais são resultado das contradições inerentes ao sistema capitalista, expressando tanto a necessidade de mitigar desigualdades quanto a manutenção da ordem social. Nesse contexto, a sociedade contemporânea é fortemente influenciada pela lógica do espetáculo, na qual as aparências e a produção simbólica desempenham um papel central na estruturação das relações sociais. Como afirma Debord (2002, p. 13), "toda a vida das sociedades em que dominam as condições modernas de produção aparece como uma imensa acumulação de espetáculos". Essa perspectiva permite compreender como as políticas sociais, muitas vezes, são elaboradas e implementadas de forma a atender mais a uma lógica de visibilidade e controle do que à efetiva transformação das condições de vida das populações vulnerabilizadas.

Assim, compreender a Política de Assistência Social no Brasil exige um resgate histórico que evidencie as raízes e os processos que moldaram sua configuração atual, marcada pelo compromisso de atender "a quem dela precisar". Essa política não pode ser dissociada de seu passado, que permanece vivo nas condições de trabalho dos profissionais que a implementam e na realidade social de uma população historicamente vulnerabilizada. No contexto atual, em que as desigualdades se aprofundam e a demanda por proteção social aumenta, é essencial questionar até que ponto a assistência social consegue enfrentar os desafios estruturais que perpetuam a exclusão e a pobreza, garantindo, de fato, a universalidade e a eficácia de seu atendimento.

As políticas sociais no Brasil possuem um histórico no contexto econômico, político e social em que foram construídas. Desde os primeiros esforços de intervenção social, a assistência foi predominantemente conduzida por entidades privadas, muitas delas vinculadas à Igreja Católica, com um forte viés de caridade e filantropia. Esse modelo, sustentado pela solidariedade moral, caracterizou a assistência como uma prática voltada aos "merecedores" de ajuda, frequentemente identificados como incapazes para o trabalho, como crianças órfãs, idosos, pessoas com deficiência e doentes sem recursos. População esta, que compõe o que Marx (2021) vai chamar de "exército industrial de reserva", construído para fazer a manutenção do sistema capitalista.

A conformação do Estado como protagonista na gestão social apenas se consolidou a partir da década de 1930, que marca o fim da república velha, com Vargas no poder e com a criação de instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS).

A expansão das situações reconhecidas como objeto de garantias legais e regulamentadas pelo Estado trouxe um aumento significativo da responsabilidade pública na gestão de problemas antes tratados no âmbito privado. Por meio de leis complementares que normatizam as determinações constitucionais, essa intervenção passou a abarcar aspectos mais amplos da vida social, buscando tanto promover a igualdade de acesso às oportunidades quanto enfrentar questões relacionadas à privação de direitos, riscos sociais e pobreza. “Assim, no Brasil, e não só aqui, a história da intervenção social em prol dos pobres teve início em ações e instituições de caráter assistencial não-estatal, movidas pelos ideais da caridade e da solidariedade.” (Cardoso, Jaccoud, 2005, p.190)

Contudo, mesmo nesse período, a intervenção estatal não significava um rompimento com o caráter filantrópico da assistência. Pelo contrário, o Estado agia de forma subsidiária, financiando iniciativas privadas sem assumir integralmente a responsabilidade pela proteção social. A filantropia continuava a ser o eixo estruturante da gestão da pobreza, especialmente para populações não inseridas no mercado de trabalho formal (Cardoso, Jaccoud, 2005).

Foi somente com a Constituição Federal de 1988 que a assistência social alcançou o status de política pública universal, desvinculando-se gradualmente do modelo tradicional de caridade. Essa transformação representou um marco na história das políticas sociais brasileiras, ampliando os direitos sociais e instituindo a assistência social como parte integrante do sistema de Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. O texto constitucional refletiu os ideais de cidadania e igualdade, rompendo parcialmente com a lógica excludente e seletiva que predominava até então.

Apesar desses avanços, as raízes filantrópicas da assistência social continuam a influenciar sua implementação. O modelo histórico de intervenção, que associava a pobreza à caridade e ao dever moral, moldou uma cultura institucional que ainda se coloca resistente em afirmar a universalidade e a integralidade dos direitos sociais. Essa herança reflete um processo de transição inacabado, em que o ideal de proteção estatal universal coexiste com práticas que reproduzem a

seletividade e a focalização características do período filantrópico (Cardoso, Jaccoud, 2005).

Fica evidente a consolidação de um sistema público e garantidor de direitos, portanto, enfrenta o desafio de superar as limitações de seu passado recente, afirmando a assistência social como um direito de cidadania e humanidade e não como um privilégio ou uma benevolência das classes mais abastadas. Esse movimento exige o fortalecimento das políticas públicas em direção à inclusão, resgatando a dívida histórica com as populações historicamente escamoteadas da sociabilidade que se tem no Brasil.

3.1 A criação do SUAS

A Constituição de 1988 fez com que nascesse a Seguridade Social como um sistema abrangente, articulando saúde, assistência e previdência, sob gestão descentralizada e participativa. No entanto, a universalidade prevista foi efetivada principalmente na área da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto a Previdência Social permaneceu vinculada à contribuição previdenciária, e a Assistência Social, embora não contributiva, manteve critérios de acesso específicos. Para Cardoso Jr. e Jaccoud (2005), essa dicotomia revela um modelo híbrido, no qual convivem princípios de universalidade e seletividade. Na assistência social, por exemplo, o texto constitucional garantiu direitos a populações em desproteção social, mas ainda ancorados em critérios focalizados, evidenciando a permanência de um modelo que prioriza grupos específicos ao invés de assegurar proteção integral.

Desde o início do século XX, as políticas sociais brasileiras privilegiaram a proteção dos trabalhadores assalariados, conforme o modelo bismarckiano adaptado ao contexto nacional, enquanto a assistência aos não-assalariados permaneceu relegada a ações filantrópicas ou assistenciais fragmentadas (Cardoso Jr. & Jaccoud, 2005). A Constituição de 1988 tentou romper parcialmente com esse padrão, ao ampliar os direitos sociais e propor um sistema de proteção que reconhecesse a cidadania para além da vinculação ao mercado formal. No entanto, as escolhas políticas e institucionais realizadas mantiveram desigualdades entre os diferentes segmentos da população.

O contexto histórico também influenciou os rumos das reformas. Nos anos 1980, a crise do modelo desenvolvimentista e o movimento pela redemocratização, pós golpe militar, impulsionaram novas demandas sociais e políticas no Brasil. Como destaca Cardoso Jr. e Jaccoud (2005), o debate sobre a igualdade e a cidadania ganhou centralidade, refletindo-se em propostas que buscavam universalizar o acesso a bens e serviços essenciais. Contudo, a implementação dessas propostas enfrentou limites estruturais e políticos, vide o processo de ditadura de 1964, resultando em um sistema de proteção frágil, que ainda hoje combina elementos excludentes.

Na década de 1980, por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) desempenhou papel central como principal financiadora dessa rede não estatal.

Contudo, ao longo de seus últimos 15 anos, a LBA foi marcada por práticas de corrupção e instrumentalização política, desviando-se de sua finalidade de promover direitos sociais. Embora contaminada por tais práticas, a LBA também abrigou profissionais de alta qualidade, que contribuíram para a construção de uma nova agenda para a assistência social no país. Naquela época, os serviços prestados eram como atos de caridade, em que o acesso aos benefícios estava mais associado à boa vontade de “benfeitores” do que ao reconhecimento de direitos.

Diante dos tensionamentos e redemocratização da sociedade brasileira, em 1988 nasce a Constituição, que representou um marco significativo na tentativa de construir um sistema de proteção social. Entretanto, como evidenciam Cardoso Jr. e Jaccoud (2005), ela também incorporou contradições que dificultam a plena materialização dos direitos sociais, por conta de seus financiamentos e interesses políticos como já colocado.

Com a Constituição de 1988, a assistência social foi finalmente reconhecida como um dos pilares da Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. Essa mudança foi consolidada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que definiu a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, voltada a atender as necessidades básicas da população sem exigência de contribuição prévia. A LOAS reorganizou o campo da assistência social, assegurando a centralidade do Estado na oferta de serviços, benefícios, programas e projetos sociais.

A LOAS foi uma conquista no marco dos direitos sociais, foi a primeira lei sólida no que se refere a regulamentação da Política de Assistência Social, além disso, foi considerada uma inovação, reconhecendo a assistência social como proteção social pública, direito do cidadão e dever do Estado.

A Lei Orgânica de Assistência Social regulamentou a assistência social como política social, assegurando a proteção social, para quem dela necessitar, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. Além disso, garantiu, no valor de um salário mínimo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovar não possuir meios de sobrevivência. A LOAS, ainda, organiza a assistência social com base nas diretrizes (Art. 5º) de descentralização político-administrativa para os Estados e Municípios; participação da população na formulação das políticas e no controle das ações; e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (Matos, 2021, p.21).

Apesar do marco estabelecido pela LOAS, sua implementação plena enfrentou desafios, a implementação das políticas públicas voltadas para a

assistência social exigiu uma reorganização estrutural significativa. O conservadorismo e a filantropia ainda se colocavam muito presentes. Contudo, a partir desse momento, ficou claro que a assistência social não era apenas uma política de proteção social, mas um mecanismo crucial para a redução das desigualdades sociais, particularmente para as camadas mais empobrecidas da população brasileira.

Desta forma, os avanços foram gradativos no que diz respeito à desvinculação do assistencialismo. Foi somente em 2003, durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) começou a ser estruturado, promovendo uma ruptura com a tradição filantrópica e tornando-se uma política pública, de fato dever do Estado. Com isso, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi criada em caráter provisório, visando consolidar o entendimento da assistência social como um direito.

Ainda, nesse governo, ocorre o processo de promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a partir da Resolução nº 145 de 2004 apresentada pelo MDS, considerada um importante passo para a trajetória da Política de Assistência Social brasileira, entendida como direito do cidadão, a PNAS é resultante de luta e de reconhecimento social na sociedade, tem como objetivos: prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuário/as e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; e assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. Além disso, é responsável por três funções, conforme assegurado na LOAS: vigilância social, defesa de direitos e proteção social, que incluem benefícios e serviços (Matos, 2021, p. 22-23).

A transição da assistência social caritativa para uma abordagem de direitos, consolidada pela LOAS e pela criação do SUAS, implicou em uma redefinição dos papéis do Estado e da sociedade civil. A partir desse momento, ficou claro que a assistência social não era apenas uma política de proteção social.

Posteriormente, em 2005, com a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS), o sistema foi efetivamente operacionalizado, permitindo a organização da gestão e oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional:

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência

em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993. Assim, a aprovação de um novo texto é um evento de destaque, não apenas para a área, mas para toda a sociedade brasileira (MDS, 2012, p. 11).

Com o passar do tempo ficou nítido o debate crítico em relação às políticas sociais e com isso, o amadurecimento do SUAS, culminando com a aprovação, em 2011, da Lei nº 12.435, que incorporou o sistema ao escopo da LOAS. Essa legislação reforçou o caráter descentralizado e participativo do SUAS, integrando os três entes federativos e garantindo a paridade entre governo e sociedade civil nas instâncias deliberativas, como os Conselhos de Assistência Social, esses que tem principal objetivo:

[...] acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços sócio assistenciais, programas e projetos; zelar pela implementação do SUAS; aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social alocados nos respectivos Fundos; aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento (Resolução nº 237 de 14/12/2006 do CNAS), assim como “zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social” (Cfess, 2009, p.2).

O que reforça o amadurecimento no que diz respeito à garantia das políticas públicas de assistência social no Brasil.

Como destaca Garcia (2009), o SUAS é resultado de um longo processo de amadurecimento da Política de Assistência Social no Brasil, envolvendo diversos atores sociais.

Desde as habilitações iniciais em gestão do SUAS nos anos 1990, até os dias atuais, a política evoluiu de forma progressiva. Esse histórico reforça que o SUAS não surgiu espontaneamente, mas é fruto de uma luta coletiva e contínua pela construção de uma assistência social de qualidade, pautada na emancipação humana. O que revela, assim, a importância das políticas sociais no que diz respeito ao cotidiano da população brasileira que precisa, visto que os rebatimentos dessas políticas incidem de forma expressiva na vida destas pessoas.

Por isso, “não se deve esquecer que, mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada” (Pereira, 2008, p. 165, apud

Castilho; Carloto, 2010, p.16), mesmo diante das limitações impostas pela necropolítica¹³ construída pelo modelo capitalista de sociabilidade.

As políticas sociais não são apenas urgentes para suprir as mazelas do sistema capitalista no Brasil, mas também representam uma oportunidade de resgate da humanidade para as pessoas desprotegidas, excluídas e desumanizadas nessa dinâmica do capital.

¹³Necropolítica: Termo cunhado pelo filósofo, historiador e teórico político camaronês Achille Mbembe (n. 1957). Em contraposição ao clássico conceito de "biopoder" de Michel Foucault (o poder sobre a vida e os corpos para administrá-los), Mbembe propõe o conceito de necropolítica para descrever as formas contemporâneas de poder soberano que operam pela produção da morte ou pela exposição de populações específicas à morte. É o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, quem é digno de luto e quem é descartável. Esse poder se manifesta através de guerras, estados de sítio, políticas de exceção, controle de fronteiras, encarceramento em massa e na distribuição desigual da precariedade e da possibilidade de morrer. O conceito é central para analisar o racismo, o colonialismo e suas consequências no mundo moderno.

3.1.2 Como o SUAS se estrutura

O denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, tem o financiamento compartilhado entre União, estados, Distrito Federal e municípios, e o controle social exercido pela participação popular, destinando-se a quem dela necessitar, sem qualquer discriminação, com a finalidade de garantir a proteção social, reduzir danos, prevenir riscos sociais e assegurar direitos, independentemente de contribuição prévia (MDS, 2012).

O SUAS organiza-se em três eixos fundamentais: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos. A proteção social, elemento central, compreende um conjunto articulado de ações, serviços, programas, projetos e auxílios que visam proteger indivíduos em situações de precariedade e exclusão social. Essas ações são distribuídas em dois níveis: a Proteção Social Básica, que busca prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e a Proteção Social Especial, destinada a atender situações de risco pessoal e social que envolvam direitos já violados (MDS, 2012).

A vigilância socioassistencial é uma atividade que não se restringe a um levantamento técnico, mas está intrinsecamente articulada à proteção social, uma vez que fornece subsídios para o planejamento e a execução de ações proativas, superando intervenções pautadas exclusivamente pela demanda espontânea. Assim, possibilita maior eficácia na identificação das necessidades sociais, na busca ativa de pessoas em situação de maior vulnerabilidade e na garantia de acesso às provisões ofertadas pelo SUAS, (MDS, 2012), fazendo com que seja cumprido o terceiro eixo da organização do SUAS, que é a defesa dos direitos. Ou seja, a partir da proteção social, construída sobre uma vigilância socioassistencial, o SUAS tenta, mesmo diante de diversos entraves políticos e econômicos, construir a defesa dos direitos de todos os cidadãos brasileiros que dela precisarem. Essa defesa se materializa por meio da oferta de serviços, programas e benefícios que visam garantir a dignidade humana e a redução das desigualdades sociais e que para tanto precisam ter seus financiamentos enquanto prioridade no que diz respeito à alocação de recursos públicos, assegurando a efetividade das políticas sociais e a ampliação do acesso da população em situação de exclusão aos direitos fundamentais.

3.1.3 Política de Assistência social: desafios dos recursos

O desmonte da assistência social no Brasil não se limita ao desfinanciamento do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), mas também reflete na redução de recursos para programas como o Bolsa Família e na criação de políticas assistencialistas (Cfess, 2009).

A redução de investimentos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é alarmante. Em 2017, as despesas com ações voltadas para a estruturação e funcionamento do SUAS, como os CRAS, CREAS e o Acessuas Trabalho, caíram praticamente pela metade em relação a 2012, correspondendo a apenas 40% do valor aplicado em 2013. Em 2015, essas ações atingiram seu menor patamar, com um pífio investimento de R\$ 93,2 milhões (Cfess, 2018). Esse cenário revela um processo de desmonte dos equipamentos públicos construídos a partir da Política Nacional de Assistência Social, comprometendo a qualidade dos serviços ofertados e colocando em risco a própria existência do SUAS.

Além disso, os municípios enfrentam dificuldades para acessar e gerir os recursos da assistência social devido à falta de capacidade técnica, burocracia excessiva e priorização de outras áreas, como saúde e educação. Muitos gestores optam por direcionar esforços para políticas mais visíveis ou consideradas prioritárias, deixando a assistência social em segundo plano. Essa escolha, muitas vezes motivada por avaliações locais ou decisões políticas, agrava a situação de precariedade e exclusão social da população que depende desses serviços.

Por ser historicamente vista como um campo destinado aos "pobres", a assistência social, muitas vezes é tratada como um ato de "benevolência" ou um falso incentivo à força de trabalho explorada que não se inseriu plenamente na lógica capitalista. Essa visão reforça estereótipos e marginaliza ainda mais os usuários/as do sistema, dificultando a construção de uma política verdadeiramente universal e emancipatória. Enquanto a saúde, devido à sua universalidade e relevância na dinâmica capitalista, mesmo sucateada, possui maior visibilidade e priorização, a assistência social permanece subjugada a um papel secundário, sem o reconhecimento necessário como um direito social fundamental.

Com isso, a partir destes dados acerca dos recursos da política de assistência social, quer-se trazer a possibilidade de compreensão do movimento do real, a fim de colocar à superfície que, mesmo enquanto direito, a política de

assistência, dentro do tripé da seguridade social, se não for compreendida e executada, tende a fazer com que questões como o subfinanciamento, a falta de capacitação técnica dos gestores locais e a fragilidade dos mecanismos de participação social sejam desafios constantes. Isso exige regras mais rígidas em relação à implementação das políticas de assistência social, para que as mesmas, mesmo diante dos avanços da necropolítica do capital na sociedade brasileira, permaneçam irrefutáveis e não estejam em constante ameaça de revogação, como se fossem políticas descartáveis.

3.1.4 Proteção Básica e Proteção Especial

A implementação do novo modelo de organização da gestão e da oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais trouxe avanços significativos para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005 consolidou e regulamentou princípios já estabelecidos na PNAS de 2004, promovendo a organização do SUAS com base em uma releitura e complementação de normas anteriores. Esse modelo considera as diferenças e os portes dos entes federativos, assegurando que a assistência social seja implementada de forma mais equitativa e eficiente (MDS, 2012).

Entre os avanços promovidos, destaca-se a oferta estruturada da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, cujos objetivos incluem atender às diferentes contingências sociais vivenciadas por famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aponta que avaliações regulares, consultas públicas realizadas em todos os estados do país e pesquisas têm sido essenciais para aprimorar a política de assistência social, ajustando a quantidade e a qualidade dos serviços ofertados às demandas da população brasileira.

Essas proteções se constroem através de serviços e instituições que dialogam com o nível de proteção que os sujeitos que procuram a política de assistência necessitam. Com isso, quer se dizer que, ao procurar a política de assistência, o primeiro acesso se dá pela proteção social básica, tendo como porta de entrada os CRAS e os serviços que são referenciados a ele. E, do CRAS, após uma avaliação social, os profissionais que lá trabalham referenciam o caso, se necessário, ao CREAS, que tratará das questões de média e alta complexidade e de proteção social através dos serviços referenciados a ele.

Esse aprimoramento baseia-se na premissa de que as vulnerabilidades e os riscos enfrentados por famílias e indivíduos variam, muitas vezes exigindo respostas diferenciadas. Enquanto algumas famílias necessitam apenas de apoio e orientações para fortalecer suas funções protetivas, outras encontram-se em situações de violação de direitos, risco extremo ou exclusão social, demandando intervenções mais robustas e específicas (MDS, 2012).

A Política Nacional de Assistência Social, nesse contexto, reafirma a responsabilidade do Estado em prover serviços, programas, projetos e benefícios tanto de proteção social básica quanto especial para aqueles que deles necessitarem. Essa abordagem visa assegurar que as realidades específicas de cada território e população sejam consideradas, ampliando a eficácia e o alcance da assistência social (MDS, 2012).

3.1.5 Os Centros de Referência de Assistência Social

Para compreender como funciona a política de assistência, é preciso compreender seus serviços e os equipamentos que o executam. Desta forma, aqui traz-se como se estruturam os Centros de referência de Assistência Social da proteção básica e da proteção especial.

Como nos trazem as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS,

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (MDS, 2009, p.9).

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em seu território de abrangência. Esses serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser oferecidos diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente referenciados a ele (MDS, 2009).

Ao se afirmar como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, o CRAS efetiva a referência e a contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS. A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, garantindo ao usuário o acesso a serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode ocorrer pela inserção do usuário em serviços ofertados no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial

no município (onde não houver CREAS). A contrarreferência ocorre sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviços, benefícios, programas e/ou projetos de proteção social básica.

O CRAS é, portanto, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois, além da oferta de serviços e ações, possui funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função exige do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas, e o gerenciamento do acolhimento, inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários/as no SUAS. O trabalho social com famílias do PAIF é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e a gestão territorial é realizada pelo coordenador do CRAS, com o auxílio da equipe técnica. Essas funções são exclusivas do poder público e não de entidades privadas de assistência social (MDS, 2009).

Todo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento deve obrigatoriamente desenvolver a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica em seu território e oferecer o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), independentemente das fontes de financiamento (municipal, federal e/ou estadual). As funções do CRAS não devem ser confundidas com as funções do órgão gestor da política de assistência social municipal ou do DF. Os CRAS são unidades locais que têm como atribuições a organização da rede socioassistencial e a oferta de serviços de proteção social básica em determinado território, enquanto o órgão gestor municipal ou do DF tem como funções a organização e gestão do SUAS em todo o município (MDS, 2009).

Entre as diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, destacam-se a matricialidade sociofamiliar e a territorialização (NOB SUAS, 2012), fundamentais para a organização da oferta de serviços, programas e benefícios nos territórios. Essas diretrizes orientam todo o funcionamento da política de Assistência Social, estando presentes tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial. No entanto, no âmbito do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), essas diretrizes assumem papel central na organização da oferta, considerando a atuação direta com famílias e territórios em situação de

vulnerabilidade. Dessa forma, embora não exclusivas do CRAS, essas diretrizes encontram nesse equipamento um espaço privilegiado de concretização no cotidiano da Proteção Social Básica.

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS (2004), é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ou dependência econômica. Essa centralidade decorre do reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, compreendidas como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (MDS, 2009).

Para a demanda da proteção especial, tem-se o CREAS, que

[...] é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas (MDS, 2011).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2011), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é um equipamento fundamental no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desempenhando o papel de ofertar serviços especializados e continuados para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social devido à violação de direitos. Esse trabalho exige compreender a família em sua complexidade, como um espaço de contradições, marcado por desigualdades, conflitos e, em alguns casos, violência. Dessa forma, o CREAS deve considerar as especificidades socioculturais, econômicas e dinâmicas internas das famílias atendidas.

O funcionamento do CREAS deve estar baseado em processos articulados com a rede socioassistencial do território, promovendo a integração de serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS. Conforme o MDS (2011), essa

articulação exige a definição de fluxos, protocolos de atendimento e estratégias conjuntas, como reuniões interinstitucionais, capacitações e eventos que promovam a integração entre as equipes. A articulação com unidades como o CRAS, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) e serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade é essencial para evitar fragmentação ou sobreposição de ações.

O MDS (2011) também aponta que o atendimento no CREAS deve considerar as necessidades específicas das famílias, levando em conta sua composição, como famílias monoparentais, extensas ou aquelas que cuidam de crianças pequenas ou pessoas com deficiência. Ações de prevenção e enfrentamento de violações de direitos, como negligência e maus-tratos, precisam incluir não apenas os indivíduos diretamente afetados, mas também seus familiares e cuidadores, assegurando uma abordagem integral.

Além disso, a gestão do CREAS envolve coordenação técnica e administrativa da unidade, planejamento, monitoramento e avaliação das ações, bem como a organização do trabalho social e o registro sistemático das informações. Segundo o MDS (2011), essas competências são orientadas pela política de assistência social e visam assegurar seguranças socioassistenciais, promovendo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a superação das situações de vulnerabilidade.

3.2 Perfil dos Usuários: Quem são as pessoas que mais acessam a Política de Assistência Social?

Compreendendo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como a principal porta de entrada para a política pública de assistência social, este capítulo propõe apresentar o perfil das pessoas atendidas nesse equipamento, com foco nos marcadores de gênero e raça. A análise desse perfil visa subsidiar uma reflexão acerca das desigualdades estruturais que atravessam a população usuária e suas demandas, além de contextualizar o papel dos profissionais que atuam no CRAS, especialmente os assistentes sociais, em um cenário de profundas contradições sociais.

O CRAS desempenha um papel estratégico ao atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, ofertando serviços de proteção básica que buscam prevenir riscos e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Contudo, os dados sobre o público atendido revelam, frequentemente, a sobrecarga de demandas de mulheres, sobretudo negras, que procuram o CRAS em busca de acesso a direitos fundamentais. Esse perfil evidencia as desigualdades interseccionais presentes na sociedade brasileira, que combinam marcadores de gênero, raça e classe para determinar quem está mais exposto às condições de precariedade e exclusão social.

Apresentar esses dados é essencial para compreender o contexto em que as políticas públicas são implementadas, bem como as implicações desse cenário para a atuação dos profissionais de Serviço Social no CRAS.

3.2.1 “Para quem dela precisar”

O perfil das pessoas que acessam o CRAS revela que a maioria dos/as usuários/as é composta por mulheres negras, que lideram as famílias e vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pertencendo majoritariamente à classe trabalhadora e a famílias empobrecidas. Segundo Gracyelle Costa (2017), 93% dos/as titulares do Programa Bolsa Família são mulheres, das quais 68% se identificam como negras. Essa realidade é ainda reforçada por políticas e práticas dos/as profissionais desses serviços que frequentemente desconsideram as particularidades étnico-raciais, de gênero e de classe dos/as atendidos/as.

O CRAS, como espaço territorializado, tem por objetivo prevenir situações de risco e vulnerabilidade, que não se restringem apenas a questões socioeconômicas, mas abrangem aspectos afetivos, de pertencimento social e das dinâmicas familiares. E com isso, quando se traz à superfície o perfil dos/as atendidos/as no serviço, fica evidente a urgência de se pensar não só a efetividade das políticas públicas recentes, mas as do passado que foram condicionadas às pessoas negras.

E quando se pensa na política de assistência e o seu direcionamento no sentido de ser 'para quem dela precisar', o que se observa nos dados estatísticos oficiais são as pessoas negras, sobretudo as mulheres negras, como principais usuárias dos serviços oferecidos pela proteção social básica. Isso reflete as profundas marcas deixadas pelo processo de escravização, além de evidenciar como o racismo contra as pessoas negras permanece enraizado, em um silêncio que ecoa por todo o tecido social, demonstrando a estruturação (im)perfeita do racismo e sua perversidade.

É importante destacar a presença expressiva das mulheres negras nesta política principalmente porque reflete como o trabalho desenvolvido no CRAS, ancorado na matricialidade sociofamiliar, muitas vezes delega às mulheres o papel central de mediadoras das demandas familiares, consolidando a sobrecarga de responsabilidades já histórica e estruturalmente atribuída a elas. Essa centralidade da família como eixo da assistência social, embora aparentemente neutra, frequentemente invisibiliza as especificidades de gênero e raça, reforçando papéis tradicionais.

Esta lógica assistencial desconsidera não só as dimensões étnico-raciais que atravessam as famílias atendidas, muitas vezes silenciando questões como racismo, discriminação e as condições históricas que produzem e reproduzem a exclusão da população negra, mas como também desconsidera a ausência de transversalidade nas práticas do CRAS, tanto em relação ao gênero quanto à raça, limita a possibilidade de compreender e atuar sobre as interseccionalidades que marcam a vida das pessoas atendidas, sobretudo das mulheres negras, que vivenciam cotidianamente as consequências do que relatamos no capítulo anterior, como "feminização da pobreza".

Costa (2017) aponta, ainda, que a política do SUAS e o trabalho no CRAS tendem a naturalizar o papel das mulheres como "cuidadoras", perpetuando uma visão essencialista que associa o feminino à maternagem e ao cuidado. Essa perspectiva é evidenciada no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), onde as intervenções frequentemente reforçam estereótipos de gênero ao abordar questões como violência doméstica, saúde da mulher e cuidado com os filhos, sem questionar ou redistribuir essas responsabilidades no núcleo familiar. Em muitos casos, as mulheres negras são não apenas as principais, mas as únicas interlocutoras e responsáveis pelas demandas das famílias nos serviços socioassistenciais, evidenciando uma dinâmica que aprofunda desigualdades ao invés de enfrentá-las, construindo um conceito que chamamos de familismo.

3.2.2 Familismo e Assistência Social: A carga visível sobre as mulheres negras na Proteção Social Brasileira

Falar sobre familismo é essencial para que se possa, no próximo capítulo, pensarmos a operacionalização da política de assistência social através dos técnicos que compõem a equipe dos equipamentos da política, mais especificamente os(as) assistentes sociais. Isso se torna ainda mais relevante quando consideramos que a lógica familista da assistência social impacta diretamente as mulheres negras, que são a maioria entre as usuárias dos serviços e frequentemente assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado e pela mediação das demandas familiares.

Na presente realidade de todas as sociedades,

[...] além dos diferentes arranjos e rearranjos familiares, há que se considerar ainda, as novas demandas sociais como o envelhecimento, a gravidez precoce, a redução do número de filhos e outras situações, que impactam nas estruturas familiares e que requerem novas estratégias para proteção de seus membros (Castilho; Carloto, 2010 apud Sunkel, 2006, p. 18).

Dessa forma, ao centralizar sua proteção na família, a política de assistência social precisa considerar as diversas demandas que impactam a estrutura familiar e suas dinâmicas.

Castilho e Carloto (2010) ressaltam que, além das transformações nas configurações familiares, emergem novas demandas sociais, como o aumento da longevidade, a gravidez na adolescência e a permanência prolongada de filhos adultos no núcleo familiar. Esses fatores impõem novas responsabilidades à proteção do grupo familiar, gerando uma sobrecarga significativa, especialmente porque o Estado não oferece um suporte adequado para essas situações, tornando a família — e, conseqüentemente, as mulheres — as principais responsáveis por suprir essas necessidades.

Ou seja,

Esta devolução de encargos exige um maior tempo da mulher em casa, "restaurando, por esse meio, a desigualdade de gênero" Pereira (2008, p.201). Este modelo protetivo denominado 'neo-liberalismo familiarista' por De Martino (2001) apud Mioto (2008, p.139), compreende que a proteção social cabe preferencialmente à família e que o Estado pode reduzir os serviços públicos enquanto proteção. Tal modelo ancora-se no discurso (ideológico) recorrente de apelo ao solidarismo e ao voluntarismo do mercado, da família e da sua rede de sociabilidade, que enquanto parceiros contribuem

para a “redução” do papel protetivo do Estado na garantia dos direitos sociais. E à medida que delega à família em primeira instância a proteção de todos os seus membros (Castilho, Carloto, 2010, p.18).

Desta forma, quando se pensa na centralidade da família como eixo da assistência social, expressa no princípio da matricialidade sociofamiliar, não apenas revela as condições desiguais enfrentadas pelas mulheres brasileiras de maneira geral, mas reforça a posição histórica da mulher negra como “mãe preta”, empregada doméstica e cuidadora. Essa construção social, ancorada no racismo estrutural, mantém as mulheres negras em um lugar subalternizado, onde o cuidado é naturalizado como sua função primordial, perpetuando desigualdades de raça e gênero.

Lélia Gonzalez (1984) discute essa questão ao apontar como a figura da empregada doméstica no Brasil é uma continuidade do papel que as mulheres negras exerciam durante a escravidão. O trabalho doméstico, historicamente desvalorizado, transforma-se em uma sobrecarga que atravessa gerações, colocando a mulher negra como aquela que cuida de todos, mas quem cuida desta mulher? O cuidado que ela oferece a todos/as seu redor é, muitas vezes, retirado de sua própria vivência, como se sua humanidade e necessidade de acolhimento fossem secundárias, esvaziadas pelo peso das exigências sociais e históricas que lhe são impostas. Mesmo quando ascendem socialmente, as mulheres negras continuam sendo vistas sob essa ótica racializada, enfrentando discriminação e sendo associadas automaticamente ao trabalho doméstico, independentemente de sua formação ou classe social. Essa lógica, enraizada na estrutura da assistência social e na sociedade como um todo, reafirma o racismo estrutural e limita as possibilidades de emancipação das mulheres brancas e não brancas.

Sendo assim, ao compreendermos que a função da política de assistência social é oferecer a possibilidade de “[...] quebrar o ciclo vicioso da pobreza e sua reprodução intergeracional [...]” (Castilho, Carloto, 2010, p. 16), é imprescindível considerar como esse ciclo está diretamente ligado às desigualdades de gênero e raça. Assim, sem enfrentar essas dinâmicas de opressão, a política de assistência social corre o risco de reforçar as mesmas estruturas que busca transformar. Dessa forma, a operacionalização da política de assistência social precisa ir além da

reprodução de um modelo que apenas reconhece essas desigualdades, mas não as combate efetivamente

Coloca-se operacionalizada, pois é importante que, mais do que a política em si, a sua operacionalização — ou seja, os técnicos que constroem a política no cotidiano — estejam imbuídos/as de um conhecimento crítico acerca das políticas e da história brasileira. Isso é fundamental para que compreendam as nuances da questão social e a relação capital-trabalho, que legitima a exclusão de pessoas negras, mulheres e daqueles que Marx (2001) denomina de exército industrial de reserva.

Para que a política de assistência social, enquanto política pública, cumpra seu papel de garantidora de direitos, “exige-se dos/as formuladores (as), gestores e operacionalizadores não apenas uma mudança de paradigma, mas também a apreensão das transformações dos grupos familiares nas últimas décadas e das novas demandas que se colocam” (Castilho & Carloto, 2010, p. 20).

Ou seja, é preciso um olhar emancipador por parte dos/as assistentes sociais, para que, mesmo diante das exigências de um Estado neoliberal, seja possível realizar um enfrentamento que não se restrinja apenas à garantia de direitos. Isso implica uma atuação que vá além da mera reprodução burocrática das políticas, compreendendo as contradições sociais que estruturam a questão social no Brasil.

Nesse sentido, o Serviço Social ocupa um lugar estratégico, pois os (as) assistentes sociais estão diretamente envolvidos/as na operacionalização das políticas públicas e no contato com as populações historicamente em desproteção social. Sua atuação pode tanto reforçar a lógica conservadora do Estado neoliberal quanto tensioná-la, construindo estratégias de resistência e fortalecimento dos/as sujeitos. Para que seja possível compreender melhor o trabalho do/a assistente social nessa luta pela emancipação humana, política e social, passa-se agora à discussão do quarto capítulo.

Capítulo 4: Serviço Social e sociedade: O antirracismo no trabalho do/a Assistente social na Política de Assistência Social.

Compreende-se que, para a efetivação da política de assistência social, é fundamental a análise crítica de como ela está sendo operacionalizada nos territórios. No entanto, é preciso deixar explícito que essa análise, por si só, não garante sua efetivação. A consolidação da política exige também condições materiais, financiamento adequado, comprometimento político, capacitação das equipes e participação ativa da sociedade civil, por meio dos espaços de controle social.

Nesse contexto, o/a assistente social assume um papel central, não apenas por compor a equipe técnica da política de assistência social, mas por sua formação profissional estar comprometida com a análise crítica da realidade social e com o enfrentamento das expressões da questão social, o que contribui significativamente para a materialização dos princípios do SUAS.

A importância do trabalho do/a assistente social na política de assistência social reside não somente na relação histórica do Serviço Social para com a política de assistência social, mas também, em sua capacidade de articular conhecimentos teóricos e práticos para enfrentar as expressões da questão social, tentando garantir o acesso aos direitos socioassistenciais. Além disso, ao atuar na proteção social básica, o/a assistente social contribui para a prevenção de situações de vulnerabilidade e para o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, elementos essenciais para a efetividade dessa política.

Assim, neste capítulo, busca-se compreender não apenas o trabalho desse profissional na política de assistência social — especialmente com a proteção social básica —, mas também sua conexão com a luta antirracista, antissexista e anticlassista que permeia sua atuação. Considerando que as desigualdades raciais atravessam as expressões da questão social no Brasil, é essencial analisar como o assistente social pode estruturar suas ações pautadas em um compromisso ético-político com a proteção social e o combate ao racismo, sexismo e classismo.

Dessa forma, este capítulo representa a síntese dos capítulos anteriores, os quais foram desenvolvidos com o propósito de fornecer subsídios para o debate central desta pesquisa: o trabalho das(os) assistentes sociais com mulheres negras na Proteção Social Básica. Busca-se compreender como essa atuação pode ser

construída a partir da dimensão educativa do Serviço Social, fundamentada em uma instrumentalidade crítica da profissão.

4.1 Quem é o profissional de Serviço Social no Brasil?

Para compreender quem é o/a assistente social brasileiro/a, é preciso, antes, resgatar historicamente o surgimento da profissão. Dessa forma, será possível entender, em seguida, sua identidade e o papel que desempenha na sociedade.

Para começar, destaca-se a questão social, que, nos grandes centros urbanos industriais, resulta das contradições geradas pelo modo de produção capitalista, especialmente diante do crescimento populacional desordenado, da concentração de riquezas e da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. A implantação do Serviço Social ocorre justamente nesse contexto histórico. Como coloca Iamamoto, o Serviço Social aparece no Brasil,

[...] intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, parte das estratégias de qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina — por meio dos movimentos da ação social e da ação católica —, em sua missão de apostolado junto à família operária. Registram-se, nas origens da profissão, fortes influências do Serviço Social francês e belga (Iamamoto, 2017, p.23).

Desde seu início, o Serviço Social apresenta uma base social delimitada, sendo estruturado por agentes recrutados e formados sob uma ideologia específica e determinada (Iamamoto, Carvalho, 1982). Ideologia esta, que Gramsci (2017) vai chamar de ideologia da hegemonia burguesa, que significa uma ideologia que tem como princípio a estratificação social, logo a manutenção das desigualdades sociais. Com isso, quer se dizer que o Serviço Social se constrói, também, em um contexto em que, embora existissem demandas concretas das classes trabalhadoras por melhores condições de vida, o Serviço Social foi institucionalizado a partir de um projeto hegemônico por interesses das classes dominantes, como forma de responder aos efeitos da questão social sem romper com a ordem capitalista (Iamamoto, Carvalho, 1982).

A exemplo disto temos

A criação da Sociedade Brasileira de Higiene, em 1923, representou um marco para a institucionalização do Serviço Social no Brasil, inserindo-o em uma perspectiva de ação educativa tanto individual quanto coletiva, com foco na saúde pública e na prevenção de doenças em larga escala. Esse movimento seguia as diretrizes de importantes sanitaristas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Nos anos seguintes, a estrutura estatal voltada à saúde se fortaleceu, com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 e, posteriormente, do Serviço Especial de Saúde Pública. Nesse contexto, a Escola Nova surgiu como um projeto pedagógico que

defendia uma educação pública, laica, obrigatória e gratuita, o que gerou tensões com a Igreja Católica, que mantinha forte influência sobre a rede privada de ensino e buscava disputar o controle da formação educacional no país (Iamamoto, 2017, p. 24).

O que não significa que não houve resistência por parte dos sujeitos historicamente submetidos à desproteção social, frequentemente escamoteados da dinâmica capitalista. Nesse sentido, é importante destacar que as mobilizações da classe trabalhadora diante das desigualdades sociais forçaram o Estado brasileiro a formular leis sociais (Iamamoto, Carvalho, 1982), fundamentais para a regulamentação das relações entre capital e trabalho. Essas leis foram resultado direto das mobilizações dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e sobrevivência.

A intensificação dessas mobilizações e enfrentamentos, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, fez com que a questão social se tornasse um problema inadiável para a sociedade (Iamamoto, Carvalho, 1982). Diante disso, o Estado passou a adotar medidas que, ao mesmo tempo em que respondiam a essas pressões, também objetivavam controlar os trabalhadores e minimizar conflitos. Foi nesse contexto que começaram a surgir as primeiras formas de atuação do Serviço Social, ainda que sua legitimação enquanto profissão na divisão social do trabalho tenha levado mais de duas décadas para se concretizar (Iamamoto, Carvalho, 1982).

Durante a década de 1920, o Serviço Social no Brasil se desenvolveu de maneira ainda incipiente, mas ganhou força nos anos seguintes, especialmente entre 1930 e 1945. Esse movimento, alinhado à Doutrina Social da Igreja, buscava reafirmar a influência católica na assistência social, diante das transformações geradas pela industrialização e pelo crescimento urbano. Esse processo resultou na criação das primeiras escolas de Serviço Social entre 1936 e 1944, consolidando a expansão da profissão "[...] no país, com prevalência da influência católica [...]" (Iamamoto, 2017, p. 23).

A aproximação entre o Serviço Social e as chamadas "classes perigosas" foi inevitável, considerando que a Igreja Católica, em sua atuação assistencial, buscava recuperar espaços de influência diante das mudanças sociais e da reorganização do Estado. No início do século XX, essa expressão era utilizada por intelectuais, autoridades públicas, médicos higienistas e pela própria Igreja, para se referir às

camadas populares urbanas, especialmente trabalhadores precarizados, desempregados, imigrantes e, sobretudo, pessoas negras. Com o fim da escravização, a população negra foi marginalizada, sem acesso a direitos básicos como moradia, educação e trabalho formal. Essa exclusão contribuiu para que se tornasse alvo de discursos higienistas e práticas de controle social, sendo frequentemente associada à marginalidade e à criminalidade. Nesse contexto, tanto o Estado quanto a Igreja legitimavam suas intervenções com base na lógica do assistencialismo e do disciplinamento (Gonçalves, 2018).

Assim, a relação entre Estado, Igreja e Serviço Social se consolidou ainda mais no início da década de 1930, quando a assistência social passou a ser diretamente vinculada às organizações representativas das classes dominantes. A Igreja Católica, que já exercia um papel central na assistência aos pobres, manteve sua influência nesse campo, articulando-se ao Estado para a formulação e execução dessas políticas. Esse alinhamento ficou evidente na Constituição de 1934, que marcou esse processo ao estabelecer um programa unitário de ação social, no qual o Estado assumiria responsabilidades nas áreas de saúde pública, assistência aos mais vulneráveis e coordenação dos serviços sociais. No entanto, essa estrutura manteve a forte presença das entidades religiosas na provisão de serviços, reforçando um modelo de assistência baseado na caridade e no controle moral da população atendida. Além disso, essa legislação incorporou medidas voltadas à higiene social e mental, bem como políticas de controle populacional, refletindo a influência das ideias eugênicas em voga na época. Dessa forma, o Estado não apenas regulamentou a assistência social, mas também a vinculou a mecanismos de controle social e manutenção da ordem vigente (Gonçalves, 2018).

Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, houve um fortalecimento do caráter estatal da assistência social. O Serviço Social passou a ser integrado às políticas trabalhistas do regime, alinhado à lógica corporativista e à busca por controle social da classe trabalhadora. Durante esse período, destacaram-se a criação de instituições como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a ampliação das políticas previdenciárias, que, apesar de limitadas, representavam um avanço na estruturação das ações assistenciais no Brasil (Iamamoto, 2017).

No período do segundo pós-guerra, marcado pela Guerra Fria e pela crescente influência dos Estados Unidos no cenário global, o Serviço Social

brasileiro passou a incorporar abordagens de matriz norte-americana. Esse processo se baseava na teoria sistêmica e no funcionalismo, que fundamentaram metodologias como o Serviço Social de caso, de grupo e o desenvolvimento de comunidade. Essa influência reforçou uma concepção técnica da profissão, voltada para a adaptação dos indivíduos à ordem social vigente, em detrimento de uma abordagem mais crítica voltada para a transformação das desigualdades estruturais (Iamamoto, 2017).

No entanto, essa perspectiva começou a ser questionada no final da década de 1960, onde,

[...] ocorre um marco importante no Serviço Social na América Latina: o movimento de reconceituação, impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, com nítidas particularidades nacionais. Recusa a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, e no início da década de 1970 ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, a partir de manuais de divulgação (Iamamoto, 2017, p.26).

Este momento das aproximações do Serviço Social à tradição marxista foi denominado de período de reconceituação do Serviço Social. Este período de reconceituação da profissão ocorreu simultaneamente com a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-1985), fazendo com que o “[...] debate assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos. [...]” (Iamamoto, 2017, p. 25).

Ou seja, foi neste contexto de ascensão

[...] dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de direito, que a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. O florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 1970, condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social com alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais (Iamamoto, 2017, p.26).

Deste modo, o processo de reconceitualização do Serviço Social surgiu como necessidade de compreender a profissão para além de uma resposta estritamente técnica e desvinculada da realidade social. Essa renovação trouxe uma leitura crítica das relações sociais e da luta por direitos, buscando transformar a atuação profissional em um campo fundamentado na análise das dinâmicas sociais e políticas (Silva, 2007).

A primeira expressão desse movimento no Brasil foi a perspectiva modernizadora, que teve seu marco inicial no Encontro de Porto Alegre, em 1965, mas consolidou-se com o 1º Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá (MG) em março de 1967, promovido pelo CBCISS. Esse evento foi seguido pelo Seminário de Teresópolis (RJ), em janeiro de 1970, resultando na formulação dos documentos de Araxá e Teresópolis, que direcionaram a profissão para uma abordagem mais instrumental e tecnicista (Silva, 2007).

Contudo, com o agravamento da repressão política nesse período, a profissão passou por momentos de tensão, nos quais alguns profissionais seguiram um caminho mais técnico, evitando confrontos políticos, enquanto outros se engajaram na resistência, denunciando injustiças e organizando movimentos sindicais. Muitos assistentes sociais que participaram dessas lutas foram perseguidos, presos ou forçados ao exílio.

Dessa forma, a renovação do Serviço Social não ocorreu de maneira homogênea — nem poderia e, deveria, considerando a complexidade social e política da época —, mas sim a partir de múltiplas leituras e disputas teóricas dentro da profissão. Esse contexto favoreceu o surgimento de diferentes abordagens, cada uma buscando responder, de formas distintas, aos desafios impostos pela realidade social. Nesse processo, três principais correntes se destacaram: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (Paulo Netto, 2005, apud Viana, Carneiro e Gonçalves, 2015).

A perspectiva modernizadora buscou adaptar o Serviço Social às novas demandas sociopolíticas do período pós-1964, tornando a profissão um instrumento técnico alinhado às estratégias de desenvolvimento capitalista. Os Seminários de Araxá e Teresópolis foram fundamentais nesse processo, sendo que o primeiro enfatizou o caráter sociotécnico da profissão, enquanto o segundo reforçou sua

vinculação à lógica tecnoburocrática. Já os Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista introduziram discussões sobre a cientificidade do Serviço Social e a incorporação de abordagens fenomenológicas e dialéticas (Viana, Carneiro e Gonçalves, 2015).

Por sua vez, a reatualização do conservadorismo buscou reformular antigas práticas profissionais sem romper completamente com o passado. A proposta dessa perspectiva era modernizar o Serviço Social sem abandonar sua tradição, mantendo elementos conservadores, especialmente por meio da incorporação do pensamento fenomenológico à profissão. Assim, mesmo sob um discurso de renovação, essa abordagem manteve vínculos com a estrutura tradicional da profissão (Viana, Carneiro, Gonçalves, 2015).

A intenção de ruptura, por outro lado, representou uma tentativa de transformação radical da profissão. Defendia o rompimento com concepções positivistas e a adoção do referencial marxista, visando uma atuação crítica e engajada na luta por mudanças estruturais. Esse movimento ocorreu em três momentos: sua emergência, sua consolidação no meio acadêmico e sua disseminação entre os profissionais da área. Um exemplo desse esforço foi o método Belo Horizonte (Método de BH), criado por assistentes sociais que buscavam reformular a profissão tanto na formação quanto na prática social. Durante a crise da ditadura militar, essa perspectiva se fortaleceu com a apropriação do pensamento marxista, embora, na época, a compreensão dessa teoria ainda fosse limitada, levando à idealização do/a assistente social como agente revolucionário (Viana, Carneiro, Gonçalves, 2015).

Assim, o processo de renovação do Serviço Social foi marcado por disputas entre a modernização técnica, a adaptação conservadora e o esforço de ruptura com o tradicionalismo.

Com isso, pode-se dizer que “o Serviço Social brasileiro contemporâneo é expressão de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar.” (Iamamoto, 2017, p. 26). A trajetória da profissão foi profundamente influenciada por essas correntes históricas, moldando, de diferentes maneiras, o papel do/a assistente social e suas atribuições na contemporaneidade. Esse processo resultou na consolidação de um projeto profissional comprometido com a transformação social, orientado pelo Código de Ética do/a Assistente Social

(Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993), que expressa os fundamentos ético-políticos da profissão.

Nesse contexto, o Serviço Social passa a afirmar a liberdade como valor ético central, compreendida não apenas como um ideal abstrato, mas como uma construção política vinculada à luta pela autonomia, emancipação e plena realização dos sujeitos sociais. A profissão, assim, pauta sua atuação na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa de práticas autoritárias e arbitrárias, e no compromisso com a ampliação e consolidação da cidadania, reconhecendo-a como tarefa coletiva e essencial para a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Somam-se a esses princípios a defesa do aprofundamento da democracia, entendida como a ampliação da participação política e a socialização da riqueza produzida socialmente, entre outros fundamentos que orientam o fazer profissional.

Embora ainda haja resistência por parte de alguns profissionais em relação às mudanças e diretrizes da atuação no Serviço Social, esse fenômeno pode ser compreendido a partir de diferentes fatores. Alguns profissionais ainda operam com concepções conservadoras, vinculadas a uma prática assistencialista e individualizadora, que desconsidera as determinações estruturais das desigualdades sociais. Essa resistência também pode estar relacionada à influência de valores tradicionais e à dificuldade de romper com modelos historicamente enraizados na profissão, que nem sempre reconhecem o papel transformador do Serviço Social na garantia de direitos e na promoção da justiça social.

Além disso, a atuação profissional ocorre em um contexto de disputas políticas e ideológicas, no qual a implementação de diretrizes progressistas enfrenta barreiras institucionais, orçamentárias e até mesmo culturais. Em alguns espaços, a sobrecarga de trabalho, a precarização das condições laborais e a falta de formação continuada dificultam a assimilação de uma perspectiva crítica e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão.

Apesar dessas resistências, a categoria profissional tem avançado na consolidação de um projeto ético-político fundamentado na defesa intransigente dos direitos humanos, na crítica às desigualdades e na luta pela emancipação social. Esse avanço se dá por meio da organização coletiva da categoria, da atuação dos Conselhos de Serviço Social, da produção acadêmica e do engajamento das novas

gerações de assistentes sociais, que fortalecem a perspectiva crítica e comprometida com a transformação social.

4.2 O trabalho do/a assistente social numa perspectiva de raça e gênero no SUAS

A resistência à adoção de diretrizes progressistas no Serviço Social reflete disputas políticas e ideológicas que atravessam a profissão. Ainda que haja avanços na consolidação de um projeto ético-político comprometido com os direitos humanos e a justiça social, é fundamental considerar como essas disputas se manifestam na prática cotidiana, especialmente no âmbito das políticas públicas. Nesse contexto, a perspectiva de raça e gênero emerge como um eixo central para a análise das desigualdades estruturais e para a construção de uma atuação profissional crítica e comprometida com a equidade.

A estruturação do SUAS e a atuação do/a assistente social nesse campo não pode ser compreendida sem levar em conta a interseccionalidade das opressões que afetam a população usuária, em especial mulheres negras e outros grupos historicamente marginalizados. O racismo, o sexismo e o classismo, enquanto elementos estruturantes da sociedade brasileira, impactam diretamente o acesso a direitos e a qualidade da proteção social oferecida. Assim, é fundamental que o trabalho do/a assistente social integre uma perspectiva de raça e gênero, contribuindo para a superação das desigualdades e para a efetivação de políticas públicas verdadeiramente inclusivas.

Mesmo compreendendo essa importância, dados recentes sobre o trabalho de assistentes sociais com mulheres negras na Proteção Social Básica (Neves, 2022) revelam que a categoria profissional, especialmente aquela engajada na formação continuada, tem refletido de maneira quase nula sobre esse tema. Em outras palavras, trata-se de um assunto urgente, diretamente relacionado ao cotidiano profissional, mas que tem sido pautado de forma irrisória.

Essas afirmações podem ser compreendidas a partir da pesquisa apresentada por Neves (2022) no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o objetivo de analisar a produção acadêmica sobre a atuação de assistentes sociais na Proteção Social Básica com mulheres negras. Para isso, foram coletados e analisados dados a partir dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

Figura 1 – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 2016 gráfico de textos publicados acerca do trabalho do assistente social com mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria (2022), com base em dados disponíveis em: <abepess.com.br> (acesso em: 15 set.2022).

Figura 2 – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 2019 gráfico de textos publicados acerca do trabalho do assistente social com mulheres negras.



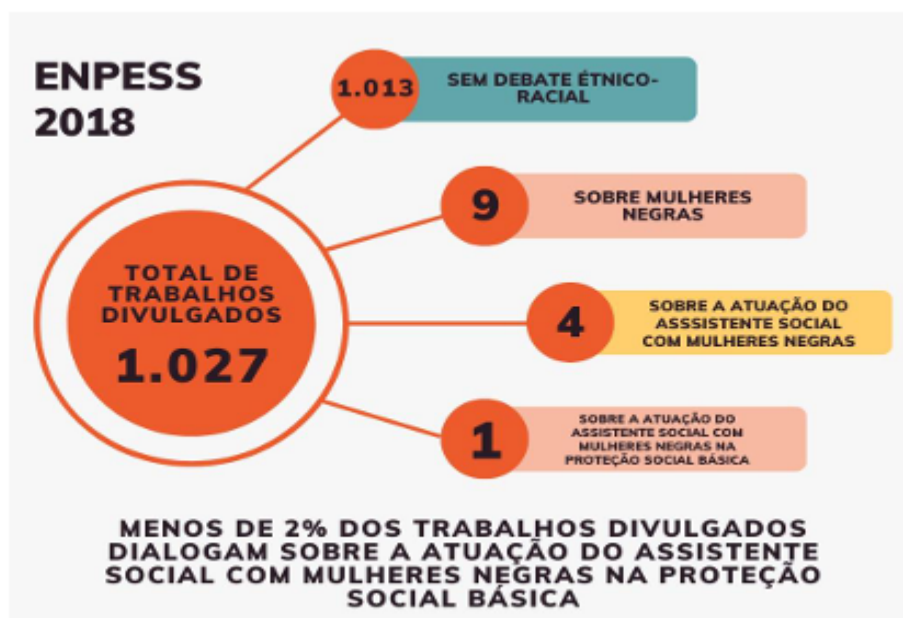
Fonte: Elaboração própria (2022), com base em dados disponíveis em: <abepess.com.br> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 2019 (acesso em: 15 set.2022).

Figura 3 – Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social 2016 - Gráfico de textos publicados acerca do trabalho do assistente social com mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria (2022), com base em dados disponíveis em: <abepess.com.br> Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - 2016 (acesso em: 15 set.2022).

Figura 4 – Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social 2018 - Gráfico de textos publicados acerca do trabalho do assistente social com mulheres negras.



Fonte: Elaboração própria (2022), com base em dados disponíveis em: <abepess.com.br> Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - 2018 (acesso em: 15 set.2022).

Para ilustrar a escassez de produções acadêmicas que abordem diretamente a atuação de assistentes sociais com mulheres negras na Proteção Social Básica, recorre-se à pesquisa realizada por Neves (2022), que analisou trabalhos

apresentados em dois dos principais eventos da área do Serviço Social: o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). A autora realizou um mapeamento de trabalhos nos anais desses eventos, utilizando como palavras-chave termos como “Mulheres negras”, “Proteção Social Básica”, “CRAS” e “Política de Assistência Social”.

A partir da leitura dos resumos, foi possível identificar que, entre os 1.427 trabalhos apresentados no CBAS 2016 e os 1.735 no CBAS 2019, apenas um artigo, apresentado em 2019, tratava — ainda que de maneira indireta — da atuação de assistentes sociais com mulheres negras na Proteção Social Básica. Trata-se do trabalho intitulado "Da favela do Canindé ao CRAS: Carolina Maria de Jesus no acompanhamento familiar grupal com mulheres", de Gabriele Cristina de Sirio e Rosicler Lemos da Silva, que se aproxima da proposta da pesquisa ao refletir sobre a experiência das mulheres negras no contexto da assistência social.

No caso do ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), os dados também evidenciam a pouca visibilidade da temática. Em 2016, entre os 917 trabalhos apresentados, não foi encontrado nenhum que abordasse diretamente a atuação de assistentes sociais com mulheres negras na Proteção Social Básica. Já em 2018, dos 1.027 trabalhos submetidos, apenas um artigo tratava dessa relação: "Política de Assistência Social e o SUAS em Fortaleza: Narrativas de Mulheres Negras Usuárias de Centros de Referência de Assistência Social em Fortaleza (CE)", de Leila Maria Passos de Souza Bezerra e Graziela de Oliveira Almeida.

Os dados coletados evidenciam uma lacuna significativa na produção acadêmica da área, especialmente ao se considerar que mulheres negras constituem uma parcela expressiva do público atendido pelas políticas socioassistenciais no Brasil. A escassez de estudos sobre a atuação de assistentes sociais junto a esse grupo contribui para a reprodução de uma sociabilidade excludente. Ao longo da pesquisa, foi possível observar, por meio dos dados, a estruturação de um plano societário que, intencionalmente, escamoteia da dinâmica social os sujeitos historicamente marginalizados. Essa lógica pouco contribui para o avanço de práticas profissionais verdadeiramente comprometidas com a equidade racial e de gênero. Assim, esses dados ressaltam a urgência de ampliar essa

discussão e fomentar práticas que efetivem um Serviço Social comprometido com a justiça social e o enfrentamento das desigualdades estruturais.

4.2.1 O trabalho dos/das assistentes sociais com mulheres negras na proteção social básica

Os dados apresentados anteriormente da pesquisa de Neves (2022) deram origem à presente pesquisa, que, inicialmente, tinha como objetivo entrevistar assistentes sociais da Proteção Social Básica, mais especificamente dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da cidade de Franca. Para tanto, foi realizado um sorteio, no qual o CRAS Norte foi selecionado. No entanto, quando solicitadas a participar da pesquisa pela Secretaria de Ação Social (SEDAS), as assistentes sociais do CRAS Norte não aceitaram. Diante do baixo número de profissionais que demonstraram interesse em participar, a SEDAS optou por não autorizar a realização da pesquisa apenas nesse equipamento, sugerindo, em vez disso, a ampliação para todos os CRAS da cidade. Contudo, a solicitação para a realização da pesquisa nos demais equipamentos não foi respondida, o que levou à decisão de trabalhar apenas com a pesquisa bibliográfica e documental. Foram inúmeras as tentativas de contato com a Secretaria e como não tivemos resposta, devido ao prazo para a entrega da dissertação, optou-se por esse direcionamento.

A escassez de dados e informações sobre a temática deste trabalho já constitui, por si só, um dado significativo. A ausência de registros sistematizados e de análises sobre o trabalho desenvolvido nos CRAS com mulheres negras revela não apenas uma lacuna no campo das políticas públicas, mas também um silenciamento histórico que marca as vivências dessas mulheres. Tal invisibilidade reflete as desigualdades estruturais e o racismo institucional que atravessam a produção de conhecimento e a formulação de políticas sociais.

Como se observou na pesquisa, as mulheres negras compõem um grupo expressivo dentro dos atendimentos realizados pelos CRAS e as assistentes sociais, juntamente com outros profissionais, possuem um contato direto com essa realidade. Dessa forma, compreender como essas profissionais percebem seu trabalho, bem como sua visão sobre a questão racial e de gênero no cotidiano da Proteção Social Básica, seria fundamental para fomentar o diálogo sobre esses

temas tanto dentro da política social quanto no âmbito do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

Assim, compreende-se que diversos fatores podem ter contribuído para a ausência de resposta à solicitação de ampliação da pesquisa para todos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Franca: CRAS Centro, localizado na Vila Chico Júlio; o CRAS Leste, no Jardim Bueno; o CRAS Nordeste, na Vila Gosuen; o CRAS Norte, no Leporace; o CRAS Oeste, no bairro São Joaquim; e o CRAS Sul, no Jardim Aeroporto I. No entanto, essa falta de retorno não apenas levanta questionamentos sobre a relevância atribuída à pesquisa, mas também evidencia possíveis lacunas na gestão comunicacional, especialmente no que tange ao fornecimento de dados e informações de forma transparente.

A ausência de comunicação oficial sobre a não autorização da pesquisa, mesmo após a proposta de ampliação para todas essas unidades, dificulta a compreensão dos motivos subjacentes e impede ajustes que poderiam tornar o estudo mais alinhado às expectativas e necessidades das gestões locais. Uma comunicação mais transparente e colaborativa entre os pesquisadores e as instituições envolvidas é essencial para o avanço do conhecimento e para a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade.

O fato é que a discussão sobre raça e gênero na política de assistência social não pode ser ignorada, ainda que essa política, por si só, não tenha a capacidade de erradicar a pobreza e a questão social. Jacinto (2019), fundamentada em Mota (2010), ao analisar essa questão, destaca a confusão frequentemente feita ao superdimensionar a assistência social como campo de proteção social. A autora argumenta que a assistência social deve ser entendida como uma política de seguridade social, que pode e deve integrar um sistema de proteção social, mas que não deve ser confundida com a totalidade da proteção social, tampouco ser vista como a principal política de enfrentamento da pobreza ou responsável pela inserção no trabalho.

Além disso, a liberdade e a igualdade formais asseguradas pela emancipação política dentro dos marcos da sociabilidade do capital não garantem, por si só, a liberdade e a igualdade reivindicadas pela emancipação humana (Jacinto, 2019). A postura profissional deve considerar as determinações impostas pela sociabilidade capitalista não como um fator de imobilização, mas como um meio de compreensão das possibilidades de transformação social. O processo de

reprodução das relações sociais é complexo e contém em si mesmo a contradição, pois, ao mesmo tempo em que viabiliza a reprodução da sociedade de classes, gera e regenera os conflitos inerentes a essa relação, bem como as possibilidades de sua superação (Jacinto, 2019).

Diante disso, torna-se essencial aprofundar a discussão sobre raça e gênero no Serviço Social, uma vez que tais categorias estruturam desigualdades que perpassam as condições de vida da população atendida pelas políticas públicas. Compreender essas interseccionalidades possibilita qualificar o trabalho profissional, promovendo um atendimento mais equitativo e condizente com a realidade social brasileira.

4.2.2 O trabalho do/a assistente social na interseccionalidade entre raça e gênero: por que é essencial focalizar as mulheres negras?

Como exposto, é fundamental compreender que as interseccionalidades de raça, classe e gênero influenciam diretamente as formas de atendimento no cotidiano do Serviço Social, conferindo ao exercício profissional um caráter plural e potencialmente emancipador. Por isso, torna-se urgente que esses eixos estruturantes da sociabilidade sejam efetivamente considerados no trabalho profissional, sobretudo no âmbito da política de assistência social — e, de forma ainda mais incisiva, na proteção social básica. Isso porque, além de ser o foco da presente pesquisa, essa é a porta de entrada para a política de assistência social, com ênfase na prevenção de riscos sociais, o que exige práticas bem fundamentadas em perspectivas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais. Embora todos os níveis de proteção devam incorporar esses marcadores.

Essa necessidade de incorporar os marcadores se torna ainda mais evidente quando compreendemos que a política social é um fenômeno marcado por contradições, que não pode ser analisado de maneira linear ou reducionista, como aponta Jacinto (2019, p. 33): “A política social é vista como um fenômeno contraditório, não podendo ser analisada de forma linear, como uma função apenas das necessidades do desenvolvimento capitalista ou como o resultado apenas das lutas políticas da classe trabalhadora organizada”.

Desta maneira, quando nos propomos discutir sobre a mulher negra dentro da política de assistência social na proteção social básica a partir do trabalho do assistente social com essas mulheres, se faz necessário colocar em evidência o que a categoria tem pautado no que diz respeito à raça e gênero.

Em primeiro lugar, é importante destacar que “[...] o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com as lutas sociais e com um acúmulo histórico consolidado, possui todas as condições de contribuir significativamente [...]” (CFESS apud Eurico, 2017, p. 11) para o fortalecimento do debate e da construção de ações de enfrentamento ao racismo e às desigualdades de gênero, especialmente no que se refere à realidade das mulheres negras. Essa afirmação, no entanto, não tem o objetivo de reduzir o debate racial e de gênero exclusivamente ao interior da profissão, tampouco de atribuir às mulheres negras a responsabilidade de,

necessariamente, assumirem essa pauta. Reconhece-se, aqui, a pluralidade das trajetórias, pesquisas e experiências das mulheres negras, bem como o fato de que elas não devem ser obrigadas a carregar, sozinhas, o ônus da denúncia e da educação antirracista. A justificativa, portanto, está na urgência de refletir criticamente sobre a condição das mulheres negras dentro da profissão, considerando as desigualdades estruturais que atravessam suas vivências e a importância de consolidar práticas profissionais antirracistas e comprometidas com a equidade de gênero no Serviço Social.

O fato é que, o debate sobre o conceito de raça/etnia é essencial para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira (Cfess, 2018), é fundamental avançar na construção destes debates de raça e gênero de maneira integrada, reconhecendo a relação entre raça/etnia, classe e gênero como dimensões estruturais e estruturantes das relações sociais. O racismo, o sexismo e o classismo operam conjuntamente na manutenção das desigualdades no Brasil, atravessando tanto a divisão social do trabalho quanto o acesso a direitos e oportunidades.

“[...] Mais do que apenas registrar a realidade da incorporação [...]” (Cfess apud Rocha, 2014, p. 181), das temáticas étnico-racial e de gênero pelo Serviço Social, o crucial nesse processo é fomentar a ampliação desses debates, garantindo que, com toda sua complexidade e relevância histórica, não permaneçam restritos ao meio acadêmico. É fundamental que essas discussões alcancem maior projeção e reconhecimento, fortalecendo sua presença na pós-graduação, nas iniciativas de extensão universitária e, principalmente, na formação profissional, de modo a impactar concretamente a prática e a produção de conhecimento no Serviço Social.

Apesar de avanços importantes, ainda se observa uma produção acadêmica e uma atuação política tímidas no campo da luta antirracista dentro do Serviço Social, embora em expansão. Essa limitação compromete a consolidação de um projeto ético-político verdadeiramente comprometido com a equidade racial, como aponta o CFESS (2018), reforçando a urgência de fortalecer debates e práticas que enfrentem de forma incisiva as desigualdades raciais, de gênero e de classe no interior da profissão.

Historicamente, desde sua gênese, o Serviço Social muitas vezes se manteve silente diante dos racismos. Contudo, já havia assistentes sociais negras/os pioneiras/os que tensionavam o debate e questionavam práticas e estruturas discriminatórias. Entre elas, destacam-se nomes como Maria de Lourdes Vale do Nascimento (primeiras turmas), Ivone Lara (1947), Conceição Maria Costa Muniz (1959), Sebastião Rodrigues (1960) e, a partir de 1970, Magali da Silva Almeida, Maria Inês da Silva, Suelma Inês Alves, Benedita da Silva (deputada), Matilde Ribeiro, entre outras. Esses/as profissionais, apesar de um contexto majoritariamente invisibilizador, trouxeram à prática cotidiana a pauta da raça e do gênero, mostrando que o debate não é recente, mas ainda enfrenta resistência estrutural.

Essa urgência se intensifica quando voltamos o olhar para o trabalho das/os assistentes sociais nas políticas sociais, especialmente na proteção social básica no SUAS. O racismo, o sexismo e o classismo não podem ser tratados como questões secundárias ou reduzidas à condição de classe; são categorias estruturantes da sociabilidade brasileira e, por isso, essenciais para uma análise crítica das desigualdades sociais. Enfrentá-las é mais do que uma demanda política: é uma exigência ética e humanitária.

Além disso, a **formação profissional** ainda apresenta lacunas significativas em relação ao debate sobre raça, gênero, o que impacta diretamente o trabalho cotidiano do/a assistente social. A ausência ou insuficiência de conteúdos antirracistas e interseccionais nos currículos contribui para que práticas profissionais reproduzam desigualdades, mesmo quando há intenção de atuação crítica. Portanto, é fundamental que a formação e a prática profissional se articulem para consolidar uma perspectiva interseccional que efetivamente enfrente as injustiças estruturais.

Com isso, quer se dizer que,

O agravamento da questão social, aliado à ofensiva do Estado neoliberal, intensifica desigualdades e fortalece reações conservadoras e repressivas que afetam toda a classe trabalhadora. Diante desse cenário, os desafios para o Serviço Social se tornam ainda mais complexos, exigindo um esforço contínuo para articular, no exercício profissional, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de modo a interpretar criticamente

as estratégias e contradições do tempo presente (CFESS, 2018, p.15-16).

Nesse sentido, compreende-se que o racismo e o sexismo estão entre os principais elementos que conformam as posições de classe na sociedade capitalista. O Serviço Social brasileiro, ao se consolidar como uma profissão inserida nas relações sociais e atravessada pelas contradições do trabalho e do assalariamento, precisa aprofundar seu compromisso com práticas profissionais que reconheçam essas determinações e atuem na construção de respostas éticas, críticas e transformadoras (CFESS, 2018).

Enfrentar os desafios impostos pela sociabilidade do capital é parte dessa construção. No contexto da pandemia da COVID-19, por exemplo, observou-se a intensificação do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o que, embora tenha potencializado a produtividade, também resultou no distanciamento entre profissionais e usuários. Tal distanciamento fragilizou a dimensão relacional e educativa do trabalho social (CFESS, 2021). Paralelamente, a ausência de investimentos em políticas públicas e a regressão de direitos agravaram os desafios cotidianos, exigindo do/a assistente social uma atuação crítica, criativa e comprometida com a defesa da dignidade humana.

O atual cenário brasileiro é marcado por múltiplas crises — econômica, social, política e sanitária. Como afirma Iamamoto (2021, p. 52), trata-se de um momento em que a lógica de acumulação capitalista se intensifica às custas da superexploração do trabalho e da pauperização das classes trabalhadoras, aprofundando a desigualdade, a fome e a desproteção social.

É nesse cenário que se evidencia como o Serviço Social, historicamente, também reproduziu práticas alinhadas à lógica colonial e patriarcal dominante, muitas vezes silenciando ou invisibilizando a população negra e as mulheres. Como aponta Moreira (2019, p. 89, apud Nascimento, 2022, p. 10), “[...] esse não é um “silêncio mnemônico”, mas um silêncio que “eloquentemente tem algo a nos dizer sobre a constituição do Serviço Social no Brasil [...]”.

Dessa forma, reafirma-se que o Serviço Social não pode se furtar ao desafio de construir um trabalho comprometido com a transformação social, mesmo diante das adversidades. Como afirmam Costa e Madeira (2018, p. 101), “sua essência está vinculada à luta por uma sociedade mais justa e igualitária”.

A dificuldade em reconhecer a centralidade das opressões de raça e gênero pode estar relacionada à naturalização dessas violências, que frequentemente são tratadas como temas isolados, e não como parte constitutiva das relações capitalistas. Essa perspectiva reduz a potência transformadora da prática profissional, pois ignora que o racismo e o sexismo são estruturantes das desigualdades sociais.

Assim, é fundamental que assistentes sociais reconheçam que o debate sobre mulheres negras não é periférico, mas central para a compreensão da sociabilidade capitalista. Essas mulheres estão na base da pirâmide social, e movimentar essa base representa abalar estruturas profundamente enraizadas. Um olhar interseccional no âmbito da proteção social básica pode, portanto, contribuir para a construção de uma nova ordem societária, baseada na justiça social e na equidade.

Entende-se, ainda, que o/a assistente social também é um trabalhador inserido na lógica estrutural burguesa. Isso significa que está atravessado pelas contradições desse sistema, mas não está imobilizado por elas. Ao reconhecer as bases sobre as quais se constrói sua prática profissional, o/a assistente social pode e deve realizar enfrentamentos, tensionando as estruturas que sustentam a desigualdade.

Portanto, a interseccionalidade entre classe, raça e gênero deve ser incorporada como eixo estruturante da atuação profissional. Racismo e sexismo não são meros resquícios históricos, mas mecanismos que sustentam as desigualdades do presente. Superá-los exige um trabalho antirracista, feminista e comprometida com a transformação social.

Para tanto, é necessário compreender a instrumentalidade no Serviço Social, especialmente sua dimensão educativa, como um meio de contribuir para a construção de novas formas de sociabilidade que reconheçam e valorizem as mulheres negras em sua diversidade e potência. Embora a profissão não seja responsável, isoladamente, por transformar as estruturas sociais, ela pode desempenhar um papel relevante na promoção de práticas emancipatórias e no fortalecimento de sujeitos históricos que enfrentam as desigualdades. Ao atuar nessa direção, o/a assistente social se torna parte viva da luta por uma sociedade justa, contribuindo para a construção de relações humanas marcadas pelo respeito às diferenças, garantia de direitos e pelo reconhecimento da dignidade de todos os

sujeitos. Seu trabalho pode fortalecer os processos coletivos de resistência e emancipação, ampliando os espaços de participação social e política das classes subalternizadas, especialmente das mulheres negras, que historicamente têm sido invisibilizadas. É nesse movimento que o Serviço Social reafirma seu compromisso com a transformação social.

4.3 A Dimensão Educativa no Serviço Social: Instrumentalidade Antirracista, Antissexista e Contra-Hegemônica

Neste subcapítulo, propõe-se uma reflexão sobre a atuação de assistentes sociais na política de assistência social, com ênfase na proteção social básica. Busca-se discutir a instrumentalidade do Serviço Social como uma mediação fundamental para a construção de uma prática profissional comprometida com o enfrentamento do racismo e do sexismo. Nesse sentido, defende-se que o trabalho profissional pode contribuir para retirar as mulheres negras do “não lugar” a que foram historicamente relegadas pela lógica excludente do sistema capitalista.

Dessa forma, este subcapítulo busca contribuir com o debate sobre a prática profissional no Serviço Social, refletindo sobre a dimensão educativa que atravessa a atuação de assistentes sociais, especialmente na proteção social básica. Ao reconhecer essa dimensão, ainda pouco compreendida e explorada na profissão, propõe-se pensar as possibilidades de uma abordagem didática que considere as especificidades do trabalho social e das relações construídas com os sujeitos atendidos. A proposta não é de uma didática nos moldes tradicionais da educação formal, mas sim de uma mediação educativa que se realiza no cotidiano profissional — nas interações, orientações e processos de construção de autonomia com os sujeitos. Trata-se, portanto, de contribuir com o debate sobre a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social, com o objetivo de compreender como essa atuação pode exercer uma função pedagógica na luta por transformação social, assumindo intencionalmente uma perspectiva antirracista e antissexista.

Para tanto, parte-se da compreensão de que a tentativa de padronizar o “fazer profissional” por meio de fórmulas prontas é inviável, não por conta do caráter generalista da profissão, mas porque o Serviço Social se ancora em um referencial teórico-metodológico coletivo — o materialismo histórico-dialético —, que orienta a análise crítica da realidade social e a intervenção profissional. Tal referencial não é uma escolha individual, mas expressão do compromisso coletivo da categoria profissional, consolidado em seu projeto ético-político. Isso porque o/a assistente social atua dentro da lógica do cotidiano, que é dinâmico e esta em constante transformação, exigindo flexibilidade e um olhar crítico alicerçado na ideia de uma emancipação humana política e social desta sociabilidade capitalista.

4.3.1 Instrumentalidade e dimensão educativa no trabalho do/a assistente social na proteção social básica

Diante do que foi discutido ao longo da pesquisa, é preciso compreender as ferramentas a se utilizar no enfrentamento da questão social. Em um movimento dialético, o (a) assistente social precisa apreender como diante de cenários que sustentam a necro-política no Brasil pode-se construir pontes para o rompimento com essa sociabilidade capitalista.

Para tanto, parte-se da compreensão de que a instrumentalidade do Serviço Social e a dimensão educativa do trabalho do assistente social são indissociáveis. Essa relação não se dá como sobreposição de elementos distintos, mas como constitutiva do próprio trabalho profissional.

Segundo Guerra (2014), a teleologia de um projeto exige, primeiramente, a clareza dos fins a serem alcançados. Em seguida, torna-se essencial a capacidade de mobilizar os meios necessários, conferindo-lhes uma instrumentalidade que os direcione para os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, a consciência no processo é relevante, mas permanece subordinada à definição dos fins, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira estratégica para a realização do propósito almejado (Guerra, 2014).

Toda a teleologia, toda a postura teleológica, encerra a instrumentalidade. Converter os objetivos naturais em coisas úteis, torná-los instrumentos, independente da decisão teleológica, o que necessita de um conhecimento correto da propriedade dos objetos (Guerra, 2014, p.26).

Neste sentido, a instrumentalidade refere-se à capacidade de atribuir propriedades às coisas no processo de trabalho, transformando-as em meios para satisfazer necessidades e alcançar objetivos. Trata-se da articulação de estratégias e táticas que podem ser mais ou menos adequadas aos fins pretendidos. Para isso, é fundamental um conhecimento aprofundado da realidade, permitindo que a tomada de decisão seja a mais acertada possível na relação entre meios e fins (Guerra, 2014).

Assim,

O debate da instrumentalidade tenta romper com essa visão formalista de conceber os instrumentos e técnicas como algo que determina a ação profissional, como se os procedimentos estabelecidos a priori fossem os responsáveis pela direção da intervenção profissional e é como pré-condição para o avanço que a

discussão da instrumentalidade mostra a sua atualidade e seu campo de possibilidade de renovação (Guerra, 2014, p.22).

Desse modo como coloca Guerra (2014), o debate sobre a instrumentalidade no Serviço Social busca romper com a racionalidade formal-abstrata que reduz o trabalho profissional a respostas imediatistas, fragmentadas e que tende a produzir práticas improvisadas, que se aproximam de um senso comum tecnicista e reforçam a falsa dicotomia entre teoria e prática, reforçando assim as condições racistas e sexistas impostas pela sociabilidade capitalista. Assim, muitas vezes, é exigido dos profissionais que a dimensão educativa do trabalho profissional esteja voltada a favor do capital e da manutenção da classe dominante.

Com isso, quer se dizer que a instrumentalidade do Serviço Social precisa estar alicerçada em uma racionalidade crítica-dialética (Guerra, 2014), para que seja possível que o trabalho profissional do assistente social construa um espaço de mediação pedagógica, capaz de fomentar processos de conscientização e fortalecimento dos vínculos sociais.

A partir dessa reflexão, é possível ampliar a compreensão da prática profissional para além da instrumentalidade e evidenciar seu caráter educativo. Enquanto a instrumentalidade no Serviço Social articula teoria, método e técnica para mediar a intervenção social, a didática pode ser pensada como um meio de sistematizar e orientar essa prática com um viés pedagógico. Dessa forma, a atuação profissional não apenas opera dentro das estruturas institucionais, mas também transforma consciências, fortalece a autonomia dos sujeitos e contribui para a construção de uma nova forma de organização social.

Sendo assim, ao ampliar a compreensão da prática profissional para evidenciar seu caráter educativo, tem-se o que se chama de dimensão educativa do trabalho do/a assistente social. Isso significa que, para além de reconhecer esse caráter, é preciso reconhecer também que ele não se separa das demais dimensões da profissão – técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Ao assumir essa perspectiva, rompe-se com a lógica fragmentada de atuação e reafirma-se a totalidade do trabalho profissional, que exige fundamentos críticos e práticas comprometidas com os sujeitos sociais em situação de desigualdade, como por exemplo, as mulheres negras usuárias da proteção social básica.

Dessa forma, pode-se dizer que a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social é, sobretudo, a própria instrumentalidade da profissão, que, além

de tensionar a realidade abstrata, o faz de maneira educativa. Isso implica compreender a sociabilidade em sua complexidade e se opor ao funcionalismo do Estado, promovendo uma prática que não apenas intervém na realidade, mas também busca transformá-la.

Contudo, é importante destacar que, diante dos processos necropolíticos que vêm marcando o cenário brasileiro — especialmente no campo das políticas públicas sociais —, a presente pesquisa evidencia diversos impasses e contradições que já vinham sendo apontados por Torres (2009). A autora já evidenciava o que esta investigação conseguiu refletir, considerando o cotidiano profissional: nas instituições, as ações socioeducativas muitas vezes se transformam em mecanismos de ajuste dos usuários às regras institucionais, perdendo seu potencial formativo e crítico.

. Nessa perspectiva, o trabalho do/a assistente social se vê limitado à realização de tarefas como inscrição, acompanhamento e avaliação das famílias, controle da adesão às atividades propostas e efetivação de desligamentos. Tais procedimentos são determinados por modelos de gestão previamente estabelecidos, dos quais o/a profissional não participa ativamente. Assim, mesmo diante de discordâncias em relação às diretrizes das instituições, o/a assistente social frequentemente encontra-se em uma posição de pouco poder de decisão, sendo levado(a) a cumprir determinações com as quais, muitas vezes, não concorda

Nesse cenário, pensando-se na proteção social básica, que deveria ser uma rede de amparo e garantia de direitos, muitas vezes se apresenta de forma fragmentada e insuficiente, incapaz de romper com as condições de exclusão e de atender de maneira eficaz às necessidades dessa parcela da população.

Dessa forma, ao invés de garantir dignidade e justiça social, muitas vezes a proteção social básica se limita a medidas paliativas, sem um compromisso efetivo com a transformação das condições sociais e econômicas, especialmente das mulheres negras. Segundo Torres (2009), as ações de assistência social frequentemente assumem um caráter regulador, o que leva os usuários a se posicionarem como “vítimas das circunstâncias”, uma estratégia para acessar os programas disponíveis. Esse modelo está atrelado a uma matriz conservadora, em que o/a profissional é visto/a como executor/a de políticas e o usuário como receptor

passivo de serviços, sendo pressionado a cumprir metas e atividades previamente estabelecidas pelos gestores.

Nesse cenário, é preciso estar atento ao risco de que a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social se reduza a uma simples ferramenta burocrática, desconectada de uma análise social crítica e do compromisso ético com a transformação social. No campo da assistência social, essa dimensão do trabalho pode funcionar como um mecanismo político-ideológico, podendo reforçar a condição de subordinação ou, pelo contrário, favorecer a emancipação humana e política.

Cavalcante (2010) também aponta que a dimensão educativa perpassa os diversos espaços ocupacionais do Serviço Social, mantendo, contudo, uma relação sócio-histórica mais intrínseca com a assistência social — ainda que se compreenda que o Serviço Social e a política de assistência não se confundem. Nesse sentido, para que o trabalho profissional não se reduza a uma prática meramente burocrática ou subordinada às demandas do mercado — como tende a ocorrer sob uma perspectiva conservadora —, é fundamental analisá-lo a partir de uma concepção de totalidade crítica, capaz de resgatar o potencial formativo e transformador da ação profissional.

Esse desafio se torna ainda mais urgente no cenário atual, em que as tecnologias da informação e comunicação avançam rapidamente. Como consequência, o trabalho crítico e reflexivo muitas vezes é sobreposto pelas exigências de um mercado que prioriza resultados imediatos, desconsiderando a complexidade das relações sociais e as especificidades dos sujeitos atendidos. Isso implica em reconhecer que a formação profissional não se esgota na etapa inicial da graduação, mas exige um processo contínuo e permanente de qualificação crítica, que vá além dos espaços formais da universidade. O compromisso ético-político do Serviço Social demanda que os/as assistentes sociais se mantenham em constante processo de aprendizado, atentos às transformações da realidade social e aos desafios que emergem no cotidiano profissional. Para isso, é fundamental a participação ativa nos espaços coletivos da categoria, como os Conselhos de Direitos, os Conselhos Profissionais e os Fóruns de discussão de políticas públicas, nos quais é possível exercer o controle social e defender a perspectiva crítica da profissão. Além disso, é necessário aproveitar as formações promovidas pelos espaços de trabalho, contribuindo para a elevação da qualidade do serviço prestado

e para a construção de respostas mais qualificadas às expressões da questão social. O exercício profissional exige, portanto, uma postura ativa e engajada, que reconhece o conhecimento como ferramenta de transformação social e rompe com a ideia de que a formação profissional se encerra com o diploma universitário.

Em relação ao SUAS, especialmente à Proteção Social Básica, a formação continuada se torna indispensável, principalmente por conta de seu lugar estratégico na garantia de direitos e no enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano. Ainda que todas as políticas públicas sejam relevantes, é na Proteção Social Básica que se concentra grande parte da escuta, do acolhimento e da construção de vínculos com os sujeitos em desproteção social (Ferreira, 2016), o que exige do/a assistente social um permanente exercício de análise crítica e atualização teórico-metodológica.

Neste cenário

[...] reitera-se, é revelador das entranhas do capitalismo contemporâneo na sua sanha pela acumulação da riqueza às custas da superexploração da força de trabalho e pauperização absoluta das classes trabalhadoras, num ambiente de barbarização da vida [...] fome e desassistência social e previdenciária (Cfess, 2021, p. 52).

E acrescenta-se, especialmente das mulheres negras, reafirmando as desigualdades estruturais que ainda marcam nossa sociedade, precisando assim, ser urgentemente confrontadas, mas sobretudo compreendidas como eixos estruturantes de todo tecido social.

4.4 Didática/ Dimensão Educativa no trabalho do/a assistente social: Por uma Prática Antirracista e Antissexista

Guerra (2014) afirma que, ao longo de mais de duas décadas, o Serviço Social tem se debruçado sobre a retomada e aprofundamento de temas fundamentais para a consolidação de um projeto profissional crítico, um processo característico da construção teórica crítica. Guerra (2014) ainda destaca, ao se referir a um texto de José Carlos Mariátegui (1928), um influente pensador e escritor peruano, considerado um dos mais importantes intelectuais latino-americanos do século XX, que nenhum tema está ou estará definitivamente esgotado enquanto houver necessidade de novas reflexões. Por isso, há sempre um impulso para revisitá-los, debatê-los, aprofundá-los e elaborar novas hipóteses e sínteses, gerando resultados continuamente renovados e provisórios.

Com essa perspectiva, busca-se discorrer de maneira crítica sobre a dimensão educativa no Serviço Social, reconhecendo, contudo, a delicada linha entre sintetizar um tema complexo e, ao mesmo tempo, não o reduzir de forma simplista. Ainda que a proposta seja introdutória, considera-se fundamental adensar esse debate, uma vez que ele carece de reconhecimento e de um entendimento mais aprofundado dentro da própria profissão, que diante do intenso cotidiano de trabalho, acaba por ter dificuldades de enxergar dentro do seu cotidiano a dimensão educativa do seu fazer profissional. Nota-se, também, que o conceito de dimensão educativa muitas vezes é utilizado de maneira imprecisa, o que evidencia a necessidade de retomá-lo em sua origem crítica e pedagógica.

Dessa forma, esta pesquisa propõe uma contribuição ao debate sobre a formação profissional do assistente social e sua influência na prática cotidiana, especialmente no âmbito da proteção social básica. O objetivo é contribuir para a ampliação da discussão sobre a dimensão educativa do trabalho do assistente social, entendendo-a como um elemento fundamental da profissão para a construção de práticas profissionais antirracistas, antissexistas e anticlassistas, a fim construir, mesmo diante das implicações da sociedade capitalista, uma nova ordem societária humanizadora, comprometida com a emancipação humana, política e social de toda sociedade brasileira.

Trata-se, portanto, de uma didática que o/a assistente social pode construir em seu fazer profissional, ancorada em referenciais como Paulo Freire (1996),

Gramsci (2017), bell hooks (2018), entre outros autores críticos a este cotidiano burguês. Esses referenciais partem do princípio de que não há receita pronta para lidar com a complexidade da realidade social. No caso do Serviço Social, essa construção pode se articular à concepção gramsciana de intelectual orgânico, que se refere àquele/aquela profissional que atua a favor das classes subalternas, na produção e difusão de saberes comprometidos com a transformação social (Gramsci, 2017) e que, não necessariamente, segundo Gramsci (2017), precisa nascer ou estar nas classes subalternas. Assim, o/a assistente social, ao construir uma didática crítica e comprometida com a realidade dos sujeitos pode configurar-se como um intelectual orgânico.

4.4.1 Por que uma didática no trabalho do/a assistente social antirracista e sexista?

Pensar o trabalho do/a assistente social de maneira pedagógica e educativa, ainda tem sido algo distante para os profissionais em Serviço Social. O que traz a necessidade de compreender o porquê da importância da dimensão educativa/didática no trabalho do assistente social.

A inquietação sobre a integração da instrumentalidade e da dimensão educativa na prática do Serviço Social tem sido uma constante no processo profissional e acadêmico da pesquisadora. Observando a complexidade das demandas sociais e a necessidade de intervenções que vão além da aplicação técnica, percebe-se que o/a assistente social atua não apenas como executor de políticas, mas também como agente educativo, promovendo processos de conscientização e emancipação dos sujeitos envolvidos. Essa percepção forjou uma reflexão sobre a pertinência de uma "didática/ dimensão educativa no trabalho do/a assistente social" que articule teoria e prática de maneira crítica e transformadora.

Para tanto é preciso compreender e ampliar o debate sobre a dimensão educativa no Serviço Social, evidenciando que a formação profissional não se dá apenas em espaços acadêmicos formais, mas também no cotidiano da prática, nas interações com os sujeitos e nas mediações institucionais. Com isso, é preciso buscar refletir sobre os modos de ensinar e aprender que se constituem na atuação do/a assistente social, compreendendo que há uma intencionalidade pedagógica presente nas ações profissionais e que estas precisam ser estruturadas pela interseccionalidade entre raça, classe e gênero.

Para melhor compreender a importância desta dimensão educativa/pedagógica no trabalho do/a assistente social é preciso colocar antemão que, a escolha entre os termos "didática" e "dimensão educativa" visa destacar aspectos formativos presentes na prática cotidiana da profissão.

Etimologicamente, o termo "didática" vem do grego *didaktiké*, que significa "arte de ensinar", enquanto "dimensão", do latim *dimensio*, refere-se a uma extensão, aspecto ou parte de um todo. Ambos os termos, portanto, estão relacionados à ideia de ensino e aprendizagem, o que os torna adequados para refletir sobre o caráter educativo que atravessa o trabalho do/a assistente social.

Portanto, ao utilizar os termos "didática" ou "dimensão educativa", busca-se evidenciar que o trabalho do/a assistente social possui um componente formativo fundamental, que contribui para a construção de uma prática profissional crítica e comprometida com a transformação social.

Dito isso, quando pensamos na dimensão educativa no trabalho do/a assistente social, estudos recentes, como o de Andrade (2024), mostram que essa dimensão pedagógica está presente no Serviço Social desde os seus primórdios, ainda que tenha assumido diferentes formas ao longo da história, conforme os projetos profissionais e societários em disputa.

Como também coloca Andrade, a dimensão educativa/didática no trabalho profissional traz à tona o “[...] princípio de que não apenas docentes possuem uma ação pedagógica no mundo, portanto estas análises podem ser aplicadas ao trabalho pedagógico realizado por outros(as) profissionais, incluindo assistentes sociais.” (Andrade, 2024, p. 47)

Nesse sentido, partindo dos estudos de Gramsci, apreende-se que a dimensão educativa é um mecanismo político-ideológico da ação de sujeitos sociais, individuais e/ou coletivos, que interfere nos modos viver, sentir, pensar e agir de determinada classe, a fim de manter a ordem estabelecida ou de superá-la. Assim, a dimensão educativa no processo de intervenção do Serviço Social, no âmbito da política de assistência social, é um mecanismo político ideológico, que pode contribuir tanto para a condição de subalternidade quanto para a emancipação humana e política, a partir de uma reforma intelectual e moral, a favor ou contra a ordem societária do capital. (Cavalcante, 2010, p. 125)

Isso evidencia a necessidade de que o/a assistente social esteja atento às implicações ideológicas que permeiam sua prática, compreendendo como as relações de poder e as estruturas de classe influenciam suas intervenções.

Com isso, quer-se dizer que o exercício profissional carrega uma intencionalidade pedagógica que contribui para desmistificar e revelar a realidade social que sustenta e reproduz desigualdades. A dimensão educativa, assim, não é neutra: ela pode tanto reproduzir as hierarquias sociais quanto favorecer processos emancipatórios, a depender do projeto ético-político que orienta a atuação profissional. Como coloca Andrade (2024),

[...] as pedagogias que se declaram supostamente neutras e científicas, muitas vezes perpetuam os interesses dominantes da sociedade e adotam concepções educacionais frequentemente autoritárias. Já as pedagogias críticas afirmam seus princípios e valores, não ocultando a natureza política da educação, como é

possível observar nas abordagens da educação popular, educação social e educação comunitária, 46 as quais possuem em comum o compromisso ético e político com a transformação da sociedade, a partir de uma perspectiva crítica, popular e política (Andrade, 2024, p. 45 - 46).

Portanto, ao trabalhar com grupos de mulheres na assistência social, é fundamental reconhecer como os marcadores de raça e gênero não apenas ampliam situações de vulnerabilidade, mas também potencializam formas de resistência coletiva. No contexto do CRAS, essa ação pedagógica transcende as tarefas burocráticas e se concretiza na problematização das condições estruturais que atravessam a vida dos sujeitos — como o acesso ao saneamento básico, o racismo e a violência de gênero —, articulando essas questões às políticas públicas.

Por isso é importante a adoção da perspectiva decolonial¹⁴ no Serviço Social, visto que a mesma,

[...] pode contribuir para uma compreensão mais abrangente e aprofundada da questão social, além de oferecer uma oportunidade de reconstruir a profissão de maneira mais alinhada com a diversidade e os saberes tradicionais, considerando as experiências e formas de organização social de populações historicamente subjugadas e que se apresentam como resistência desde o processo da colonização até os dias atuais e se caracterizam como uma forma enfrentamento às estruturas coloniais que ainda perduram em nossa sociedade.[...] (Andrade, 2024, p. 90)

Nesta lógica, quando se pensa na política de assistência social, especialmente na proteção social básica, com destaque para o CRAS, é fundamental considerar que suas principais usuárias, como já apontado, são mulheres negras. E, quando se reconhece que essas mulheres têm suas vidas atravessadas por múltiplas opressões — de raça, gênero e classe —, é preciso que a intervenção profissional vá além da resposta às demandas imediatas e se configure como um espaço de escuta, valorização de saberes e fortalecimento de vínculos e resistências.

A dimensão educativa, nesse contexto, não se reduz a uma tarefa instrutiva ou meramente informativa; ela se apresenta como uma ferramenta política de enfrentamento das desigualdades estruturais. Ao atuar pedagogicamente, o/a

¹⁴ A decolonialidade refere-se a um conjunto de reflexões e práticas críticas que buscam superar os efeitos persistentes do colonialismo nas formas de saber, de ser e de viver. Propõe o rompimento com a lógica eurocêntrica dominante, valorizando os saberes e experiências dos povos historicamente marginalizados, sobretudo no Sul Global, e apontando para outras formas de existência, conhecimento e organização social.

assistente social contribui para desnaturalizar as violências sofridas, forjar a consciência crítica e fomentar processos de emancipação humana social e política, criando condições para que essas mulheres se reconheçam como sujeitas de direitos e de transformação social.

É nesse sentido que se pode compreender o/a assistente social como um intelectual orgânico, nos termos de Gramsci (2017), ao atuar enraizado nas lutas concretas da classe trabalhadora, contribuindo para a construção de um novo projeto societário. Tal intelectualidade não é abstrata ou restrita ao campo acadêmico, mas se realiza no cotidiano das práticas sociais, em diálogo com os sujeitos populares, especialmente aqueles historicamente atravessados por processos de opressão, como é o caso das mulheres negras.

A atuação pedagógica do/a assistente social, nesse contexto, ultrapassa a mediação técnica ou burocrática e se materializa como um instrumento político de disputa de projetos societários. Ser um intelectual orgânico implica, portanto, assumir uma prática comprometida com a formação de consciência crítica, com o fortalecimento de vínculos coletivos e com a promoção práticas de liberdade (hooks, 2018) que tensionem as desigualdades estruturais — incluindo as de raça, gênero e classe.

Portanto, pensar a didática no trabalho do/a assistente social é construir uma dinâmica cotidiana corajosa e de autonomia dos sujeitos, uma didática, que entenda que só através dos processos educativos, interessados na dignidade humana e sua pluralidade (Freire, 1996) e na libertação das amarras desta sociabilidade do capital, com ações antirracista e antissexista é que será possível não só enfrentar mas acabar - mesmo que possa parecer utopia - com estas desigualdades sociais que, quando analisadas em sua totalidade apresentam uma irracionalidade injustificável e facínora que reina no Brasil e no mundo, a favor de uma parcela improdutiva e colonial da população.

Em suma, reconhecer a didática no trabalho do/a assistente social é compreender a potência formativa da prática cotidiana, que, quando orientada por um projeto ético-político comprometido com a justiça social, o antirracismo e a equidade de gênero, pode se constituir como uma ação profundamente transformadora — sobretudo na vida de mulheres negras, historicamente atravessadas por múltiplas formas de desigualdade

Considerações finais

Ser pessoa negra no Brasil é experienciar cotidianamente as marcas de um passado que insiste em se atualizar nas tramas do presente. É conviver com estruturas que, sob diversas formas, reiteram exclusões, negam presenças e silenciam histórias. Nesta tessitura, a vida de mulheres negras — incluindo as mulheres trans negras, cuja existência ainda enfrenta camadas mais agudas de invisibilidade e violência — revela atravessamentos e resistências: suas trajetórias, muitas vezes invisibilizadas, emergem como territórios de luta, reivindicação e reinvenção.

Ao longo desta pesquisa, partimos do entendimento de que o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam de forma estrutural e cotidiana, moldando as experiências sociais. A análise do trabalho de assistentes sociais na Proteção Social Básica, em especial no CRAS, permitiu entrever como essas opressões se materializam nas demandas trazidas pelas usuárias e nos próprios limites e potências da intervenção profissional.

O processo investigativo confirmou que a atuação no CRAS se dá em um espaço de fortes contradições: ao mesmo tempo em que as políticas públicas apresentam possibilidades de proteção e fortalecimento de vínculos, também carregam marcas das restrições impostas por uma lógica de gestão que, muitas vezes, minimiza as dimensões política e educativa do trabalho social. Essa ambivalência exige do/a assistente social não apenas competências técnicas, mas um posicionamento ético e político atento às especificidades das mulheres negras, inclusive aquelas que enfrentam a transfobia estrutural, cujas vulnerabilidades são atravessadas por múltiplas formas de violência.

Se, por um lado, as análises evidenciaram que há uma base teórica consistente na formação em Serviço Social que subsidia práticas críticas, por outro, ficou explícito que ainda há desafios significativos para que a questão racial, articulada à de gênero e classe, esteja de fato incorporada de maneira transversal ao cotidiano profissional. Nem sempre as práticas antirracistas, antipatriarcais, anticapitalistas e antitransfóbicas aparecem de forma sistemática; muitas vezes surgem de modos fragmentados ou como iniciativas isoladas, tensionando os limites institucionais e formativos.

A pesquisa também suscitou reflexões sobre a necessidade de se repensar a dimensão educativa do Serviço Social não como uma tarefa adicional, mas como eixo constitutivo da ação profissional. Reconhecer-se como educador/a social, capaz de fomentar processos críticos e emancipatórios, parece ser uma exigência inadiável para que o trabalho no cotidiano dos CRAS seja, de fato, um lugar de transformação, e não apenas de reprodução da ordem vigente.

As hipóteses iniciais — de que a Proteção Social Básica é um espaço privilegiado de observação das expressões do racismo estrutural e das resistências construídas a partir da experiência de mulheres negras — foram, em grande medida, confirmadas. Contudo, o percurso também revelou que, para além da identificação de expressões do racismo, é preciso qualificar os modos de enfrentá-las, investindo em processos de formação continuada, construção coletiva de práticas antirracistas e fortalecimento da dimensão política do trabalho.

É preciso destacar que a experiência das mulheres negras, longe de ser apenas expressão de uma dor histórica, constitui uma potência política e analítica que desafia as práticas profissionais a se reinventarem. Ao reconhecer essas trajetórias como espaços de saber e resistência, amplia-se a capacidade do Serviço Social de construir respostas mais sensíveis, comprometidas e transformadoras.

Ainda que muitos caminhos tenham sido percorridos, é inevitável reconhecer que outras tantas reflexões permanecem abertas. Como garantir, no cotidiano das políticas públicas, práticas que não apenas resistam, mas transformem as estruturas de opressão racial, de gênero e de classe? Como sustentar um projeto ético-político que, ao mesmo tempo em que denuncia as desigualdades, consiga também afirmar alternativas concretas de construção de direitos?

Essas perguntas, que atravessaram a pesquisa e permanecem sem respostas fechadas, apontam para a necessidade de seguir apostando no potencial educativo, crítico e insurgente do Serviço Social. Um Serviço Social que reconheça a si mesmo como parte da luta por uma sociedade radicalmente comprometida com a dignidade humana — uma luta que, se ainda é distante no horizonte, já se desenha nas pequenas brechas abertas no cotidiano das resistências.

Ao construir uma pesquisa que tem a questão racial como eixo central, não se está apenas reunindo dados: está-se convocando a história, desenterrando silêncios, tensionando o presente. Longe de uma ciência socialmente neutra ou meramente aplicada, o que se revela é uma ciência forjada sobre os escombros de

um passado colonial que, embora negado por muitos, ainda estrutura os alicerces do tecido social brasileiro. Os dados analisados nesta pesquisa escancaram que esse passado não passou: ele se refaz continuamente nas formas de exclusão, desigualdade e racismo estrutural que marcam as experiências de mulheres negras.

Nesse sentido, o pensamento de Iamamoto (2021), fundamentado nos pensamentos de Marx (2021) foi fundamental para compreendermos a complexidade do problema social sob a lógica do capital. Para a autora, o capitalismo transforma os sujeitos em mercadorias, promovendo o que denomina de “capital-fetice” — uma lógica de alienação que esvazia o sentido da vida humana, submetendo-a à lógica do ter e do parecer, em detrimento do ser.

Esse processo de alienação interfere radicalmente nas relações sociais, aprofundando desigualdades raciais, de classe e de gênero. O individualismo, um dos pilares centrais da sociabilidade capitalista (Marx, 2001), impõe uma responsabilização individual sobre as condições de vida, ocultando os determinantes estruturais da pobreza, do racismo e do sexismo. Assim, as pessoas, sobretudo as mulheres negras, são impelidas a lutar sozinhas contra forças históricas que moldam suas existências, muitas vezes culpando-se por fracassos que, na verdade, são efeitos de um sistema que precariza e adocece.

É nesse cenário de desigualdades históricas e estruturais que se insere o trabalho do/a assistente social, especialmente na Proteção Social Básica. Essa ênfase se justifica porque é justamente nesse nível da política de assistência social que ocorrem os primeiros contatos com as expressões mais cruas da questão social. No cotidiano dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), profissionais lidam diretamente com as marcas da exclusão, sendo convocados a construir respostas que vão além da dimensão técnica e que toquem, de fato, a vida das pessoas. O compromisso ético-político da profissão exige, portanto, uma atuação antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Sem esse compromisso ético, corre-se o risco dos (as) assistentes sociais se tornarem meros gestores despolitizados, eficientes tecnicamente, mas esvaziados de projeto histórico. É preciso enfrentar os dilemas sociais com radicalidade crítica, reelaborando a política social a partir de parâmetros públicos que coloquem a cidadania e a democracia como centralidade das decisões que afetam a vida da população.

Pensando nos CRAS, mais do que um equipamento público, trata-se de um território de escuta, acolhimento e fortalecimento de vínculos. É no cotidiano desse espaço que a política pública se materializa enquanto prática viva, voltada à proteção social básica, com foco na promoção da dignidade, na valorização da vida e no acesso a direitos fundamentais. Para a população negra, especialmente para as mulheres negras (tanto as cis como as trans), o CRAS pode representar um ponto de apoio, resistência e reconstrução de trajetórias historicamente marcadas pela exclusão. Reconhecer a centralidade do CRAS na efetivação de uma política social comprometida com a equidade racial, de gênero e de identidade de gênero é também afirmar seu potencial enquanto espaço educativo, crítico e transformador.

Mais do que reconhecer essa centralidade, a pesquisa aponta para o compromisso ético-político que o Serviço Social deve assumir nas lutas de raça e gênero, especialmente como instrumento de enfrentamento das desigualdades. Observou-se, ao longo do processo, a qualidade das referências produzidas pela profissão em relação à formação e ao exercício profissional, particularmente no campo da proteção social básica. O que revela que o/a assistente social tem, em sua trajetória de formação e trabalho, condições concretas de atuar como agente transformador da realidade social.

Fica evidente que a questão racial é um debate transversal, presente em todas as esferas da vida social — tanto em nível global quanto, de forma ainda mais acentuada, no contexto brasileiro. Isso reforça, mais uma vez, o entendimento de que a atuação profissional do/a assistente social deve estar comprometida com o enfrentamento das expressões do racismo estrutural, compreendido, como afirma Gonçalves (2018), como o “nó da questão social”.

Por isso, quando o/a profissional não tem bem alicerçado em seu fazer cotidiano os princípios do antirracismo, do enfrentamento ao sexismo e à desigualdade de classe, e como trabalhar a didática/dimensão emancipadora social e política no seu fazer profissional, é urgente buscar caminhos que favoreçam a incorporação crítica dessas dimensões à sua prática. Para tanto, é necessário que a formação profissional se comprometa com esse debate, criando espaços para refletir sobre as implicações dessas opressões na prática e no próprio projeto ético-político da profissão.

Sendo assim, conhecer e compreender a realidade vivida por mulheres negras — cis e trans — e, sobretudo, garantir o acesso efetivo aos seus direitos,

está intrinsecamente ligado ao enfrentamento da lógica capitalista, patriarcal, racista e transfóbica que estrutura as desigualdades sociais. Quando se pensa nas mulheres de forma geral, é fundamental considerar como as opressões se manifestam de maneira interseccional, impactando de forma ainda mais intensa aquelas que se encontram na confluência entre raça, classe, gênero e identidade de gênero.

Dessa forma, a presente pesquisa se alinha às pedagogias críticas que reconhecem a dimensão educativa do trabalho do/a assistente social como prática comprometida com o enfrentamento das desigualdades. Trata-se de defender uma didática construída no cotidiano, alicerçada em experiências, mediações e resistências — e não em fórmulas prontas. Os diálogos públicos e a escuta ativa configuram-se como estratégias essenciais para a construção de práticas transformadoras, que afirmem direitos e fortalecem a luta coletiva.

Assim, reafirma-se a necessidade inegociável de reconhecer que, mesmo enquanto unidade da classe trabalhadora, existem especificidades que se interseccionam e aprofundam as desigualdades sociais. Enfrentar a agenda da sociabilidade do capital exige coragem, crítica radical e compromisso ético-político, rompendo com o fetichismo, com a desumanização e com a cisnormatividade que sustentam as opressões. Somente a partir desse movimento será possível construir não apenas uma nova ordem societária — ainda distante —, mas também um futuro em que alternativas concretas de justiça social possam florescer para toda a população brasileira.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

(ABEPSS). Consciência Negra: a importância do debate étnico-racial na formação e atuação em Serviço Social . CFESS, 19 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/noticia/view/1857>. Acesso em: 7 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

(ABEPSS). Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social . Temporalis, v. 18, n. 36, p. 422–434, jul./dez. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060/pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

(ABEPSS). Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social . Vitória, 2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Brasília: Ipea; FBSP, 2022.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>.

Acesso em: 7 maio 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/250/atlas-da-violencia-2023>. Acesso em:

7 maio 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2024. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/261/atlas-da-violencia-2024>. Acesso em: 7 maio 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2025. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: IPEA/FBSP, 2025.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Cida). Branqueamento e branquitude no Brasil . São Paulo: CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), 2017. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS . Brasília: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS . Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS . Brasília: MDS, 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

CARDOSO JR., José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal . In: JACCOUD, Luciana (org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo . Brasília: Ipea, 2005.

cap. 5, p. 181–260. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3234>. Acesso em: 7 maio 2025.

CARVALHO, Silvia Cristina de Sousa; PEREIRA, Tatiana Dahmer. Racismo, Classismo e Sexismo: sobre a permanente dimensão punitiva do Estado na formação espacial . Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, n. 1, p. 137-151, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeur/a/8SxLqB4>. Acesso em: 7 maio 2025.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. Anais [...] . Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.CleideCastilho.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

CAVALCANTE, Suzanny Bezerra. A dimensão educativa do Serviço Social: uma análise do processo interventivo da profissão no âmbito da Política de Assistência Social no município de Natal/RN . 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, 2010.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres . SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69–96, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v10i22.12960. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960. Acesso em: 7 maio 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento . São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Assistentes sociais no combate ao racismo: o livro da campanha . Brasília: CFESS, 2020. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/anexos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social . Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: https://arquivos.mppb.mp.br/psicosocial/servico_social/codigo_etica_ss.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

COSTA, Gracyelle. **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 227, p. 227–246, 2017. ISSN 1415-1804 (Press) / 2238-9091 (Online). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhJD6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2025.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Escrivivência . In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrivivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo . Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 17–22. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra . Tradução de José Laurênio de Melo. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva . Tradução coletiva do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em: https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

FELISBERTO, Fernanda. "Escrivivência como rota de escrita acadêmica" . In: EVARISTO, Conceição (Org.). Escrivivências: da escrita de nós - reflexões sobre a

obra de Conceição Evaristo . Organização de Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. [164-181].

Disponível em:

<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes . 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. As mentiras do Ocidente . São Paulo: Selo Negro Edições, 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando o nó da questão racial é a questão social . Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 1-19, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira . Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Anpocs, 1984. p. 223-244.

HOOKS, bell. E Eu Não Sou Uma Mulher? Mulheres Negras e Feminismo .

Tradução: Plataforma Gueto, 2018. Disponível em:

https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão . Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 13–38, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica . 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). A violência no Brasil: uma análise das tendências recentes . Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4672-200624ntdisoc78.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retrato das desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a previdência . Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia#:~:text=As%20mulheres%20negras%2C%20em%20particular,ho mens%20brancos%20estavam%20nessa%20situa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 maio 2025.

JACINTO, Adriana Giaqueto. A dimensão educativa do Serviço Social na Proteção Social Básica no âmbito do SUAS: o fazer profissional e a dimensão educativa . São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2019.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico . Revista Katálisis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita . Organização: Robert M. Levine. Tradução: Maria Helena P. B. Franco. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, 2014. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Grupo%20de%20Estudos/8%20-%20Di%C3%A1rio%20de%20Bitita%20-%20Carolina%20Maria%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano . Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferências . Tradução: Stephanie Borges. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2019.

MATOS, Georgia Souza. Gênero e raça no Programa Bolsa Família: um olhar sobre o CRAS Cidade Ademar II em São Paulo . 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

MATTOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico . São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000. Disponível em:
<https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/3a3f5215-47cf-4751-ae66-93aabe5dfaef/content>. Acesso em: 7 maio 2025.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários . Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077–3086, set. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn>. Acesso em: 7 maio 2025.

MOURA, Clovis. História do Negro Brasileiro . 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Daiana Cristina do. Mulheres negras e o Serviço Social: questão social, pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 2020. Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades. Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social. [S.l.]: [s.n.], 2020.

NEVES, Iolanda. A atuação do assistente social na Proteção Social Básica no atendimento a mulheres negras . 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Câmpus de Franca, Franca, 2022.

RAICHELIS, Raquel. Conselhos gestores de políticas públicas e controle democrático: avanços e limites . Serviço Social & Sociedade, n. 87, p. 15-35, 2006. Disponível em:
<https://abepss.org.br/arquivos/anexos/raichelis-raquel-201608060404524121920.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

RODRIGUES, Marcos Van Basten. Resumo . Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Disponível em: marcos.van@discente.ufma.br. Recebido em: 11 jan. 2022. Aceito para publicação em: 23 jan. 2022.

SABINO, Ana Lúcia; CACCIAMALI, Maria Cristina. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho: um estudo para o estado da Bahia . Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2005. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1351/627>. Acesso em: 7 maio 2025.

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luiza. Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente . São Paulo: Editora Cortez, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho . São Paulo: Moderna, 1987.

SHELLEY, Mary. Frankenstein . Tradução de Ruth Salles. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Série Bom Livro).

SILVA, Sandro Pereira; GONZALEZ, Roberto. Impactos do Estatuto do Desarmamento sobre a demanda pessoal por armas de fogo: algumas evidências para o debate atual . In: SILVA, Sandro Pereira; GONZALEZ, Roberto (orgs.). Brasil em Desenvolvimento: Volume 3 – Dinâmica Social e Território: População, Políticas Públicas e Desenvolvimento . Brasília: Ipea, 2013. p. 913–944. Disponível em: Repositório Ipea. Acesso em: 7 maio 2025.

SOUZA, Camila Fernanda de. Matricialidade sociofamiliar, “familismo” na assistência social e o reforço à responsabilização da mulher na proteção da família . In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, IV.**; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, V.; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, IV., 2022, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2022. Disponível em: [inserir o link se houver]. Acesso em: 7 maio 2025.

TEMPORALIS. Serviço Social e relações étnico-raciais: pioneiras e pioneiros negros na profissão . Revista Temporalis, n. 49, jan./jun. 2025.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade . In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL – SENASS, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180648/Eixo_2_139.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 7 maio 2025.